

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Educação e Difusão da Ciência em Portugal

A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”

no

Contexto das Edições Populares do Século XIX

Curso de Mestrado **Formação de Adultos e Desenvolvimento Local**

Olímpia de Jesus de Bastos Mourato Nabo

Orientadora: Professora Doutora Maria João Mogarro

Portalegre
2012

Resumo. Nos finais de oitocentos, a intelectualidade portuguesa via na educação popular o caminho para se alcançar o progresso e a civilização. Esta elite, influenciada pelo positivismo, defendia a educação científica do povo, transmissora de conhecimentos úteis. David Corazzi, a partir de 1881, editou a “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. Trata-se de uma colecção popular destinada a um vasto público formado por Portugueses e Brasileiros escolarizados, mas carentes de uma educação científica e literária. Propomo-nos inserir a colecção no contexto das edições populares oitocentistas, ligando-a às práticas de apropriação, produção e circulação de modelos culturais, e reconhecê-la como produto de uma estratégia editorial que visava a educação e a difusão da ciência.

Optámos por uma abordagem qualitativa, centrada na pesquisa documental e na análise do conteúdo de dezoito opúsculos desta colecção que fornecem dados relevantes para a investigação. Este estudo possibilita revelar os discursos dos autores, transmissores de civilidade e de conhecimentos úteis sobre as práticas de saúde e de higiene no universo doméstico.

A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, até 1913, consumou a missão educativa e civilizadora e possibilitou a circulação de um *corpus* de conhecimentos científicos entre Portugal e Brasil.

Palavras-chave: educação popular, progresso, modelos culturais, livro impresso, estratégia editorial e colecção.

Abstract. By the end of the nineteen century, the Portuguese intellectual elite regarded popular education as a way to achieve success and civilization. Influenced by positivism, this elite defended the scientific education of the people, which transmitted useful knowledge. From 1881 onwards, David Corazzi edited the “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. It is a collection of popular nature addressed to a wide audience of educated Portuguese and Brazilians, but lacking scientific and literary education. We intend to insert this collection in the context of the nineteen-century popular editions, connecting it to the practice of appropriation, production and circulation of cultural models and recognizing it as a product of editorial strategy aiming education and dissemination of science.

We chose a qualitative approach focused on documental research and analysis of the content of eighteen fascicles of this collection which provide important data for this investigation. This study permits to reveal the authors’ discourses, transmitting civility and useful knowledge about practices of health and hygiene in the domestic world.

Until 1913, the “Bibliotheca do Povo e das Escolas” accomplished the educative and civilizing mission and made possible the circulation of a corpus of scientific knowledge between Portugal and Brazil.

Keywords: popular education, progress, cultural models, printed book, editorial strategy and collection.

ÍNDICE

Resumo.....	i
Palavras-chave.....	i
Abstract.....	i
Keywords	ii
Índice.....	iii
Índice de quadros	v
Índice de gráficos.....	v
Índice de tabelas	v
Índice de figuras	v
Agradecimentos	vii
Introdução	1
O contexto do estudo	1
A pertinência do tema.....	2
A metodologia da investigação	3
As fontes de informação	7
A organização da dissertação	11
Capítulo I – A educação do povo no epílogo da monarquia em Portugal	13
1.1 A educação, a ciência e o progresso: entre a convicção e a realidade	13
1.2 Deve-se educar ou instruir o povo?	19
1.3 O povo: representação e conceito	21
1.4 O livro impresso: produção, circulação e apropriação de modelos culturais.....	23
1.5 A colecção como estratégia editorial para propaganda da instrução	25
Capítulo II – David Corazzi e a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no contexto das edições populares (1881-1913).....	28
2.1 O percurso de “um editor lisbonense, inteligente e activo”	28
2.2 A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, uma colecção útil.....	33
2.3 Os autores: a colaboração de homens de ciência, artes e letras	45
Capítulo III – A saúde e a higiene no universo doméstico através da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”	49
3.1 A higiene e a saúde como princípios de civilidade	49
3.2 Da habitação	51
3.2.1 A casa – escola de moral e de saúde	51
3.2.2 A importância da higiene na habitação: alguns preceitos úteis	52

3.2.3 O luxo em harmonia com a higiene	56
3.2.4 O quarto da cama	56
3.2.5 A “infermaria”	59
3.3 Do vestuário	60
3.3.1 As suas funções na conservação da saúde.....	60
3.3.2 As prescrições higiénicas do uso	61
3.3.3 A roupa do doente.....	67
3.4 Da alimentação	68
3.4.1 O regime alimentar racional e equilibrado	68
3.4.2 O consumo e o abuso das bebidas alcoólicas	73
3.4.3 A água e o seu valor nutritivo para o corpo humano	74
3.4.4 Os regimes alimentares específicos	76
3.4.4.1 Das mães: na gravidez, nos trabalhos de parto e na amamentação.....	76
3.4.4.2 Do lactente.....	78
3.4.4.3 Do doente	81
3.4.5 A copa e a cozinha – conselhos úteis.....	82
3.4.5.1 Os utensílios da cozinha.....	82
3.4.5.2 A civilidade e o requinte das donas de casa na copa e na cozinha	83
3.5 Do corpo.....	85
3.5.1 A beleza: magreza <i>versus</i> obesidade.....	85
3.5.2 O exercício físico – a ginástica e a natação.....	86
3.5.3 Os banhos e a limpeza da pele.....	89
Conclusão.....	92
Fontes e Bibliografia.....	97
1. Fontes.....	97
2. Bibliografia	99
Anexos.....	104
Anexo I. Catálogo geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”	104
Anexo II. Ficha biográfica dos autores.....	111
Anexo III. Figuras	119
1. Retratos de alguns autores do <i>corpus</i> documental	120
2. A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”	121
3. Método de ensinar a nadar “em sêcco”	127
4. A “gymnastica prophylactica”: <i>movimentos livres, semi-livres e com aparelhos</i>	128

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro I - Comparação entre a colecção e o <i>corpus</i> documental: número de opúsculos editados e número opúsculos analisados	7
Quadro II - <i>Corpus</i> documental	9
Quadro III - Os Autores do <i>corpus</i> documental.....	10

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Periodicidade das publicações: número de opúsculos por cada ano de edição	8
Gráfico 2 – Relação entre a colecção e o <i>corpus</i> documental	10
Gráfico 3 – Percentagem do corpus documental na totalidade da colecção	10

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I – Data de introdução da escolaridade obrigatória e taxas de escolarização em 1870 para os seguintes países europeus e EUA	15
--	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – David Corazzi.....	28
Figura 2 – Xavier da Cunha	45
Figura 3 - João Cesario de Lacerda	120
Figura 4 – Julio Arthur Lopes Cardoso	120
Figura 5 – Manuel Rodrigues d’Oliveira.....	120
Figura 6 – Vicente Maria Almeida d’Eça.....	120
Figura 7 – Antonio Carlos Craveiro Lopes.....	120
Figura 8 – Guilherme José Ennes.....	120
Figura 9 – “Historia de Portugal”, n.º1, 6ª ed., 1900.....	121
Figura 10 – “Hygiene”, n.º16.....	121
Figura 11 – “Hygiene da alimentação”, n.º44.....	121
Figura 12 – “O mar”, n.º 52	121
Figura 13 – “Hygiene da habitação”, n.º53.....	122

Figura 14 – “Hygiene do vestuario”, n.º 95	122
Figura 15 – “Plantas uteis dos campos de Portugal”, n.º125	122
Figura 16 – “Civilidade”, n.º135	122
Figura 17 – “Copa e cozinha”, n.º141	123
Figura 18 – “Receitas uteis”, n.º155.....	123
Figura 19 – “Manual do enfermeiro”, n.º168	123
Figura 20 – “Falsificações dos generos alimenticios e processos para as descobrir”, n.º178.....	123
Figura 21 – “Hygiene do quarto de cama”, n.º188.....	124
Figura 22 – “A hygiene da belleza”, n.º195.....	124
Figura 23 – “O livro das mães”, n.º196	124
Figura 24 – “Os inimigos das creanças. Regras hygienicas”, n.º219	124
Figura 25 – “As aguas e o ar na hygiene e na saude”, n.º 222.....	125
Figura 26 – Capa usada na encadernação das séries da colecção	125
Figura 27 – Contra-capa usada na encadernação das séries da colecção	125
Figura 28 – Lombada.....	125
Figura 29 – Selo da Casa Editora David Corazzi.....	126
Figura 30 – Selo da Companhia Nacional Editora.....	126
Figura 31 – Os colaboradores da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”	126
Figura 32 – “Angola”, n.º164: 1º opúsculo editado pela Companhia Nacional Editora, 1889.....	127
Figura 33 – “Maria da Fonte”, n.º 167: 1º opúsculo impresso pela Typographia da Companhia Nacional Editora, 1889.....	127
Figura 34 – “Exercicios em Secco”: desinvolvimento dos braços e das pernas	127
Figura 35 - “Exercicios em Secco”: “Simular os movimentos de natação, estando em pé, em equilibrio n’um ou n’outro pé”.....	128
Figura 36 – “Exercicio livres”.....	128
Figura 37 – “Exercicios com a barra espherica”	129
Figura 38 – “Exercicios de applicação – barra fixa”	129

AGRADECIMENTOS

Nesta caminhada especialmente importante no meu percurso de vida, expresso o mais profundo e sentido agradecimento a todos aqueles que me acompanharam e me apoiaram para levar a bom porto a concretização deste trabalho.

À minha Orientadora, Professora Doutora Maria João Mogarro, o meu maior agradecimento por toda a disponibilidade e orientação prestadas, pelo incentivo, pelo apoio incondicional, pelo conhecimento transmitido, pela compreensão e por acreditar em mim.

Aos Coordenadores do curso de Mestrado, Professora Doutora Isabel Ferreira e Professor Doutor Abílio Amiguinho, pela disponibilidade e compreensão, pelo incentivo, apoio e bom acolhimento.

Aos Professores do curso de Mestrado, pela disponibilidade, dedicação e competência, pelo incentivo, pelo apoio e pela partilha de experiências e de conhecimentos.

À Dr.^a Olga Ribeiro, Bibliotecária da Câmara Municipal de Portalegre, pelo acolhimento, carinho, apoio e incentivo incondicionais e voto de confiança dado.

À equipa técnica da Câmara Municipal de Portalegre, apoio e simpatia manifestados.

À Dr.^a Marcolina Guerra, Professora-Bibliotecária da Escola Secundária Mouzinho da Silveira de Portalegre, e à Dr.^a Arlanda Gouveia, Directora desta escola, pela abertura, disponibilidade e o pelo apoio prestados.

À Dr.^a Isabel Sanches, Bibliotecária da Biblioteca Histórica da Educação do Ministério da Educação e Ciência, pela dedicação, abertura e pelo apoio prestado.

À Técnica da Biblioteca da Imprensa Nacional/Casa da Moeda Profissional de BAD, D. Ana Luísa Dias, pela abertura e pelo apoio prestados.

À Dr.^a Manuela Canedo, responsável pelo Gabinete de Estudos Olissiponenses, pelo acolhimento e disponibilidade prestados.

À D. Fátima Miranda, Técnica do Centro Documental da Escola Superior de Educação de Portalegre, pela disponibilidade, competência e eficiência manifestados.

À Técnica da Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, D. Isabel Nazareth, pela disponibilidade e pelo apoio prestados.

Ao Sr. Nuno Canavez, pela simpatia, prontidão, disponibilidade e confiança.

Ao meu Marido, pela presença, colaboração, tolerância e paciência, pelo carinho e amor incondicionais sobretudo nos momentos mais difíceis da caminhada.

Aos meus Filhos, pela compreensão, paciência e preocupação constantes, pelo carinho e amor dados nas horas difíceis e nas ausências.

Aos meus Queridos Pais pela entrega, presença, ajuda, educação, formação, pelo orgulho e incentivo.

À Cristina Barreiros, pela Amizade e ajuda, pelo apoio, companheirismo e incentivo incondicionais em todos os momentos desta caminhada.

À Dr.^a Beatriz Barreiros, pela partilha e disponibilidade.

À Dr.^a Anabela Galvão, pelo profissionalismo e pela competência, pelo apoio e acompanhamento prestados em cada encontro.

À Cidália e à Vera pela Amizade, companheirismo, bom humor, colaboração, partilha, entajuda e força.

À Isabel Angelino, minha Amiga de sempre, pela ajuda e disponibilidade prestadas.

À Luisa, pelos esclarecimentos e auxílio prestados sobre os assuntos ligados à saúde.

À Dr.^a Vitória de Sousa, que, há alguns anos, me levou a abrir o trilho que me conduziu a esta pesquisa.

Aos meus familiares, amigos e colegas que estiveram ao meu lado, dando-me incentivo e apoio.

INTRODUÇÃO

O contexto do estudo

Este estudo, intitulado “Educação e Difusão da Ciência em Portugal – A “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no Contexto das Edições Populares do Século XIX” é o produto de uma investigação histórica centrada no tema da educação popular entre nos finais do século XIX e o alvor do século XX. Este arco temporal coincide com as três últimas décadas de vigência do regime monárquico constitucional em Portugal.

Nesse tempo, no seio da sociedade oitocentista, o problema da educação do povo constituía um imperativo e ressoava nos discursos proferidos pela minoria letrada. Entendia-se que a educação do povo representava o caminho para a regeneração do indivíduo e da sociedade portuguesa para se alcançar o progresso e a civilização. Sob a influência da ideologia positivista no pensamento pedagógico português, defendia-se uma educação que, assente em bases científicas e técnicas sólidas, transmitisse conhecimentos úteis do ponto de vista da sua aplicabilidade no contexto doméstico e público.

Com essa finalidade, editores e intelectuais empreenderam estratégias editoriais que envolveram a utilização o livro impresso como suporte para a difusão de conhecimentos úteis teóricos e práticos, consequentes do progresso científico e tecnológico. Como resultado lançam colecções, produto de estratégias editoriais inovadoras, que se inseriam em programas de propaganda de educação para todos os indivíduos que, apesar de escolarizados, fossem doutos ou indoutos, necessitassem de uma educação científica e técnica. A colecção, graças ao baixo preço, ao formato e à linguagem acessível, foi posta a circular, visando alcançar um vasto público ou criar um novo tipo de leitor.

Para corresponder ao tema da investigação, elegemos como objecto de estudo a colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” que, entre 1881 e 1913, foi produzida e circulou em Portugal, seguindo o modelo das colecções populares europeias e americanas. A publicação não se restringiu a Portugal e chegou também no Brasil, circulando entre os leitores dos dois lados do Atlântico com a finalidade educar e difundir ciência e técnica.

Com a realização desta pesquisa pretendemos atingir os seguintes objectivos:

- Determinar as permanências e as rupturas nas representações acerca da educação de adultos, em geral, e da educação popular, em particular, em Portugal, articulando o presente e o passado.
- Alargar o conhecimento acerca de iniciativas editoriais que, entre os finais do século XIX e o início do século XX, utilizaram o livro impresso para educar o povo, alvejando a regeneração e o progresso da sociedade portuguesa.

- Enquadrar a colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no contexto global das edições populares do século XIX ligadas a práticas de apropriação, produção e circulação de modelos culturais, materializados no livro impresso.
- Reconhecer a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” como meio de difusão de discursos pedagógicos e civilizadores, tendo como propósito a educação científica do povo, numa perspectiva médico-higiénica.
- Identificar a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” como produto de uma estratégia editorial para a difusão da ciência, visando a aplicação dos conhecimentos úteis de saúde e de higiene no universo doméstico, no que concerne à habitação, ao vestuário, à alimentação e ao corpo.

O título – Educação e Difusão da Ciência em Portugal – representa, por um lado, o enlace entre a educação do povo e a difusão da ciência como caminho para regeneração social e para o progresso; por outro lado, a valorização da ideia civilizadora de educação e ciência para todos.

O subtítulo – A “Bibliotheca do Povo e das Escolas” no Contexto das Edições Populares do Século XIX – realça o papel que esta colecção ocupou como produto de uma estratégia editorial que utiliza o livro impresso com a missão de educar, civilizar, universalizar e edificar, enquadrando-se no modelo das edições populares que circulavam no século XIX.

A pertinência do tema

A educação abarca todos os processos que permitam o enriquecimento e a melhoria dos conhecimentos, capacidades pessoais e qualificações técnico-profissionais, para que os actores sociais se adaptem às mudanças políticas, económico – sociais e culturais. No início do século XXI, a acelerada transformação da sociedade apela à aprendizagem ao longo da vida, obrigando os actores sociais a formarem-se para se adaptarem às mudanças permanentes resultantes da emergência de novos modelos civilizacionais. É um processo contínuo que acompanha os indivíduos ao longo do seu percurso de vida.

A educação para a cidadania é um desafio que impõe o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, visando a adopção de normas e regras de convívio social saudável. As exigências do quotidiano impelem os indivíduos a preocuparem-se com a saúde¹ e a observarem os preceitos médico-higiénicos que garantam a prevenção dos efeitos nocivos causados pelas doenças físicas e psíquicas que têm assolado o mundo nos séculos XX e XXI: o *stress*, a obe-

¹ A noção de saúde é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um “estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”.

sidade, a anorexia, a SIDA, a gripe, os acidentes cardiovasculares, as alergias, a diabetes, as toxicodependências, entre outras. Globalmente, os cidadãos exigem da medicina, dos cientistas e dos investigadores as soluções para a prevenção e a partilha de conhecimentos e de orientações através de uma abordagem prática, útil e acessível para que as possam aplicar no quotidiano.

A ciência não existe só por si, dependendo o seu significado da utilidade e da aplicabilidade no quotidiano dos cidadãos. Na actualidade, os *mass media* são fundamentais para a formação dos cidadãos. O envolvimento entre as áreas da educação e as novas tecnologias da informação e da comunicação visa a promoção da educação para a saúde, através de acções de sensibilização para instruir e para problematizar. Por esta via a ciência poderá contribuir para consolidar as decisões políticas, ampliar a cultura de base científica na sociedade civil e aperfeiçoar os programas de formação e educação ao longo da vida.

A compreensão do presente e a construção do futuro implicam conhecer o passado para se identificarem as continuidades e as rupturas da acção humana.

Desde o século XIX até aos nossos dias, em Portugal, salvaguardando as especificidades de cada contexto histórico, nos discursos e nos debates, insiste-se na preocupação em melhorar as estratégias e as práticas educativas e na necessidade de incrementar investimentos financeiros e humanos para elevar a formação dos portugueses como condição fundamental para acompanhar o desenvolvimento global.

No século XXI, para a difusão do conhecimento é utilizada uma variedade de instrumentos – imprensa escrita, audiovisuais, ficção literária e cinematográfica e, principalmente, a *World Wide Web* – que estão ao dispor de académicos e cientistas, os quais terão a responsabilidade não só de educar, mas também de partilhar os resultados dos seus estudos.

Este trabalho de investigação pretende ser um contributo futuro para um melhor entendimento acerca das iniciativas e das práticas empreendidas, em Portugal, entre os finais do século XIX e o início do século XX, para a educação do povo no âmbito da difusão da ciência, no que concerne aos preceitos da higiene para conservar a saúde.

A metodologia da investigação

O problema desta investigação situa-se na intersecção de campos de estudo que se complementam: História da Cultura, da Educação, do Livro e da Leitura. Na linha pensamento de Nunes (1999),

É neste contexto que inserimos a produção de páginas de difusão e popularização e o correspondente consumo da leitura, num inquebrável ritmo dinâmico de ler, para transformar outros actores sociais em leitores de um determinado quadrante cultural (pp.354-355).

O presente estudo radica-se na tradição da investigação historiográfica, em que o acesso às fontes primárias é fundamental. Os documentos são o alvo de estudo por si próprios (Bell, 1993). Deste modo, a análise documental ou arquivística surge como a abordagem metodológica central, que assenta na utilização de documentos produzidos no tempo passado, a fim de fornecerem dados úteis, relevantes e pertinentes para responder aos objectivos da investigação.

Este trabalho recorta o seu objecto de análise no campo de estudo do impresso utilizado por uma estratégia editorial, fundamentando-se em quadros conceptuais e modelos teóricos de análise de investigadores portugueses e brasileiros que têm realizado estudos em torno da produção e da circulação do impresso.

Em Portugal, é de realçar o estudo detalhado de Domingos (1985), no âmbito da Sociologia da Cultura, porque constitui um significativo contributo para o conhecimento da colecção popular e do projecto editorial que a originou e pelas questões e pistas de investigação que me suscitou. Este trabalho tem constituído referência para pesquisadores portugueses, como Viana (1990), Torgal e Vargues (1993), Ribeiro (1999) e Matos (2000); e para brasileiros, como Nascimento (2001) e Venâncio (2005, 2006).

Esta investigação incide na colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” inserida num programa de “Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros”, traçado e lançado por David Corazzi, nos anos 80 do século XIX, sob selo editorial de origem portuguesa. Trata-se de uma colecção de livros que compendia e organiza um *corpus* de conhecimentos úteis científicos e técnicos, teóricos e práticos, com o fim de difundir a ciência e de garantir a sua aplicabilidade no quotidiano, e promover a educação do povo nas últimas décadas de vigência da monarquia, destinada a portugueses e brasileiros.

Neste estudo não se aspira proceder a um análise exaustiva ou extensiva da colecção, nem esgotar a totalidade dos assuntos expostos. O recorte do *corpus* documental foi efectuado pela selecção e análise detalhada dos opúsculos que consideramos versarem assuntos que se inserem no recorte referido, privilegiando o campo da saúde e da higiene no universo doméstico, concretamente os preceitos observados nas vertentes da habitação, do vestuário, da alimentação e dos cuidados corporais, que são transmitidos pelos discursos dos autores. Justificamos as opções tomadas na escolha das categorias de análise, recorrendo às palavras de Lacerda (1881):

[...] porque não podemos tratar da hygiene em toda a sua extensão, nem mesmo resumidamente, não seguiremos na exposição dos assumptos nenhuma das classificações scientificas que têm sido adoptadas pelos diversos hygienistas. Resumiremos o nosso estudo no indispensavel a todo o individuo [...] (p.5).

O contacto primordial com a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” ocorreu no ano de 2005 durante uma visita a um alfarrabista, em que adquiri casualmente um volume encadernado da 3ª série (1ª edição) dessa colecção. Desde logo, a partir da observação dos opúsculos, que suscitaram o interesse e a curiosidade, tive a percepção que se tratava de um documento histórico com importante conteúdo.

Mais tarde, em contexto do Mestrado, no decorrer do programa da unidade curricular de Formação de Adultos, Mudança Social e Organizacional graças aos conteúdos ministrados pela Docente Responsável, Professora Doutora Maria João Mogarro, sobre a utilidade das edições populares para a educação do povo, em Portugal, entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, pude desvendar o significado que aquele espécime impresso encerrava num quadro histórico da educação em Portugal.

Procurei empreender um trabalho persistente e metódico de pesquisa bibliográfica e documental que me possibilitou a recuperação das 29 séries e de 234 opúsculos² que constituem a “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. Como ponto de partida, sob orientação da Professora Doutora Maria João Mogarro, o estudo dos trabalhos desenvolvidos pelo Professor Jorge Carvalho do Nascimento, um investigador brasileiro, remeteram-me para Domingos (1985: 117-134). Este ensaio revelou-se fundamental para a identificação do *Catálogo Geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”* (Anexo I), porque foi uma alavanca para a pesquisa, a localização e a selecção dos opúsculos que formam o *corpus* documental da dissertação.

Teve grande utilidade a consulta de catálogos *online* de Arquivos e de Bibliotecas disponibilizados por bases de dados do Porbase (Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas), SIB-ME (Sistema Integrado de Bibliotecas do Ministério da Educação), Catálogo da BPN (Biblioteca Nacional de Portugal), Bibliotecas LX (Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa), Doc-Base. A partir deles, consumaram-se pesquisas arquivísticas que abrangeram bibliotecas escolares em Portalegre e em Beja e universitárias em Lisboa, as bibliotecas municipais de Portalegre, Castelo de Vide, Crato, Elvas e Lisboa e ainda outras de âmbito nacional, como a Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Histórica da Educação e Biblioteca da Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

No que concerne à pesquisa/consulta bibliográfica recorri à Biblioteca Municipal de Portalegre, ao Centro Documental da Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP) e à Biblioteca do Instituto da Educação. O Centro Documental da Escola Superior de Educação de Portalegre possibilitou não só uma grande parte da pesquisa bibliográfica e a consulta local, mas

² Apesar do trabalho de pesquisa encetado, não foram encontrados três opúsculos: Diniz, Carlos. (1905). A pesca. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 28ª série, **224**. Lisboa: A Editora, Limitada; Abreu, Jorge de. (1913). A Revolução Portuguesa, vol. I. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 29ª série, **235**. (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves); Abreu, Jorge de. (1913). A Revolução Portuguesa, vol. II. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 29ª série, **236**. (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves).

sobretudo, o pedido de Empréstimo Interbibliotecas estabelecido com a Biblioteca Universitária João Paulo II – Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Nesta investigação, procedi à análise crítica – externa e interna – das fontes, a fim de se averiguar o valor dos documentos e recolher as informações, bem como a sua adequação às finalidades do projecto. Em relação à crítica externa, ao proceder à análise dos documentos, privilegiei as questões da autenticidade: a edição da “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*” é o que pretendia ser? Os autores atribuídos aos opúsculos produzidos estão, de facto, na sua origem? No tocante à crítica interna, o conteúdo do corpo textual dos documentos está sujeito a uma análise mediante a definição de um conjunto de categorias face ao recorte delineado pela investigação. Trata-se de uma análise predominantemente qualitativa, implicando em determinadas circunstâncias, sempre que se justificar, uma vertente quantitativa através da apresentação de quadros e de gráficos que permitem uma melhor perspectiva sobre as quantidades e ritmos de evolução.

Procurei corroborar estas questões através da pesquisa documental que incidiu noutras fontes, tais como os prefácios que acompanhavam as séries da colecção, números da revista *O Occidente*, obras de referência geral e bases de dados de genealogia *on line* para recolha de dados biográficos dos autores que estão na origem dos opúsculos que integram o *corpus* documental.

O núcleo dos autores, cujos opúsculos integram o *corpus* documental, mereceu uma pesquisa biográfica não muito aprofundada, visto que não é uma finalidade desta dissertação. No entanto, concentramo-nos nos factos ligados à naturalidade, ao nascimento e ao falecimento, à profissão e a outras actividades/cargos desempenhados, à formação académica, à idade em que escreveram para a “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”, ao número de opúsculos publicados na colecção e ao número de opúsculos que foram analisados nesta dissertação. Tais dados ajudam-nos a compreender os seus discursos e autenticar a importância da sua colaboração na colecção. Assim, procedemos à análise dos discursos dos autores para se responder às perguntas suscitadas e possibilitar reconhecer quem “fala”, de que “fala”, para quem “fala” e por que “fala”. Para a apresentação dos dados procedeu-se à descrição e à reprodução dos discursos através da construção de uma narrativa ajuizada na interpretação objectiva, a fim de se salvar e preservar o sentido original das representações dos seus autores.

Importa, ainda, notar que se procurou manter a ortografia original tanto nos títulos e nos nomes dos autores patentes no *Catálogo Geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”*, como nas transcrições dos discursos patentes nos opúsculos estudados e nas citações de autores que se debruçaram sobre a colecção.

As fontes de informação

Ao longo dos 32 anos da colecção, entre 1881 e 1913, foram publicados 237 opúsculos encadernados em 29 séries. No **quadro I**, que a seguir se apresenta, podemos observar o número total de opúsculos da colecção por ano de edição, bem como o número total de opúsculos seleccionados e analisados que constituem o nosso *corpus* documental, por ano de edição.

Ano	Número total de opúsculos da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”	Número total de opúsculos do <i>corpus</i> documental
1881	24	2
1882	24	3
1883	24	1
1884	24	1
1885	24	0
1886	24	3
1887	7	0
1888	12	1
1889	12	1
1890	12	1
1891	9	3
1892	1	0
1893	-	-
1894	1	0
1895	-	-
1896	-	-
1897	2	0
1898	8	0
1899	5	0
1900	2	0
1901	2	0
1902	1	0
1903	3	1
1904	2	1
1905	1	0
1906	2	0
1907	-	-
1908	3	0
1909	1	0
1910	1	0
1911	-	-
1912	3	0
1913	3	0
Total	237	18

Quadro I – Comparação entre a colecção e o *corpus* documental: número de opúsculos editados e número de opúsculos analisados.

Convertemos os dados do **quadro I** para o **gráfico 1** para se apreender o ritmo de edição da colecção entre 1881 e 1913, enquadrando o *corpus* documental na evolução da mesma.

A evolução da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” (1881-1913)

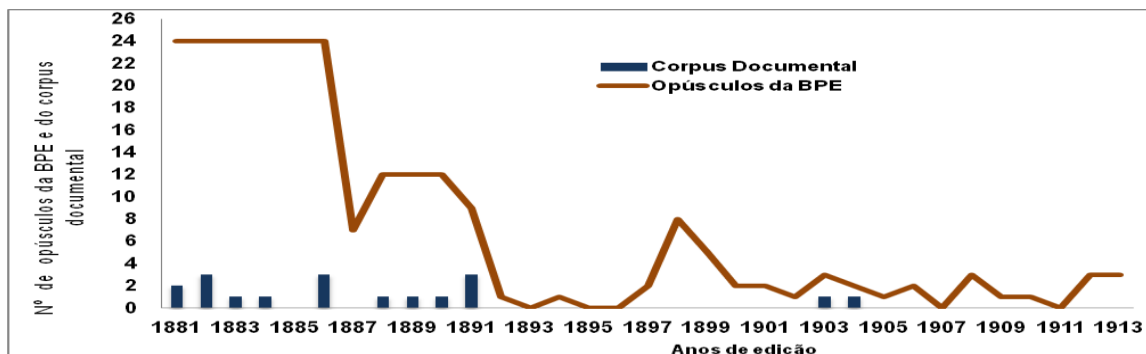


Gráfico 1 – Periodicidade das publicações: número de opúsculos por cada ano de edição.

Entre 1881 e 1886, as publicações eram quinzenais, nos dias 10 e 25 de cada mês, e a colecção conheceu uma periodicidade estável, perfazendo 144 opúsculos que vieram a lume em 18 séries. Durante estes cinco anos foram editados mais de metade dos opúsculos e das séries do número total da colecção. Este ritmo nunca mais foi alcançado.

Depois do acentuado decréscimo em 1887 – publicação de sete opúsculos, não chegando a completar uma série (19ª série) – conseguiu recuperar passando a publicar, entre 1888 e 1890, 12 opúsculos em cada ano, equivalendo, em média, a uma edição mensal e correspondendo neste período a 24 opúsculos. A periodicidade quinzenal apresentada nos primeiros anos não conseguiu mais ser cumprida, o que inviabilizava completar as séries com os 8 opúsculos de acordo com o molde estabelecido no projecto editorial.

A Casa Editora David Corazzi deixou de funcionar em 1889/1890, dando lugar à criação da Companhia Nacional Editora. Todavia, a Companhia Nacional Editora de Lisboa continuou a publicar os volumes da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, até 1902, quando foi substituída pela empresa A Editora – que também prosseguiu com a colecção. A partir de 1891, foram editados nove opúsculos, conseguindo fazer uma série. A colecção decresceu e apesar de períodos escassos de reanimação – 1898 com 8 opúsculos – as publicações foram diminuindo, variando entre um e cinco opúsculos (1899). A partir de 1891 até 1913, a edição foi-se dispersando, havendo anos em que não se publicaram opúsculos: 1893, 1895, 1896, 1907 e 1911.

De 1892 até 1913 foram editados 41 opúsculos. No início do século XX, a publicação dos exemplares da colecção tornou-se ainda mais disseminada e parca. A partir do ano de 1913, Francisco Alves³ decidiu comprar A Editora e dar continuidade à publicação dos livrinhos da

³ Talvez tenha sido a atenção dada à importância das colecções de divulgação científica e instrução popular que levou Francisco Alves a interessar-se pela “A Editora” e pela “Bibliotheca do Povo e das Escolas”.

“Bibliotheca do Povo e das Escolas”. A sua comercialização no Brasil passou a ser feita pela Livraria Francisco Alves. Com a compra de A Editora, três opúsculos da “Biblioteca do Povo e das Escolas” foram editados e comercializados no Brasil⁴.

De acordo com o recorte da investigação, com base no *Catálogo Geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”* (Domingos, 1985: 118-134), seleccionámos dezoito opúsculos (Anexo III: figuras 10 a 25) publicados em quinze séries, entre 1881 e 1904, e escritos por quinze autores (Anexo III: figuras 3 a 8), em onze anos não consecutivos, como se pode observar no **quadro II**.

Ano	Série	Nº	Título	Autor
1881	2ª	16	Hygiene	João Cesário de Lacerda
	3ª	24	Gymnastica	Paulo Lauret
1882	6ª	44	Hygiene da alimentação	Manuel Rodrigues de Oliveira
	7ª	52	O mar	Vicente Maria Almeida d’Eça
		53	Hygiene da habitação	Carlos Bandeira de Mello
1883	8ª	60	Natação	Francisco Adolpho Celestino Soares
1884	12ª	95	Hygiene do vestuário	Manuel Rodrigues de Oliveira
1886	16ª	125	Plantas uteis dos campos de Portugal	João de Mendonça
	17ª	135	Civilidade	Antonio Maria Baptista
	18ª	141	Copa e cozinha	Antonio de Macedo Mengo
1888	20ª	155	Receitas uteis	João Bastos Pereira da Costa & Manuel Diogo de Valladares
1889	21ª	168	Manual do enfermeiro	Julio Arthur Lopes Cardoso
1890	23ª	178	Falsificações dos generos alimenticios	Julio Arthur Lopes Cardoso
1891	24ª	188	Hygiene do quarto de cama	Antonio Carlos Craveiro Lopes
	25ª	195	Hygiene da beleza	Joaquim dos Anjos
		196	O livro das maes	Julio Arthur Lopes Cardoso
1903	28ª	219	Os inimigos das creanças (regras higienicas)	Guilherme José Ennes
1904		222	As águas e o ar na hygiene e na saude	Guilherme José Ennes

Quadro II – *Corpus documental*

Como podemos observar no **gráfico 1** e nos **quadros I e II**, a maioria dos opúsculos (16) do corpus documental concentram-se entre 1881 e 1891. Houve, dentro desta maior parcela, dez opúsculos editados entre 1881 e 1886, que consideramos ter sido o período áureo da colecção, que já foi referido anteriormente. Os restantes opúsculos deste grupo foram já publicados na fase marcada por um decréscimo, para metade, e com periodicidade um pouco irregular. Dois opúsculos vieram a lume nos primeiros anos do século XX (1903 e 1904), fase em que se assiste à “agonia lenta” da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” e, com efeito, à consumação da “liquidação de um projecto” (Domingos, 1985).

⁴ Importa referir que tendo sido possível a recuperação do opúsculo nº 237, o seu estudo permitiu verificar que foi editado no Rio de Janeiro pela Livraria Francisco Alves. Logo, leva a pressupor que os opúsculos 235 e 236 foram, igualmente, editados no mesmo local e pela mesma editora. [Referência bibliográfica: Vasconcelos Veiga. (1913). A linguagem das cores. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 29ª serie, **237**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.]

O **gráfico 2** permite comparar o número de séries e de opúsculos que consideramos enquadrarem-se no *corpus* documental com o número total de séries e de opúsculos da colecção. Embora o número de opúsculos analisados, neste trabalho, represente uma pequena parte do total da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, todavia, no que concerne às séries, os opúsculos deste estudo abrangem metade das publicações.

A saúde e a higiene através da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”

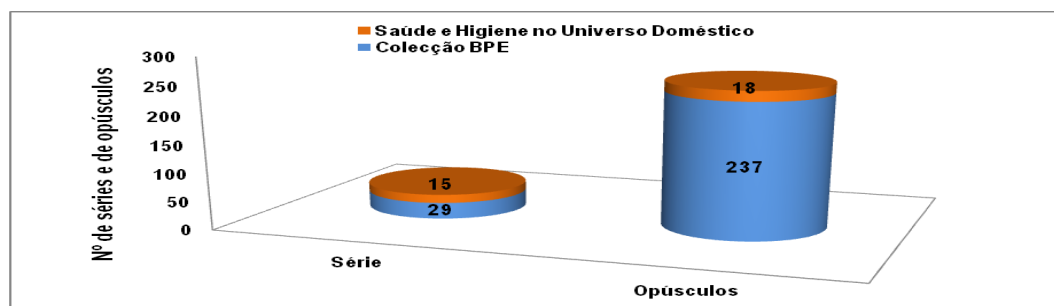


Gráfico 2 – Relação entre a colecção e o *corpus* documental.

Como se pode averiguar no **gráfico 3**, os opúsculos do *corpus* documental, analisados de acordo com as categorias – saúde e higiene no universo doméstico – que estabelecemos, representam 7% do total na colecção.

A saúde e a higiene no universo doméstico

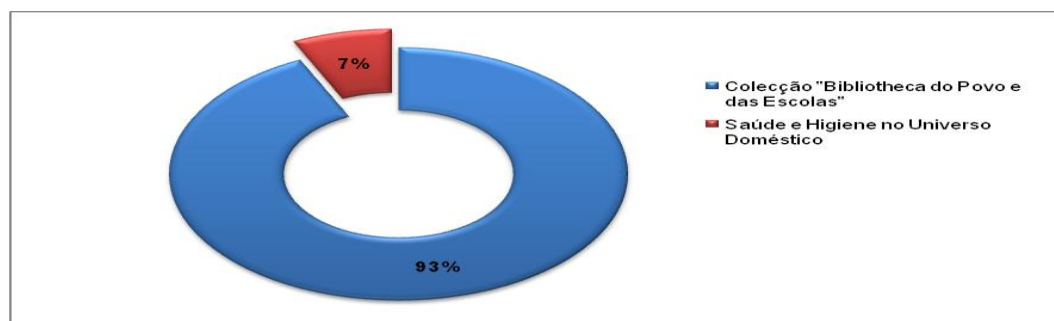


Gráfico 3 – Percentagem do *corpus* documental na totalidade da colecção.

Os seus autores contribuíram para a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” com 59 opúsculos, destacando-se João Cesário de Lacerda e Julio Arthur Lopes Cardoso que publicaram 11 e encontram-se num pequeno grupo de autores que editou mais textos. A colaboração de Lacerda é uma das mais numerosas e diversificadas dos primeiros dez anos de existência deste projecto editorial. Seguiu-lhe Manuel Rodrigues d’Oliveira com oito, Vicente Maria Almeida d’Eça e Francisco Adolpho Celestino Soares, ambos com sete opúsculos.

Autores do <i>corpus</i> documental	Nº total de opúsculos na BPE	Nº opúsculos no <i>corpus</i> documental
João Cesário de Lacerda	11	1
Paulo Lauret	1	1

Manuel Rodrigues de Oliveira	8	2
Vicente Maria Almeida d'Eça	7	1
Carlos Bandeira de Mello	2	1
Francisco Adolpho Celestino Soares	7	1
João de Mendonça	2	1
Antonio Maria Baptista	3	1
Antonio de Macedo Mengo	1	1
João Bastos Pereira da Costa & Manuel Diogo de Valladares	1	1
Julio Arthur Lopes Cardoso	11	3
Antonio Carlos Craveiro Lopes	1	1
Joaquim dos Anjos	2	1
Guilherme José Ennes	2	2
Total	59	18

Quadro III – Os autores do corpus documental.

Dos 59 opúsculos que foram editados por este núcleo de autores, na colecção, foram seleccionados e analisados 18, em que se evidenciam três da autoria de Julio Arthur Lopes Cardoso, seguindo-lhe dois de Manuel Rodrigues d'Oliveira e dois de Guilherme José Ennes, cuja colaboração se resumiu aos opúsculos estudados nesta investigação.

A organização da dissertação

O presente trabalho segue uma estrutura que engloba cinco partes. Na primeira parte destinada à introdução, descreve-se o contexto de estudo, fazendo a exposição do problema, do objecto, dos objectivos que norteiam a investigação, justifica-se o tema, fundamenta-se a metodologia adoptada e apresentam-se as fontes da pesquisa.

A segunda parte apresenta o capítulo I em que, com base na revisão da literatura, se retrata a contextualização histórica, cultural e educativa, do tema da dissertação. Num primeiro momento, desenvolve-se a problemática alusiva à educação do povo na segunda metade do século XIX, estabelecendo-se a relação entre educação, ciência e progresso, e esclarece-se os conceitos de instrução, de educação e de povo; num segundo momento estuda-se a utilização do livro impresso nos finais do século XIX, tendo como moldura conceptual os modelos teóricos de análise ligados às problemáticas de apropriação, produção e circulação de modelos culturais e de estratégia editorial, revelando-se pertinente a explicitação das noções de estratégia editorial, biblioteca e colecção.

A terceira parte, que corresponde ao capítulo II, evidencia a vida e a obra de David Corazzi. Em primeiro lugar, destaca-se o percurso e o reconhecimento, tanto nacional como internacional, do editor e mentor da Empresa Horas Românticas e a sua acção em prole da educação do povo nos finais do século XIX, em Portugal. Em segundo lugar, focaliza a colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, que surge como produto da estratégia editorial delineada

por Corazzi, coadjuvado pelos seus colaboradores, entre eles o director literário, Xavier da Cunha, e os autores.

A quarta parte, coincidente com o capítulo III, é dedicada exclusivamente ao estudo da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, com uma análise detalhada dos opúsculos que consideramos versarem assuntos que se inserem no recorte feito pelo campo da saúde e da higiene no universo doméstico, concretamente os preceitos observados nas vertentes da habitação, do vestuário, da alimentação e dos cuidados corporais, que são transmitidos pelos discursos dos autores.

Por último, na quinta parte apresenta-se a conclusão do estudo procurando corresponder ao tema e aos objectivos definidos, nomeadamente reconhecer a colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” como produto de uma estratégia editorial para a difusão da ciência, numa perspectiva médico-higiénica, enquadrada num discurso educativo e civilizador, visando a aplicação dos conhecimentos úteis de saúde e de higiene no contexto doméstico, no que concerne à habitação, ao vestuário, à alimentação e ao corpo.

Nos anexos encontram-se divididos em três partes: no anexo I, consta o catálogo geral da “Bibliotheca do povo e das Escolas”; no anexo II, encontra-se a ficha biográfica relativa aos autores que integram o *corpus* documental; e, por fim, no anexo III, juntam-se as figuras que se organizam em quatro itens: retratos de alguns autores do *corpus* documental; a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” que reúne as figuras dos frontispícios dos opúsculos do *corpus* documental, entre outras; finalmente, figuras exemplificativas dos exercícios de ginástica e do método de ensinar a nadar *em sêcco*, apresentadas pelos autores nos opúsculos sobre a natação e a ginástica, respectivamente, Francisco Adolpho Celestino Soares e Paulo Lauret.

CAPÍTULO I

A Educação do Povo no Epílogo da Monarquia Constitucional em Portugal

1.1 Educação, ciência e progresso: entre a convicção e a realidade

Quisera que o derramamento da instrução chegasse às últimas camadas sociais; que a imprensa pública se tornasse um instrumento de progresso; e que o Estado protegesse o talento abandonado que a falta de cultura não deixa medrar.

J. F. Henriques Nogueira (1851),
Estudos sobre a reforma em Portugal.
(cit. por Proença, 1998: 47).

A partir da implantação do regime liberal defendeu-se a ideia de escola para todos (Mogarro e Pintassilgo, 2003). O Estado liberal assumiu como dever garantir e assegurar a universalização do direito à educação, o que possibilitaria aos indivíduos a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento.

Ao longo do século XIX, na senda da acção reformadora liberal, estabeleceram-se os princípios orientadores do sistema educativo: o princípio da liberdade, vigente na Constituição de 1822, é a base da ideologia educativa liberal – direito individual imprescritível de ensinar e de aprender; o princípio da gratuidade, vigente na Carta Constitucional de 1826; o princípio da obrigatoriedade, resultante das reformas em 1835 e 1836, foi reforçado com sanções contra a negligência familiar, em 1844, e com a instituição de comissões paroquiais de beneficência e ensino, de caixas económicas escolares e abertura de cursos dominicais e cursos nocturnos para adultos, a partir de 1878/1881.

Na era da civilização industrial do mundo ocidental, novos valores e dinâmicas tinham passado a gerir e a comandar os países e as relações entre eles. Os níveis de industrialização foram usados como indicadores para medir o progresso dos Estados e a civilização dos povos. Para se medir o progresso tornava-se necessária e inevitável a comparação entre os países, sendo o atraso entendido sempre em função de uma medida e de uma relação ao outro que se quer imitar ou superar. Em meados do século XIX, dois eventos espelhavam, marcavam e determinavam o ritmo do progresso global: em 1851, organizou-se a 1ª Exposição Universal, em Londres, onde cada nação expôs os seus progressos; em 1853, reuniu-se o 1º Congresso Internacional de Estatística, em Bruxelas, lançando as bases do estudo numérico dos factos sociais. Na segunda metade do século XIX, tanto no plano internacional como no nacional, irradiou a crença na existência de uma relação entre educação e progresso, alimentando-se uma espécie de “religião educativa” (Nóvoa, 2005).

Na realidade, nos finais de oitocentos em Portugal, os dados estatísticos revelaram à minoria culta que a maioria do povo nunca havia frequentado a escola, não sabendo ler e escrever. Era o problema nacional. A questão era confrangedora e a objectividade dos números despertou a atenção das elites políticas e intelectuais para o problema da educação do povo. Era a vergonha nacional face ao ocidente civilizado. A minoria culta tomava consciência de que o elevado analfabetismo existente entre os portugueses era um obstáculo ao progresso tecnológico e industrial.

Passou-se a defender a necessidade de educar o povo, não se restringindo a educação às crianças e aos analfabetos, com base na crença na educação como “transmissora de civilidade” (Pintassilgo, 2004) que emergia como

Uma espécie de código regulador da vida social, dela fazendo parte um conjunto de fórmulas que procuram regulamentar a maneira como as pessoas se relacionam entre si, em particular no que se refere à exterioridade dessas relações. Insiste-se, em concreto, na civilidade à mesa, na conversação, nos passeios, nas visitas, nas formas de tratamento, na correspondência, no vestuário, na higiene, entre outros contextos de relações sociais privilegiados pela sociedade oitocentista (p.8).

Partilhava-se a convicção de que o atraso português se devia ao estado caótico da instrução pública (Nóvoa, 2005). O progresso económico e a modernização técnica da Regeneração implicavam um investimento substancial na instrução. Então, quais seriam as razões da elevada percentagem de analfabetismo? Com base na ideia de Ramos (1988) poder-se-ão apresentar as seguintes questões: Seriam a falta de condições económico-sociais? Ou seria a deficiente política cultural para a educação das camadas populares?

A partir das décadas de 70 e 80 do século XIX, os republicanos assumiam a liderança do combate ao analfabetismo como uma das suas causas primordiais. No discurso na Câmara de Deputados, em 1907, António José de Almeida, acentuando as diferenças quanto ao modo como a monarquia e a república encaravam a educação do povo e instando na tese republicana do obscurantismo monárquico, afirmava que

À monarquia convém a ignorância e o boçalismo do povo. Depois dos crimes que ela tem praticado, instruir o povo é o mesmo que incitá-lo a que se revolte.
[...] com a República e com a Liberdade está sempre a instrução e só com a reação monárquica se dá bem e adapta a ignorância e a degradação intelectual dos povos (cit. por Nóvoa, 1988: 29).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, sob a influência do activismo político republicano, acentuou-se e difundiu-se o discurso centrado na preocupação com a educação do povo que representava o principal factor da regeneração e do progresso da sociedade. Era o caminho para Portugal sair da decadência em que havia caído, segundo os republicanos acreditavam por responsabilidade da Monarquia (Pintassilgo, 2010). A visão de atraso nacional repetia-se e ressoava nos discursos e nos debates sobre a educação, provocando um sentimen-

to de insatisfação que se arrastava e avultava ao longo das derradeiras décadas da Monarquia. Ao sentimento de insatisfação juntavam-se o cansaço e a indignação face a uma realidade evidenciada pelos dados quantitativos fornecidos pelas estatísticas sobre a educação.

A partir da década de 70 do século XIX, o pensamento republicano português surgiu e consolidou-se assente no binómio decadência – regeneração, defendendo que pela difusão da cultura e da educação se alcançaria o progresso. Conferia-se à educação o poder de regenerar o Homem e a sociedade, garantido o desenvolvimento económico, a emancipação política e o aperfeiçoamento moral, tornando-os mais civilizados (Pintassilgo, 1998; Proença, 1998).

Porém, em Portugal na segunda metade do século XIX, do ponto de vista da acção política e do campo da educação, constata-se um abismo entre as intenções reformadoras e as realidades concretas. As reformas educativas sucessivas, que visavam garantir a escolarização dos portugueses e combater ao analfabetismo enfrentaram entraves. Assistia-se a reformas educativas cuja implementação ficava comprometida devido à situação socioeconómica e financeira e à incapacidade política para as executar.

Investigadores como Candeias (2010: 35) e Nóvoa (1993: 3) estudam esta tendência na história do sistema educativo português, baseando-se na concepção defendida por Soysal e Strang (1989) e num artigo⁵ em que apresentando os seguintes dados:

PAÍSES	DATA DE INTRODUÇÃO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO EM 1870
Prússia	1763	67 %
Dinamarca	1814	58%
Grécia	1834	20%
Espanha	1838	42%
Suécia	1842	71%
Portugal	1844⁶	13%
Noruega	1848	61%
Áustria	1864	40%
Suíça	1874	74%
Itália	1877	29%
França	1882	75%
Irlanda	1892	38%
Holanda	1900	59%
Luxemburgo	1912	-----
Bélgica	1914	62%
EUA	-----	72%

Fonte: Soysal & Strang (1989: 278), cit. por Candeias (2010: 35).

Tabela I – Data de introdução da escolaridade obrigatória e taxas de escolarização em 1870 para os seguintes países europeus e EUA.

⁵ Conforme Candeias (2010: 50): Soysal, Y. & Strang, D. (1989). Construction of first mass education systems in nineteenth century Europe. *Sociology of education*, 62, 277-288. Neste artigo os autores procuram analisar alguns aspectos da construção dos sistemas educativos da Europa no século XIX, com especial incidência nas relações entre a imposição, por parte dos Estados, de leis de obrigatoriedade escolar e o efectivo cumprimento de tais leis. Os resultados apresentados referem-se à percentagem de crianças com idades entre os 9 e os 15 anos que frequentavam a escola.

⁶ A data correcta é, aliás, 1835-1836.

Pelos resultados apresentados por Soysal e Strang, Portugal encontra-se entre os países europeus que mais cedo, no século XIX, decretam leis que impunham a obrigatoriedade escolar e está, simultaneamente, entre os países que em 1870 registam as taxas de cumprimento da escolaridade mais baixas. O Estado português propendia para uma “*construção retórica da escolaridade*”⁷ (Soysal e Strang, 1989: 285, cit. por Candeias, 2010: 35), ou seja, decretou bastante cedo leis que impunham a obrigatoriedade escolar, mas revelou-se impotente para os implementar. Segundo Nóvoa (1993: 3), os sistemas educativos mudam a um ritmo extremamente lento e existe a incapacidade para instituir as condições necessárias para uma evolução positiva no sistema educativo.

Em Portugal, o positivismo desenvolveu-se e tornou-se a mais importante corrente de pensamento difundida, rapidamente se estendendo a todos os campos do saber. O positivismo e o cientismo invadiam gradualmente a mentalidade e a cultura portuguesas. Os positivistas portugueses consideravam que as influências do enciclopedismo e da religião católica, vista como sendo a raiz da superstição e do dogmatismo, eram prejudiciais para a educação e para o progresso.

Entre os finais do século XIX e o início do século XX, devido às influências do positivismo e do cientismo, a elite culta acreditava que era através de uma educação científica que se alcançaria a verdadeira e a definitiva regeneração da sociedade. O discurso pedagógico deveria ser orientado para a transmissão de conhecimento úteis científicos e técnicos com finalidade intelectual e profissionalizante. Considerava-se que a educação deveria procurar a difusão da ciência e da técnica e defendiam-se propostas de renovação pedagógica de carácter positivista tanto no campo do republicanismo, com Emídio Garcia, Teixeira Bastos, Rodrigues de Freitas, José Augusto Coelho, Teófilo Braga e Júlio de Matos, como no campo monárquico, como era o caso de Ramalho Ortigão.

No plano do florescimento cultural e intelectual europeu, o século XIX herdou da Europa das Luzes a concepção de um “espaço europeu com denominadores comuns e sinais de vitalidade ao nível dos intermediários culturais, como os livros, a imprensa periódica e a enorme aventura de *l’Encyclopédie* e dos enciclopedistas” (Nunes, 2006).

No século XIX, no Velho Continente e no Novo Mundo, a imagem de ciência reflectia *ordem e progresso*. O *laboratório* tornou-se o símbolo da cultura científica oitocentista, substituindo os gabinetes e as práticas científicas do século XVIII mais imaginativas e recreativas, como as colecções de plantas e conchas, as experimentações com electricidade, o uso da lupa para observar flores. Impôs-se a representação do *laboratório*, com bancada e instrumentação científica, sinónimo de crescente profissionalização da ciência (Nunes, 2002, 2006). Com efeito, o

⁷ Nóvoa (1993: 3) designa como “construção retórica da educação”.

cientista adoptou uma postura profissional: manipula, experimenta e ensaia; difunde os resultados dos seus trabalhos no seio da comunidade científica nacional e internacional.

Então, gerou-se um novo paradigma de investigação científica assente em pesquisas que tinham como tónica e objectivo resolver problemas da vida quotidiana, concretamente os de ordem médico-social que afectavam a própria sobrevivência física das populações. Por exemplo, no domínio da Química, os cientistas portugueses, estando ao corrente dos avanços científicos internacionais, concentraram-se na aplicação de conhecimentos desta disciplina na análise química das águas termais e de consumo. Eram trabalhos laboratoriais com efeitos benéficos na área da saúde pública, numa época em que as epidemias colocavam em risco a vida das populações.

A concepção positivista/cientista defensora das virtualidades de uma educação científica como garante de regeneração e progresso, reforça-se na ideia de Pereira e Pita (1993) que defendem que “a autoridade das ciências biomédicas se acentuou em virtude da grande aposta política finissecular na disciplina vital e mental das populações”, ou seja, a “disciplina vital” implicava preocupações demográfico-sociais, como o prolongamento da idade média da espécie humana, o controlo demográfico, o aperfeiçoamento dos atributos físicos das populações, em suma o possível triunfo da vida sobre a morte; ao passo que a disciplina mental compreendia o desafio do binómio instrução-educação. A “disciplina vital tanto médico-higiénica como pedagógico-política das populações” tinham a colaboração das tecnologias de papel, ou seja, as indústrias ligadas à produção e à circulação do objecto impresso.

Rosseau (1990: 147) defende a existência de uma relação entre a ciência e o advento do livro impresso, citando o seguinte excerto do artigo “The Book as a Scientific Instrument”, da autoria de Derek J. de Solla Price⁸:

Si bien la ciencia ayudó al nacimiento de los libros impresos, fueron sin duda éstos los que llevaron a la ciencia desde hábitos medievales, directamente, a una revolución científica en efervescencia... Por supuesto, la rápida difusión del conocimiento entre nuevas clases fue lo que creó las actitudes modernas hacia la religión y la ciencia...

Durante o século XIX, o impresso assumiu importância na difusão da ciência entre as classes populares e garantiu, gradualmente, a prossecução da educação para todos. O livro impresso pôs em circulação os temas de interesse geral e os conhecimentos úteis, resultantes do progresso científico e técnico no campo das actividades económicas, da medicina e saúde pública, da educação corporal e cívica. A intenção de difundir a ciência por um vasto público de leitores conduziu à produção de edições populares que continham informação redigida numa linguagem acessível e eram comercializadas a preços mais baixos no mercado editorial.

⁸ Derek de Solla Price (1967). The Book as a Scientific Instrument. *Science*, vol. CLVIII, n.ºs 102-4. Citado em Einsenstein, E. L. (1979). *The printing press as an agent of change*, II, 691.

Assim, a objectividade da ciência tocava o quotidiano das esferas públicas e domésticas – Sociedade, Escola e Família – povoadas por indivíduos com mentalidades e representações diferentes do quotidiano.

Matos (2000) defende, no seu estudo sobre a divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos no século XIX, que, ao invés do que se tem escrito, a elite portuguesa acompanhava os estudos e inventos da ciência e da tecnologia, que iam sendo realizados nos outros países europeus e tinha consciência da sua importância para o progresso do país. Na segunda metade de oitocentos, intelectuais, editores e livreiros portugueses envolveram-se em iniciativas editoriais para a difusão conhecimentos científicos e técnicos entre um largo estrato da população, visando uma educação científica do povo.

Segundo esta investigadora, o aumento do consumo de livros e de periódicos resultou de alterações ligadas a factores económicos e culturais no mercado livreiro e do incremento de novas técnicas⁹ ligadas à produção de papel e de tinta tipográfica, que permitiram colocar no mercado livros a preços mais baixos. Assim, tal como Matos (2000) afirma,

A divulgação dos conhecimentos científicos assume particular importância, pois foi através dela que ciência e a tecnologia passaram da esfera de um mundo restrito para o conjunto da sociedade, influenciando na cultura e mentalidade das populações e criando nos políticos, nos empresários e na opinião pública em geral uma maior abertura à produção, transferência e aplicação de novas tecnologias.

No que concerne à produção e à circulação das edições em Portugal, a partir de meados de oitocentos, publicaram-se edições populares, entre elas: *Almanaques Populares* (1848-1851) que procuravam ser "o livro de todos - e para todos"¹⁰ por iniciativa de Filipe Folque, Fradesso da Silveira e Francisco Angelo de Almeida Pereira e Sousa; *A Felicidade pela Agricultura* (1849) de Castilho; a *Bibliotheca das Fabricas* (década de 1860) pela Associação Promotora da Industria Fabril; a *Bibliotheca de Agricultura e Sciencias* (1880), da autoria de João de Andrade Corvo, pela Empresa Comercial e Industrial Agrícola, com vários volumes aprovados pela Junta Consultiva da Instrução Pública para uso nas escolas populares.

Mas, conforme Matos defende,

A circulação da informação no sentido horizontal, ou seja entre a elite científica, política e económica do país e a elite dos outros países, foi relativamente fácil e constante. O problema colocava-se na divulgação e circulação vertical dessa informação, que dificilmente era apreendida pelos estratos mais baixos e com menos instrução.

Todavia, à luz da perspectiva de Ginzburg (2006), esta concepção de “circulação vertical” poderá levantar interrogações acerca da relação entre a “cultura das classes subalternas e das

⁹ Nos anos 80 do século XIX, José Júlio Rodrigues, lente da Escola Politécnica de Lisboa, montou uma fábrica de tintas tipográficas. Do mesmo modo, entre 1852 e 1881, verificou-se o aumento significativo de indústrias de fabrico do papel.

¹⁰ Cf. *O Panorama*, vol. I, n.º1, pp. 1-2, citado por Matos (2000).

classes dominantes”. Este autor discute a tese segundo a qual as ideias “nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes”, colocando as seguintes questões: “Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em circularidade entre os dois níveis de cultura?” (Ginzburg, 2006: 12).

Durante o século XIX, a circulação de livros e de periódicos em Portugal enfrentou outros obstáculos consequentes das assimetrias entre as regiões. Nas principais cidades e vilas existiam correspondentes das principais instituições científicas e de algumas publicações e aumentou o número de livrarias o que facilitou a distribuição de livros e periódicos; ao invés fora das principais localidades, nos lugares mais recônditos, a falta de vias e meios de comunicação eram um entrave ao contacto das populações com a cultura impressa, chegando aí somente por recoveiros, mercadores ambulantes, correios e postas-restantes.

1.2 Deve-se educar ou instruir o povo?

A educação popular assenta nos princípios da liberdade individual e da responsabilidade social, base da cidadania activa; utiliza o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino pela via do diálogo; visa a educação e formação de jovens e adultos com conhecimento e consciência cívica, promovendo a participação popular para a transformação social. Este campo de estudo abrange iniciativas e experiências que visam o progresso/desenvolvimento através da melhoria e da transformação do indivíduo como caminho para a regeneração.

A elite política e intelectual portuguesa, até meados do século XIX, possivelmente, alheadas do défice intelectual alegavam que o povo era estúpido, portanto, não era dado a abstrações, nem a grandes leituras. Crentes na sua superioridade intelectual procuraram doutriná-lo. Debatiam-se as questões: Deve-se instruir ou educar o povo? Deve-se ensinar o povo a ler?

Foi, no contexto do liberalismo português, na segunda metade do século XIX, que se afirmou a “fé na instrução salvadora dos povos” (Torgal, 1993: 609) e ganhou significado a noção de instrução pública, em virtude das concepções burguesas e populares do ensino que se difundiam.

Para Torgal (1993: 609), os termos *instrução* e *educação* eram, com frequência, empregues, indistintamente, no discurso pedagógico dessa época. Porém, este autor, citando o artigo intitulado *Da educação em todas as idades*, publicado na revista *O Panorama* (1839), refere que se procurou diferenciar as expressões:

De ordinário confundimos estas duas palavras: educação e instrução; mas cada uma tem a sua acepção diversa. A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, segundo os princípios para

que as recebemos da Natureza; a instrução, porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais (cit. por Torgal, 1993: 609).

Valorizavam-se as aprendizagens escolares elementares, como ler, escrever e contar, o que conduziu ao predomínio da utilização do termo instrução pública. A expressão pública conferiu uma dimensão social mais ampla à instrução, na medida em que a estende ao povo, extravasando-a para além do contexto doméstico e familiar (Torgal, 1993).

Conforme defende Fernandes (1998: 38), na Regeneração, introduziu-se um “novo ciclo na relação sistema escolar – sociedade global”. Assim, “desde os começos da Regeneração, o discurso pedagógico em torno da educação popular desdobra-se em declarações sonantes que acentuam o papel de primeira linha desempenhado pela escola e pelo professor”, sendo o “ensino o ensino popular a raiz de todo o progresso”.

Acreditava-se que o progresso dependia da escola, que era por excelência o campo destinado ao cultivo das grandes virtudes, ao fortalecimento dos espíritos, à formação do homem capaz de organizar a família em bases sólidas, simpáticas e justas, de acordo com as aspirações do progresso, em consonância com as normas científicas (Nascimento, 2001).

No período da Regeneração, o processo de industrialização, embora tímido e tardio, intensificou-se em Portugal. De acordo com Fernandes (2004), o aparecimento das primeiras iniciativas de educação popular de adultos em Portugal coincidiu com uma fase de desenvolvimento industrial que se acentua a partir de 1875. Verificou-se a ascensão demográfica e a concentração do proletariado no Porto, em Lisboa e Setúbal. Em simultâneo, agravam-se as condições de vida da classe operária. Como resposta à sua situação socioeconómica do operariado, assiste-se à implementação do movimento associativo para defesa dos seus interesses.

O associativismo operário continha uma vertente cultural e educativa, tendendo a reproduzir o modelo cultural das classes hegemónicas, sem antagonismo entre classes sociais, neste caso entre os operários e os indivíduos oriundos da pequena burguesia intelectual. Uma facção operária mais progressista procura no associativismo uma solução para combater a elevada taxa de analfabetismo, aliando-se a membros progressistas da pequena burguesia, defensores da instrução pública como instrumento de progresso. Foram os casos de António Rodrigues Sampaio e António Feliciano de Castilho que apoiam as escolas nocturnas destinadas a trabalhadores manuais das zonas rurais dos arredores de Coimbra, criadas pela Associação Promotora de Educação Popular.

Nas últimas décadas do século XIX, a propaganda republicana gravitou em torno de acções em prol da educação do povo, na qual se depositava a esperança da regeneração nacional. Era a condição indispensável à consciencialização cívica e à elevação moral e espiritual do povo, para esmagar a ignorância e os preconceitos, entendidos como sendo a origem da decadência.

Quanto mais se agravava a crise da monarquia portuguesa, mais se intensifica a propaganda republicana e cresce o Partido Republicano, que rapidamente difunde a sua ideologia através da organização de centros, grupos, associações, ligas, grémios, escolas ou clubes.

Assim, a par da escola, que era a base inicial para o desenvolvimento de cidadãos mais instruídos e mais conscientes, nos centros republicanos, com aulas em regime nocturno, decorriam sessões de divulgação cultural orientadas pelos mais prestigiados membros do Partido: professores, escritores e artistas. As prelecções incidiam sobre a história pátria, geografia, ciências naturais, literatura nacional, questões políticas nacionais e internacionais, além de outros temas relacionados com a vida quotidiana das populações. O movimento cultural popular contou também com a fundação de instituições promotoras de educação popular, influenciadas pelo socialismo, republicanismo e anarquismo, intimamente ligadas à pequena burguesia e ao proletariado. Como exemplo, em 1889, fundou-se, em Lisboa, a Academia de Estudos Livres, que altera os estatutos em 1904 para se tornar Universidade Popular.

Entre os finais do século XIX e início do século XX, os pedagogos debatiam a preeminência do valor da instrução ou da educação no âmbito escolar. No entanto, principalmente, o pensamento pedagógico republicano denotava uma complementaridade entre instrução e educação, sendo a primeira um passo imprescindível para alcançar a educação cívica (Pintassilgo, 1998, 2010).

1.3 O povo: representação e conceito

No Portugal oitocentista, a educação surge como um instrumento de poder usado pela elite política e intelectual para emancipar, normalizar e civilizar o povo, tendo finalidades aparentemente opostas: por um lado, pretendia ser emancipadora pela formação de cidadãos capazes de participarem livre, consciente e criticamente na vida pública; mas, por outro lado, manifestava a sua vocação normalizadora através do controlo social e cultural para legitimar a nova ordem política. Os elementos da elite intelectual almejavam exercer o papel de “guias espirituais da nova sociedade” (Catroga, 1993).

Na viragem do século XIX para o século XX, a crença nas virtualidades de uma educação escolar presumia a ideia da educação do povo com finalidade redentora e transformadora, garantindo a extinção do analfabetismo e a regeneração de Portugal. Em virtude da sua incapacidade de aceder à cultura escrita, o povo analfabeto não estaria em condições de ser o cidadão-eleitor, consciente e participativo. Logo, teria que ser salvo através da instrução deramada de cima pelas classes educadas.

Principalmente no discurso republicano, o analfabeto era representado como uma eterna criança, um indivíduo profundamente manipulável ou vivendo num estado de marginalidade social e de inconsciência cívica, um cego perdido no nevoeiro da vida, um meio homem, um deficiente que não pensava por si.

Afinal, quem seria o *povo* analfabeto? Corresponderia esta imagem à realidade? Ou seria uma ideia forjada para justificar ideias e discursos de grupos específicos?

Roger Chartier (2002), historiador francês, conceptualizou a história cultural em que desenvolveu os conceitos de *representação* e de *prática*. Chartier, no âmbito da história cultural, trabalhou como objecto do seu estudo a noção de representação com o fim de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler” pelos grupos sociais (Chartier, 2002:16). Trata-se, assim, do estudo sobre o processo de construção das representações e das práticas, em que as representações são entendidas como construções que os grupos fazem sobre suas práticas. De acordo com esta ideia, as representações traduzem a “apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, embora consideradas visando a universalidade, “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, pelo que é necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 2002: 17).

As representações, sendo individuais ou coletivas, geram discursos que produzem efeito prático na sociedade, porque estão longe de serem neutros e estão colocados num campo de concorrências e competições visando poder e dominação. De acordo com Chartier, as representações

Produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticos) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (p.17).

É fundamental na elaboração desta dissertação definir o conceito de povo. Para o explicitar obtivemos os contributos muito importantes dos trabalhos de Fernandes (2004) e de Pintassilgo (2006) sobre a intervenção de intelectuais portugueses no desenvolvimento de projectos e iniciativas, na área da educação popular, ligados às universidades populares e às universidades livres, em Portugal, no início do século XX.

No âmbito desses estudos os referidos investigadores identificam e analisam a noção de povo, partindo do debate e de reflexões apresentadas por Jaime Cortesão e António Sérgio no início do século XX.

Jaime Cortesão reflectia, num artigo da revista *Vida Portuguesa*¹¹, em 1912, sobre o público frequentador das universidades populares. Este intelectual defendia que em Portugal as Universidades Populares teriam de se “dirigir ao povo num sentido muito lato e aliás mais verdadeiro”, que se opunha ao caso francês, em que aquelas instituições se destinavam aos operários, ou seja, ao “Povo num sentido muito restrito” (Pintassilgo, 2006: 98).

Deste modo, Cortesão perfilhava uma noção de povo que abarcava “todos os portugueses a qualquer classe que pertençam”, porque o povo “está falho de educação” por ser “completamente ignorante” ou por ter tido “uma educação cheia de taras jesuíticas” (Pintassilgo, 2006: 98). Com base nesta acepção lata de povo, aspira-se educar não apenas as elites, “mas sim todo o povo” (Pintassilgo, 2006: 99).

Neste quadro socio-cultural, o esforço de iniciativas de educação do povo significaria a sua preservação e a sua salvação dos infortúnios sociais gerados pela violência, pelo fanatismo, crime e alcoolismo, “frutos presumíveis das carências educacionais” (Fernandes, 2004: 100).

Na primeira década do século XX, António Sérgio¹² defendia um sentido ainda mais amplo de povo, realçando-se a ideia de povo pertencente a uma pátria cultural e linguística que incluía os Portugueses e Brasileiros de todas as classes sociais. Argumentava, então, que “a cultura do povo português” assentaria numa “larga acção educadora, exercida pela fundação e manutenção de jardins-escolas e escolas-oficinas, universidades populares, revistas, conferências, discussões”, considerando “os homens de todas as classes sociais, e não só portugueses, mas brasileiros também” (cit. por Pintassilgo, 2006: 95).

1.4 O livro impresso: produção, circulação e apropriação de modelos culturais

No campo da História da Educação, da Cultura, do Livro e da Leitura, as concepções propostas em Carvalho (2006), Carvalho e Toledo (2004, 2007), Mogarro (2006), Pintassilgo (2006), e Toledo (2006, 2006a) possibilitaram pesquisas sobre a produção, a circulação e as utilizações específicas do objecto impresso como produto de estratégias editoriais no domínio da educação, e no caso desta investigação no da educação popular. Estas perspectivas, inspiradas nas teses historiográficas de Roger Chartier (1996, 1997, 1998, 2002) e de Michel de Certeau

¹¹ Por iniciativa de Jaime Cortesão, nasceu dentro do movimento Renascença Portuguesa, em 1912, a revista *A Vida Portuguesa* cujo projecto editorial se centrava na reflexão sobre os problemas pedagógicos, religiosos, económicos e sociais e a procura de soluções. De acordo com Pintassilgo (2006), a Renascença Portuguesa foi um movimento com grande expressão no panorama cultural português, nas primeiras décadas do século XX. Foi liderado por intelectuais republicanos influentes, tais como Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão, António Sérgio, Raúl Proença, Leonardo Coimbra e Álvaro Pinto. O movimento tinha como objectivo promover a maior cultura do povo português, através de diferentes meios de difusão: conferência, manifesto, revista, livro, biblioteca e escola.

¹² Neste artigo António Sérgio retomou ideias desenvolvidas numa conferência proferida no Rio de Janeiro e apresentou os propósitos da Renascença Portuguesa.

(1994), constituem um quadro teórico de investigação que permitem, também, analisar e compreender as representações que os educadores, autores e editores construam sobre os leitores que pretendiam educar.

A utilização do objecto impresso, especificamente, o livro, resulta da produção, circulação e apropriação de modelos culturais. Para Chartier (1998: 9), a cultura do objecto impresso encerra uma dupla definição: por um lado, importa considerar os aspectos relacionados com a produção e a circulação; por outro lado, as múltiplas utilizações e as diversas apropriações de que os objectos impressos de grande circulação foram alvo entre Gutenberg e a segunda revolução do livro, no século XIX.

No domínio da História da Cultura, o estudo da materialidade dos objectos culturais implica distinguir as marcas da sua produção, circulação e usos. A investigação demarcada pelas problemáticas relativas à materialidade dos objectos culturais conduz ao conhecimento das estratégias que os produzem e põem em circulação e das apropriações de que são matéria e objecto (Certeau, 1994; Chartier, 1996, 1997, 1998, 2002).

No campo de estudo sobre a circulação de objectos culturais, como é o caso do livro impresso, analisado à luz do conceito de *apropriação* proposto por Certeau (1994), evidencia-se a separação entre “os usos prescritos e os usos efectivos” (Carvalho, 2006: 141). Isto significa que a circulação dos objectos culturais, no tempo e no espaço, possibilita usos discrepantes dos usos que foram previstos e encontra-se inscrito na sua materialidade aquando da sua produção, graças a *práticas de apropriação* que põem em relação “uma matéria a ser apropriada, uma situação, uma finalidade e um agente dotado de competências específicas que, nesta situação, actualiza um repertório cultural determinado”. As “práticas de apropriação são sempre de práticas de transformação de objectos materialmente estruturados” e podem ser entendidas como “táctica” que subverte “dispositivos de modelização” inscritos na materialidade dos objectos culturais (Carvalho (2006: 143).

O estudo do impresso obriga a entender os dispositivos textuais e tipográficos de modelização de leitura inscritos na configuração material do impresso como “forma produtora de sentido” (Chartier, 1996). Pois, “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (Chartier, 2002: 127). Ao citar D. F. McKenzie¹³, Chartier (1997) reitera essa ideia, afirmando que

A atenção centra-se no modo como as formas físicas, através das quais os textos são transmitidos aos seus leitores (ou aos seus auditores), afectam o processo de construção do sentido. Compreender as razões e os efeitos dessas materialidades (por exemplo, para o livro impres-

¹³ Cf. Chartier (1997: 48), D. F. Mackenzie, *Bibliography and the sociology of texts*, op. cit., em particular “The book as an expressive form”, pp. 1-21 (tr. fr., pp. 25-54).

so, o formato, a disposição da página, o modo de fragmentação do texto, as convenções que regulam a sua apresentação tipográfica, etc.) remete necessariamente para a verificação que os autores ou os editores exercem nessas formas encarregues de exprimir uma intenção, de dirigir a recepção, de forçar a interpretação (p. 48).

No caso do estudo do impresso, a noção de apropriação entendida como *táctica* harmoniza-se com o conceito de *estratégia* (Certeau, 1994).

A ideia de estratégia remete a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder, por exemplo uma casa de edição, evidenciando “dispositivos de imposição de saberes e normatização de práticas”. Por conseguinte, estudo do impresso como produto de estratégias permite esclarecer “as marcas de usos prescritos e de destinatários visados por seus produtores, – autores e editores, mas têm esse seu valor indicial relativizado pelas estratégias de que são produtos”. Deste modo, a apropriação compreendida como táctica “subverte os dispositivos materiais – textuais e tipográficos – de modelização do destinatário, põe em cena esse hiato entre os usos e suas prescrições, evidenciando a complexidade da relação entre objectos culturais e seus usos”. É a posição das práticas de transformação dos objectos culturais em relação a um lugar de poder determinado que estabelece a distinção entre os conceitos de estratégia e de apropriação: enquanto a primeira é prática cujo exercício se dá a partir de um lugar de poder, as “práticas de apropriação dão-se sempre em um território que não é o seu” (Carvalho, 2006: 143-144).

1.5 A colecção como estratégia editorial para propaganda da instrução

No século XIX, os editores com o objectivo de promover a difusão da ciência para um número mais amplo e menos erudito de leitores inventaram as colecções populares de divulgação científica. O que era uma *colecção*? O que era uma *biblioteca*? Significariam ambas a mesma realidade editorial?

Segundo Chartier (1997), citando o *Dictionnaire universel* de Antoine Furetière (1690),

O primeiro sentido é o mais clássico: “*Biblioteca*: apartamento ou lugar que serve para colocar livros; galeria, edifício cheio de livros. Emprega-se também para designar os livros que estão arrumados nesse edifício.” Surge depois um segundo significado que não designa um lugar, mas sim um livro: “*Biblioteca* é também uma colecção, uma compilação de várias obras do mesmo género, ou de autores que compilaram tudo o que pode ser dito acerca do mesmo tema.” (pp. 100-101).

Chartier reforça o segundo sentido, fazendo referência ao *Dictionnaire* da Academia de França, que surge quatro anos após o de Furetière,

Chama-se também *bibliotecas* às colecções e compilações de obras do mesmo género.” São dados três exemplos práticos a seguir à definição: “*La Bibliothèque des Pères, La Nouvelles Bibliothèque des Pères, La Bibliothèque du Droit François* (pp. 101-102).

No quadro da historiografia francesa do livro e das edições, Olivero (1999) analisa a colecção como uma nova ordem de impresso inventada, produto de uma estratégia editorial, que visava a conquista de um público mais vasto de leitores, em França, no século XIX. A investigadora, a partir do estudo dos dispositivos editoriais de produção da colecção, construiu um modelo de análise passível de se estender para além do caso francês¹⁴.

O modelo de Olivero (1999: 126-141) permite identificar e analisar os dispositivos de homogeneização dos livros e os dispositivos de produção que se traduzem nos dispositivos tipográficos e textuais de produção, que conferem a identidade e a unidade à colecção: a padronização das capas, contracapas, páginas de espelho e lombadas; a estrutura interna dos volumes, estabelecendo-se um modelo ao qual os textos publicados são submetidos; as estratégias de divulgação.

Uma “coleção de livros é sempre produto de uma estratégia editorial dotada de características que lhe são específicas” e que adquirem “contornos variáveis, adequando-se a condições específicas impostas pelo mercado editorial e reajustando-se segundo objetivos historicamente variáveis, de natureza económica, cultural e política” (Carvalho e Toledo, 2004: 1, 2007: 1).

Deste modo, o estudo da colecção como modalidade específica de impresso obriga a considerar, na sua materialidade, uma dupla estratégia de mediação cultural e educativa: do ponto de vista editorial, por meio da reorganização dos textos para a ampliação do mercado, concebe as representações do leitor e das práticas de leitura específicas e adequadas a ele; no campo da educação, por meio da selecção e da adaptação do conjunto de textos e de autores, traça o programa específico de formação do leitor.

Torna-se pertinente reconhecer as características que marcaram as colecções populares. Esta nova ordem de impresso destacava-se por ser portátil e de baixo custo. A produção e a circulação do livro barato orientavam os critérios estéticos e editoriais traçados pelos editores, como o tipo de papel, a uniformidade da capa, a similaridade entre os volumes, tiragem e periodicidade da publicação.

Para além disso, os livros que formavam as colecções deveriam ser concisos e pouco volumosos, embora tivessem que conter os “conhecimentos uteis”, ou seja, o essencial do que havia sido produzido até ao momento pelo conhecimento humano, e ser, pelo seu baixo preço, acessível a todos os indivíduos.

Reportando ao conceito de estratégia de Certeau, Carvalho e Toledo (2007) afirmam,

¹⁴ Conforme Olivero (1999) defende, a indústria do livro, em França, no século XIX, enfrentava um duplo desafio: por um lado, a necessidade de ampliar o mercado consumidor num período de crise da indústria livreira francesa e, por outro lado, a procura de uma política cultural que depositasse no livro a missão de educar, civilizar, universalizar e edificar.

A edição de coleções é sempre produto de uma dupla inserção em um lugar de poder: de um lado, a de um interesse econômico de uma casa de edição, marcada por uma lógica que visa a ampliação do mercado editorial; de outro, a de uma política cultural que deposita no livro uma missão, variável segundo os objetivos que lhe são atribuídos por seus promotores, em situações históricas específicas (p.1).

Com efeito, na opinião de Venâncio (2004), as coleções, como produto de uma estratégia editorial, integram-se no

Processo de afirmação da figura moderna do grande editor que se distinguia dos livreiros e impressores. As coleções criadas pelas casas editoras européias podem ser consideradas o principal instrumento de afirmação do poder dos editores [...]. A criação de coleções populares foi, justamente, o que permitiu aos editores o estabelecimento de um comando editorial através do qual eles passaram a estabelecer as normas do mercado. Na organização das coleções, os editores mudaram sua ação, deixando de comprar manuscritos propostos pelos autores, e passando, por meio de uma produção planejada, metódica e racional, a solicitar e fazer com que os autores produzissem textos que atendessem aos seus interesses (pp.6-7).

A estratégia programada para produção de uma coleção envolve dispositivos editoriais como a seleção de textos e autores adequados a leitores diferenciados e a configuração de um *aparrelho crítico* (prefácios, notas, índices, exercícios, sumários) que adaptam o texto, integrando-o no padrão da coleção. O editor, em vez de impulsionar toda uma rede de especialistas para a produção de cada um dos textos, estabelece um único padrão de edição, estimulando os especialistas apenas para a produção geral.

Com a padronização geral consegue-se uma diminuição dos custos gerais e, em consequência, a unidade da coleção (Toledo, 2006: 202). Esta estratégia implica um enorme investimento por parte dos editores na produção das coleções que tem como objectivo ampliar o público leitor através da diminuição dos custos cada livro produzido.

De acordo com Olivero (1999), o estudo da coleção levanta o problema do crescimento do público leitor, já que as novas práticas editoriais visam sempre uma expansão do mercado editorial, atingindo novos leitores: os que ainda não fazem parte do círculo dos que consomem esta mercadoria ou os novos leitores, por estarem limitados no acesso ao livro, que ainda não têm entrada no mercado editorial. Neste sentido, tomando as palavras de Toledo (2006),

As coleções são uma maneira de tornar atraente um produto que já circula – o livro – atraindo novos consumidores para novas formas de uso do produto. O livro é adaptado a um perfil específico de leitor e oferecido como produto especialmente desenvolvido para este. (...) Pela adaptação editorial do texto, os leitores que por suas qualidades (financeiras ou intelectuais) não teriam possibilidade de ler um determinado texto têm acesso a ele pelas operações editoriais. Nessas operações, a prática editorial acaba por inventar o leitor ao qual se destina o livro, à medida que as adequações de cada proposta objetivam um tipo de leitor que estaria mais interessado em um tipo específico de leitura (p. 201).

A invenção da coleção levou à invenção dos leitores. Os editores adequam a produção do impresso em função da representação do leitor, adaptando os textos ao leitor ou gizam estratégias que motivem os novos leitores para a leitura.

CAPÍTULO II

David Corazzi e a “Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros”

2.1 O percurso de um editor “lisbonense, inteligente e activo”

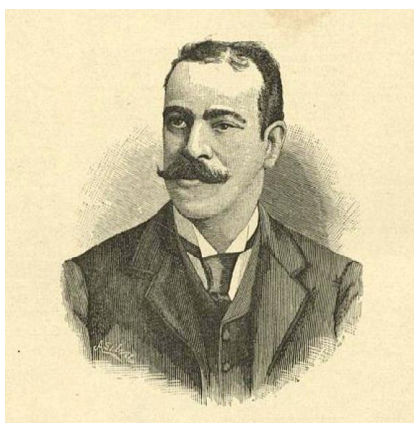


Figura 1 – David Corazzi.

Fonte: *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*.

David Augusto Corazzi nasceu a 4 de Julho de 1845 e morreu no dia 28 de Novembro de 1896, em Lisboa. Era filho de D. Maria da Piedade da Costa Martins Corazzi e David António Caetano Corazzi (1799-1858)¹⁵ de origem italiana. O pai era médico-cirurgião formado na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa.

Aos 15 anos, David Corazzi ficou órfão de pai¹⁶ e dispunha de poucos recursos. Mas, D. Maria da Piedade, sua mãe, conseguiu que o filho seguisse estudos com um pequeno património deixado pelo marido. Domingos (1985), citando Magalhães Lima, salienta que

Até aos 20 anos, «David Corazzi, que sempre alimentara no seu espírito um grande amor pelo estudo», começou a frequentar as diferentes aulas públicas, tais como o Liceu Nacional, Escola do Comércio, aula de Taquigrafia, aula de Paleografia na Torre do Tombo, Conservatório Real de Lisboa, etc. (p.21).

Em Novembro de 1863, com 18 anos, Corazzi foi admitido como praticante da Administração Central dos Correios de Lisboa, onde o tio, seu tutor, era chefe de repartição. Ao longo da carreira, mesmo com “pouca inclinação para o funcionalismo público” (Domingos, 1985: 21),

¹⁵ Em 1831, desempenhando funções de cirurgião-ajudante da 4 de Infantaria, acompanhou o seu regimento na tentativa de proclamarem a Carta Constitucional, em Lisboa, no dia 21 de Agosto. Ao contrário dos seus camaradas revoltosos, escapou à sentença de fuzilamento do Conselho de Guerra no Campo de Ourique.

¹⁶ Domingos (1985: 21) cita um artigo de Magalhães de Lima, em que este fez uma apresentação biográfica de David Corazzi em *Commercio e Industria – Sciencias Artes e Letras* (1880), referindo que ele ficara órfão de pai e mãe aos 15 anos. Porém, a mesma autora e outras fontes consultadas, tais como o artigo de Caetano Alberto (1896) na revista *O Occidente*, a biografia de Corazzi na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VII, pp.654-655, referem apenas a morte do pai.

foi sendo promovido a 3º oficial da Administração, em Dezembro de 1872, e a 2º oficial, em Janeiro de 1878.

No início da década de 70, o percurso de vida de Corazzi direccionou-se para a actividade editorial. Então, recorreu ao que lhe restava do património herdado, vendendo por 70 mil réis o direito à propriedade do livro da autoria de seu pai¹⁷.

E tal como Caetano Alberto¹⁸ testemunhava, em Dezembro de 1896, prestando homenagem póstuma ao amigo Corazzi,

[...] aos 27 annos só lhe restava a propriedade do citado livro do pae. Foi essa propriedade, que elle então vendeu por 70\$000 e que constituiu o capital com que principiou a sua empresa editora, no meio dos seus amigos e collegas do correio, onde David Corazzi era empregado.¹⁹

De seguida, Corazzi lançou-se na actividade editorial com a edição em folhas semanais dos então famosos romances franceses de Ponson du Terrail²⁰. Para a divulgação da publicação mandou imprimir prospectos em que anunciava as condições de assinatura. Para levar a bom porto este empreendimento, contou com o auxílio e a dedicação dos amigos, em especial o “velho criado Thiago”, tal como Caetano Alberto narra:

O primeiro livro que editou foi uma tradução *Os Cavalleiros da Noite*, ás folhas, que o seu velho criado Thiago dobrava e distribuía pelos poucos assignantes com dedicação de quem se interessava pelo bom resultado da empreza. Entretanto a colheita não foi grande n’esta tentativa nem na segunda, *Os herdeiros falsos*.²¹

Domingos (1985) esclarece a organização e a logística adoptadas na fase embrionária da casa editora de Corazzi:

O expediente dessa pequena *Empresa Horas Romanticas* – como lhe chamou com bom humor – estava todo a seu cargo; o escritório era o seu quarto numa hospedaria na Travessa do Guarda-Mor. (p.22).

A investigadora, relatando Magalhães de Lima, acrescenta mais dados:

Conta Magalhães de Lima que «nesse tempo, todo o amigo que fosse visitar D. Corazzi era obrigado a pagar uma pequena contribuição, dobrando umas tantas folhas e ajudando-o no expediente, o que todos faziam de boa vontade e com espírito despreocupado, que, em geral, dá a mocidade» (p.22).

No artigo, já citado, publicado no periódico *O Occidente*, Caetano Alberto afirmou que o editor no lançamento da sua casa editora foi

¹⁷ António Augusto Corazzi escreveu, pouco tempo antes de falecer, a obra *Novo consultor cirúrgico-médico, e farmacêutico contendo artigos especiais sobre o tratamento preservativo e curativo da cólera morbus, febre amarela, tifo e das moléstias da costa de África e sífilíticas* (Lisboa, 1857).

¹⁸ Caetano Alberto, juntamente com Manuel de Macedo, Guilherme de Azevedo e Francisco António das Mercês fundou, no ano de 1878, em Lisboa, “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”.

¹⁹ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

²⁰ Deste modo, Corazzi inaugurava a colecção “Horas romanticas Bibliotheca selecta illustrada” que viria a incluir autores como Leite Bastos, Gervásio Lobato, Xavier de Montepin, A. Belot e Émile Zola.

²¹ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

[...] coadjuvado por alguns amigos que o rodeavam, entre os quaes nos lembram Ramiro Seixas, Cunha e Sá, Mantas, Manoel de Macedo, João Dantas, José de Mello e quem escreve estas linhas como o mais somenos dos que o auxiliaram no desenvolvimento da sua empresa, nascida n'uma pequena casa da antiga rua dos Calafates, hoje rua do Diario de Noticias, não esquecendo o velho Thiago, que foi quem ajudou a bem nascer a modesta biblioteca romântica, que pouco depois se convertia nas *Horas Romanticas*. Sim o velho Thiago foram as pernas de todo aquelle movimento.²²

Thiago, o “velho criado”, terá sido o suporte que sempre amparou, caminhou e permaneceu, apesar das mudanças e das vicissitudes que advieram na vida e na actividade editorial de Corazzi. Como Caetano Alberto lembrava,

As Horas Romanticas foram substituídas pela Companhia Nacional Editora, mas o Thiago é que ninguém o substituiu; continuou sempre no seu posto, um tanto triste com a mudança de nome das suas *Horas Romanticas* e mais triste ainda desde que a doença impossibilitara David Corazzi, o seu querido e antigo patrão, de tomar parte activa na direcção da empresa.²³

Finalmente, Corazzi veio a concretizar o seu êxito editorial com o lançamento da obra *Rei Maldito* de Fernandez y Gonzalez, traduzida por António Manuel da Cunha e Sá. Este foi o primeiro dos diversos sucessos editoriais que se seguiram, projectando o nome de David Corazzi e da sua Empresa Horas Romanticas. Como Domingos refere que este sucesso foi a “viragem da sua vida” e

Em menos de um mês o editor ganhava imenso dinheiro, ampliava «instalações» alugando outro quarto, etc.. [...] Assim nasceu a Casa Editora David Corazzi. Cerca de 1880 ele próprio reconheceria que não sabia bem a que dever o êxito de *O Rei Maldito*: àquele «título de jacobino exaltado!» (M. Lima), aos preços de gravuras e folhas, inauditos entre nós ou aos brindes...(p.22).

A Casa Editora David Corazzi (AnexoIII: figura 29) terá passado por duas fases distintas no seu desenvolvimento administrativo e industrial, decorrendo a primeira até 1874 e a segunda de 1874 até ao final da década de 80.

Em 1874 tinha já 17 títulos publicados de Ponson du Terrail, Fernandez y Gonzalez, Tarrago y Mateos, Ortega y Frías e Gustave Aimard. Ainda, *A gravura de madeira em Portugal*, de João Pedroso, com artigos descritivos de Brito Aranha, e *Lisboa na rua*, de Júlio César Machado, e o primeiro número do *Almanach illustrado da Empresa Horas Romanticas*, para o ano de 1875.

Viana (1990: 111) refere que, no catálogo da *Casa Editora David Corazzi – Empresa Horas Romanticas* para 1884 constavam “mais de 120 obras publicadas, muitas das quais em vários volumes, sem contar almanaques, revistas e edições infantis e de caridade”.

Até cerca dos anos 80, a actividade editorial da Casa Editora David Corazzi foi marcada pelo lançamento do romance de ficção científica, com a edição das primeiras obras de Júlio Verne, e pelo romance histórico e de sensação. Em 1880, o ano das comemorações do Tricentenário

²² “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

²³ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

Camoniano, saiu o primeiro volume da *Galeria de varões illustres de Portugal* dedicado a Luís de Camões, da autoria de Latino Coelho. Do programa comemorativo anunciado pela Empresa Horas Românticas constou também a edição monumental d' *Os Lusíadas* com formato *in-folio*, prefaciado por Latino Coelho.

Outras edições de Corazzi marcaram o percurso da sua editora, entre elas: *Geographia moderna: novo atlas*; *Os dictionarios do povo*, dirigido por Ferreira Lôbo; *As farpas* de Ramalho Ortigão; *Methodo simultaneo de leitura e escripta* e *A hygiene das creanças*, ambos da autoria de Branco Rodrigues; *Manual theorico e pratico de gymnastica* de Paulo Lauret²⁴; *Historia alegre de Portugal* por Manuel Pinheiro Chagas; *A chymica na cosinha dedicada ás boas donas de casa* de Klench, autor alemão, com tradução portuguesa por Elisa de Noronha; *Monumentos e lendas de Santarém* de Zeferino Brandão; *Almanach do horticultor* sob a direcção de Duarte de Oliveira Junior; a colecção *Biographias de homens celebres dos tempos antigos e modernos*; *A moda Illustrada: jornal das famílias*; *Bibliotheca infantil*; *Europa pittoresca*; *As Fabulas de Lafontaine*; as aventuras de *Gil Blas de Santillana* por Le Sage, *O Inferno* de Dante; *A vida das flores* dos autores Alphonse Karr e Taxile Delord, com a tradução de Duarte de Oliveira Júnior.

Corazzi introduziu no mercado livreiro português muitas das famosas edições estrangeiras²⁵, contando com a colaboração de um relevante grupo de tradutores, como António Manuel da Cunha e Sá (desde 1870), Xavier da Cunha²⁶, Júlio César Machado, Mariano Cirilo de Carvalho, Manuel Pinheiro Chagas, Pedro dos Reis, José Fernandes Costa, Urbano de Castro, entre outros. O empreendimento da Casa Editora de Corazzi resultou, também, do trabalho dos desenhadores, como Manuel de Macedo (que se evidencia na sua arte desde 1874), Rafael Bordalo Pinheiro, Vítor Bastos, João Dantas e José de Mello, e dos gravadores, como João Pedroso, Caetano Alberto da Silva, Severini e Pastor.

Foi, na segunda fase, durante os anos 80 do século XIX, que Casa Editora David Corazzi registou um grande sucesso empresarial e prosperou bastante, tornando-se uma indústria de grande capacidade e valor. Logo em 1881, data em que inicia a publicação da colecção “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”, a editora de Corazzi ocupava já todo o edifício da rua da

²⁴ Autor de um opúsculo da colecção “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*” que integra o *corpus documental* desta dissertação: Lauret, Paulo. (1881). *Gymnastica. Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª série, 24. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Românticas. (ver Anexo – Catálogo Geral da “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”).

²⁵ Viana (1990: 120) ressalta o trabalho de vinte e um tradutores para a publicação da extensa colecção “*Viagens maravilhosas aos mundos conhecidos e desconhecidos*” por Júlio Verne, nomeadamente as várias as traduções feitas por António Manuel da Cunha e Sá, Henrique de Macedo, Mariano Cirilo de Carvalho e Cristóvão Aires.

²⁶ Xavier da Cunha era amigo e colaborador de David Corazzi. Como director literário da “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”, era o responsável pelos prefácios que acompanham as séries encadernadas. Foi o autor do primeiro número da colecção: Cunha, Xavier da. (1881). *Historia de Portugal. Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 1ª série, 1. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Românticas. Escreveu mais opúsculos e alguns deles sob o pseudónimo de Olympio de Freitas. (ver Anexo – Catálogo Geral da “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”).

Atalaia, 40 a 52, onde se centralizavam a administração e as diferentes oficinas anexas. A capacidade empresarial de David Corazzi manifestava-se pela estrutura organizativa e orgânica expressa na criação de uma cadeia de serviços ligados à produção das edições anexas à casa editora.

Contudo, o final da década de 80 foi marcado pelo fim da Empresa Horas Românticas. David Corazzi e, o seu amigo, Justino Guedes, proprietário de uma litografia, em Lisboa, juntaram-se e formaram uma nova firma: a Companhia Nacional Editora²⁷ (Anexo III: figura 30). Entre 1889 e 1890, David Corazzi terá deixado os trabalhos nas suas empresas, por motivos de saúde. Caetano Alberto revelava que

[...] David Corazzi principiou a sofrer mais dos resultados de uma pneumonia que annos antes o tivera às portas da morte, em Paris. Procurando climas mais temperados viajou pela Italia onde se demorou algum tempo, conseguindo melhorar, mas novas enfermidades o accommetteram, pode-se dizer que desde então até que morreu nunca mais teve saúde.²⁸

Com o afastamento de Corazzi, Justino Guedes terá assumido a direcção da editora e passou a sediar os serviços da administração no Largo do Conde Barão, 50 a 57. Até que em 1896, ocorreram reestruturações na organização e no funcionamento da empresa que levaram à realização de contratos com José de Mello, Justino Guedes e David Corazzi. Assim, de acordo com Viana (1990: 112),

A companhia iniciou vários contratos de administração para as secções de exploração; com José de Melo (ex-gerente da filial da CEDC no Rio de Janeiro) para as secções de tipografia e encadernação, com Justino Guedes para a secção de litografia, e com Corazzi para a secção de edições.

Contudo, o contrato com Corazzi não chegou a ser celebrado, porque ele faleceu no final desse ano.

A Companhia Nacional Editora prosseguiu até que no início do século XX, em 1902, passou para a firma “A Editora – Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada” com sede no Largo do Conde Barão, 50, em Lisboa. Em 1906, Justino Guedes era gerente-administrador de

²⁷ Conforme Caetano Alberto relata, no artigo de “Occidente” sobre a morte de David Corazzi, esta mudança terá acontecido, em 1884: “David Corazzi passou a sua empresa a um syndicato que a tomou por duzentos contos de réis juntamente com as officinas lythographicas de Justino Guedes, e se formou então a actual Companhia Nacional Editora”. No decorrer do trabalho de pesquisa realizado acerca da colecção surgem dados que permitem aludir a data de 1889 como o ano em que David Corazzi e Justino Guedes se juntaram e formaram a Companhia Nacional Editora. Pois, podemos verificar nos frontispícios dos opúsculos a partir do nº 164 (21ª série) *inclusive*, intitulado *Angola* da autoria de Ladislau Batalha, editado em 1889, a nova casa de edição, que passou a ser a “Companhia Nacional Editora – Successora de David Corazzi e Justino Guedes”. Na mesma série e no mesmo ano, a partir do nº 167 *inclusive*, intitulado *A Revolução da Maria da Fonte* da autoria de J. A. Marques Gomes, os opúsculos são impressos na Tipografia da Companhia Nacional Editora, situada na rua da Rosa, 309, em Lisboa. (Anexo III: figuras 32 e 33).

²⁸ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

A Editora. Já no início da segunda década do século XX, a companhia Aillaud, Alves & C^a de Francisco Alves²⁹ comprou “A Editora” a Clarimundo Vítor Emílio, genro de Justino Guedes. Ao longo dos anos 80, David Corazzi foi alvo de elogios em virtude das suas capacidades empresariais. Em 1882, numa edição do *Novo Diario dos Açores*, o editor era considerado um “editor lisbonense, inteligente e activo”.³⁰

No mesmo artigo desse periódico evidenciavam, ainda, o trabalho realizado pela Empresa Horas Românticas em favor da educação do povo:

«O que não têm feito os poderes publicos, [...], está realizando uma impresa particular!
«E, porque o prestigio da instrucção é imenso, a gloria d’essa impresa ha de ser imorredoura, - porque já é poderosissima a sua influencia nos espiritos que se instruem e educam pra formar sociedades cultas e bem preparadas [...].³¹

Em 1884, o *Album Biographico* atribuía-lhe características como “a tenacidade do caruncho e a teimosia do mosquito. É o fura-vidas dos editores portugueses”.³²

Caetano Alberto exaltava o trabalho singular desenvolvido pelo editor em prol do acesso aos livros e à leitura e da educação do povo, em Portugal, nas décadas finais do século XIX, considerando

David Corazzi, o grande editor, que durante dois lustros animou extraordinariamente o pequeno mercado litterario de Portugal, editando grande numero de livros, [...] com que popularizou a sua empreza das *Horas Românticas*.

Foi preciso muito trabalho e muito tino para levar a sua empresa ao estado florescente em que todos a conhecemos – as Horas Românticas – e essa é a maior gloria do extinto editor, cuja perda todos lamentamos porque todos eramos seus amigos.³³

2.2 A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, uma colecção útil

No tocante ao contexto social, cultural e educativo em finais de oitocentos, Viana (1990) realça o afincamento do trabalho de Corazzi

Num país arcaico, que em 1875 tinha pouco mais de quatro milhões e meio de habitantes, sendo 82 por cento deles analfabetos, ser editor, e editor de sucesso, só deixava uma hipótese: a via da luta, da conquista, dos projectos audazes, do trabalho incessante. Foi este o caminho trilhado, de 1870 a 1890, por David Augusto Corazzi, e que o conduziu ao triunfo, com a aprovação nacional e internacional (p.123).

²⁹ Francisco Alves era um próspero livreiro e editor português, estabelecido no mercado brasileiro, que enveredara pelo negócio de compra de editoras europeias. Em 1913, já tinha comprado parte da editora francesa Aillaud e a portuguesa Bertrand, tornando-se, então, proprietário de “A Editora, Limitada”. A comercialização das edições era feita no Rio de Janeiro através da Livraria Francisco Alves.

³⁰ Cunha, Xavier da. (1882). Quatro paginas de prologo. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6^a série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Românticas

As quatro páginas iniciais das séries da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” correspondiam a prefácios constituídos por folhetos que acompanhavam os volumes encadernados pelo editor para cada série. Os prefácios, assinados por Xavier da Cunha como director literário, testemunham o reconhecimento noticiado pela imprensa acerca da acção do editor David Corazzi e do director literário da edição, seu amigo e colaborador.

³¹ Cunha, Xavier da. (1882). Quatro paginas de prologo. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6^a série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Românticas.

³² Conforme Viana (1990: 125), *Album biographico: galeria de notabilidades*, Lisboa (8) Set. 1884, p. 29.

³³ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

De acordo com Domingos (1985), a Casa Editora David Corazzi atingiu o sucesso porque o seu mentor

[...] soube rodear-se também das pessoas que desenvolveram e concretizaram o projecto. Por outro lado, sabemos como o público potencial estava, nesta época, consideravelmente alargado em relação a meados do século. A alfabetização, ainda que ténue, já era outra, os interesses pelo mundo circundante também. As estruturas viárias de penetração no interior estavam basicamente lançadas, permitindo atingir «a província» – sempre longínqua, física e mentalmente [...] (p. 20).

José Júlio Rodrigues (1885: 38), lente da Escola Politécnica de Lisboa, face à situação da instrução em Portugal, questionava “como illustrarmo-nos pois, como povo e como paiz, se gastamos com a instrucção apenas umas regateadas migalhas!...”. E a falta de dotação financeira justificada pelo Ministério do Reino para a instrução, levava-o a deplorar “a nossa detestavel politica, que dará sempre mais facilmente 1:000 contos de réis para umas eleições do que 100 libras para uma escola!”.

O professor alegava que para ultrapassar a crise financeira do Estado

[...] a melhor maneira de se *fazer* o dinheiro, de que a nação precisa, é augmentar-lhe a productividade, educando-lhe quanto antes a população, desinvolvendo-lhe com isso a sua industria, fomentando-lhe d’est arte o commercio nacional e alargando-lhe os horizontes do trabalho individual.

Eliminem, senhores, o *deficit* – «instrucção popular» –, se querem vêr extinto e sumido tambem de vez o *deficit* – no «deve» e «ha de haver» – da vida economica do povo portuguez. (p.38).

José Júlio Rodrigues considerava que os analfabetos viviam na “escravidão da ignorância”, logo “um paiz, composto na sua maior parte por analphabetos, é um paiz necessariamente improductivo e que não pode, por isso, ter logar seguro no moderno convivio das nações cultas”.

No entanto, na segunda metade do século XIX, a difusão do discurso positivista/cientista alastrava até ao campo da educação, em que se defendia a aplicação dos métodos de pesquisa das ciências físico-naturais, enfatizava a observação e a experiência e hipervalorizava a capacidade explicativa da ciência. Então, o livro impresso tornou-se o canal de difusão da ciência para promover a educação do povo.

Na opinião de António Paulino d’Andrade (1891: 4) existia uma relação directa entre a “educação scientifica e litteraria de um povo” e a sua prosperidade e progresso, logo como afirmava, “não é difficil verificar que quanto maior fôr a educação scientifica e litteraria de um povo, tanto maior será a sua prosperidade politica, economica, moral e civil”.

João de Mendonça (1886)³⁴ elevava o estudo das plantas nas escolas e os benefícios da aplicação dos “conhecimentos uteis” no quotidiano das populações rurais, visto que

O conhecimento dos vegetaes uteis, e mormente dos medicinaes, em muitos casos é um dote precioso [...] para o homem que habita o campo, é das maiores vantagens: - far-lhe-ha conhecer as plantas venenosas, podendo afastá-las da sua alimentação e da do gado, [...].

Este estudo convem que se torne obrigatorio nas escolas ruraes. O professor deve dirigir os seus alunos em excursões e colheita, e formar um *herbario padrão*, o qual rigorosamente classificado poderá servir para determinar as novas plantas [...]. (p.3).

D. Luis de Macedo (1881), à luz da concepção positivista, defendia que no processo de construção do conhecimento

Em todo o individuo se dão estes tres factos: *observar, comparar, abstrahir*. O homem, usando da vista, observa os objectos do mundo exterior; vê a sua côr, qualidade, extensão, fôrma, etc.; depois, pela attenção prestada a differentes objectos, vê n'elles qualidades semelhantes: compara-os e abstrae. Observar bastou-lhe para saber. Comparar e abstrahir é-lhe necessario para coordenar e portanto para constituir a sciencia. A observação, effectivamente, faz conhecer [...]. O resultado natural da comparação dos factos, é vermos nos objectos pontos semelhantes e pontos diferentes, o que leva em primeiro logar a definil-os (isto é, a distinguil-os pela determinação da sua natureza propria) e a classificá-l-os em seguida por series. [...] Quando o espirito conceber uma idéa geral, em vista da qual possa classificar differentes series, - está de posse de *uma sciencia* [...]. (pp.3-4).

José Greenfield de Mello (1881: 4) afirmava que “a observação e a experiencia foram incontestavelmente as primeiras alavancas naturaes de que o homem se serviu para o estudo de quanto o rodeava”.

Na opinião de Ladislau Batalha (1889: 3-4), referindo-se a August Comte como “o primeiro e o maior classificador do mundo”, defendia a classificação como o “methodo a seguir para orientar e disciplinar” porque contribuía para o “desenvolvimento moderno de todas as sciencias e artes”. Este intelectual por “classificação” entendia “a formação de grupos, sub-grupos, divisões, sub-divisões, variedades, familias, especies, ramos, etc., etc., sob um qualquer ponto-de-vista que tenhamos escolhido e que melhor sirva aos fins que nos propomos”.

Foi neste contexto histórico-cultural, em que as Edições Populares e para o Povo tornaram-se num sucesso editorial (Nunes, 2002), que a Empresa Horas Romanticas, não se limitando à publicação de romances de sensação, investiu na produção e na circulação de colecções inseridas num programa de educação do povo e de difusão da ciência. Não só se destinavam à classe popular, mas também à escolástica, porque ambas careciam de uma educação técnica e científica com intuito intelectual e profissionalizante devido à dificuldade de acesso aos modelos de circulação da cultura escrita.

O editor português David Corazzi traçou o programa denominado como Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros³⁵ e iniciou, a partir de 1881, a edição da “Bibliotheca

³⁴ Autor de um opúsculo da colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” que integra o *corpus* documental desta dissertação: Mendonça, João de. (1886). Plantas uteis dos campos de Portugal. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 16ª serie, 125. Lisboa: Secção Editorial da “A Editora”, 3ª ed. (1905).

do Povo e das Escolas” com a publicação do primeiro opúsculo da colecção intitulado “História de Portugal”, da autoria de Xavier da Cunha (Anexo III: figura 9).

Perante os condicionalismos culturais e educativos existentes em Portugal no final da vigência da Monarquia, abordados nesta dissertação, é importante questionar: A que se deve o êxito da colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas” projecto editorial concebido por David Corazzi? Quais teriam sido os requisitos fundamentais para conduzir uma edição de sucesso? A resposta a esta questão exige perceber as condições e a estratégia que teriam favorecido a exequibilidade do projecto editorial da Casa Editora David Corazzi e que o conduziram ao êxito.

Assim, aquando do lançamento do primeiro opúsculo, Corazzi ressaltava o «civilizador impreendimento» da colecção, pois considerava que

«Ha na sociedade moderna uma incontestavel tendencia para a vulgarização dos conhecimentos humanos em todos os seus ramos variadissimos.

«D’essa tendencia é que sobretudo resultará o bem-estar das gerações futuras. [...]

«Assim o pensámos, ao preparar a collecção que hoje annunciamos ao publico.

«Assim o intendemos, quando nos propusemos subscrever a sacrificios enormes, [...] com a mira na instrucção d’aquelles que não sabem por lhes falecerem recursos com que apprendam.³⁶

Para o editor a “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, inspirada nos modelos impressos que se produziam e circulavam em países reconhecidos como a vanguarda da civilização, vinha

«[...] acudir a uma falta que já, desde tempos, outros paizes taes como a Inglaterra, a França, a Italia, a Allemanha e os Estados Unidos da America, têm tratado de remediar dando a publico, por modico preço, collecções no genero da que ora sai a lume.»³⁷

Xavier da Cunha esclarecia sobre o plano que architectava “*vaidosamente*” para a produção da colecção portuguesa, ambicionando

[...] um plano mais vasto, mais desinvolvido, mais desdobrado, menos deficiente e [...] mais apurado e consciencioso do que o methodo seguido pelas collecções estrangeiras (algumas das quaes [...] chegam a admitir nas suas paginas verdadeira *obra de fancaria*).³⁸

João Feliciano Marques Pereira (1881), acerca da transmissão de saberes técnicos sobre a produção de vernizes, adverte o leitor para o facto de que

Em Portugal pouco se produz, tanto n’um como n’outro ramo, - talvez pela absoluta carencia em que estamos de livros que exclusivamente tratem d’esto assumpto.

[...] no nosso mercado encontram-se apenas encyclopedias em que vem formulas de vernizes misturadas com outras diversas artes e por modo tão confuso, que difficilmente o artista sem experiencia, ou o amator, poderá applicá-las na pratica.

³⁵ Título que se encontra impresso no frontispício de cada um dos opúsculos.

³⁶ Cunha, Xavier da. (1882). Quatro paginas de prologo. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

³⁷ Cunha, Xavier da. (1882). Quatro paginas de prologo. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

³⁸ Cunha, Xavier da (1881). Duas palavras ao leitor. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

O maior numero dos nossos artifices, infelizmente, não conhecem as linguas estrangeiras, e, por isso, de nenhum proveito lhes serão as publicações dadas á luz n'outros paizes, - que de resto são demasiado caras e, portanto, inacceitaveis para a bolsa dos menos abastados (p.4).

Também, Ernesto de Vasconcellos (1886), num texto escrito sobre “astronomia photographica”, lamentava a dificuldade de acesso a modelos de difusão de cultura escrita.

Não havia até hoje obra alguma publicada, onde estivessem compendiados os assumptos que n'este opusculo se acham reunidos.

E, ainda que elle seja escripto sumariamente e sem pretensões de ordem alguma, afigura-se-nos poder elle preencher os fins da propaganda scientifica popular que esta *Bibliotheca* procura diffundir «entre o povo e as escolas» (p.3).

Em 1886, num artigo publicado no periódico eborense *O Manuelinho d'Evora*, Gabriel Pereira³⁹ noticiava a organização da biblioteca escolar e popular na povoação rural de Montoito, realçando a necessidade sentida pela população de criar uma biblioteca e de prover a escola com livros para os alunos e para o professor.

«[...] – ha em certa localidade rural um grupo de individuos que precisa de uma bibliotheca; desejam ler, querem saber; e ha uma escola onde se precisam livros para os alunos e para o professor, livros que o acompanhem, que o distraiam, que o instruem dando-lhe noções desinvolvidas, relativamente, ás materias que elle professa no ensino publico ou particular.⁴⁰

Ainda nesse texto, Gabriel Pereira, a propósito da “composição de uma biblioteca”, apoiando-se nos seus conhecimentos e na sua experiência como bibliotecário, ordenava os livros em “duas classes”: “os escolares, classe perfeitamente definida; os populares, classe onde se devem comprehender livros de instrucção, de vulgarização de conhecimentos uteis, e de recreio”. De seguida, defendia que os livros de “leitura recreativa, bem escolhidos, são uteis porque não só cultivam os espiritos, mas introduzem e propagam a tendencia para a leitura”. Concluía a sua tese, apresentando a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” como “uma collecção utilissima” numa biblioteca de um meio rural, uma vez que se inseria na classe de livros populares indispensáveis para a instrução, difusão de “conhecimentos uteis” e recreio “dos espiritos”.

À carência de livros científicos e técnicos juntava-se a pequenez do mercado português, em que o número de leitores não acompanhava o aumento das publicações. E David Corazzi sabia-o muito bem, como desvenda numa carta dirigida, em 1886, ao seu amigo Jaime Batalha Reis, demonstrando o conhecimento da situação do mercado literário nacional e afirmando que

³⁹ Gabriel Pereira (1847-1911) era natural de Évora. Frequentou a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola Naval. Foi conservador e director da Biblioteca Nacional, entre 1888 e 1902. Desempenhou também o cargo de Inspector das Bibliotecas e Arquivos. Pesquisou e encontrou em Évora um conjunto de fundos bibliográficos e arquivísticos. Traduziu do latim Estrabão e Plínio que caracterizaram a geografia da Península Ibérica. “Estudos Eborenses”, uma das suas obras mais conhecidas, constitui uma importante referência para a história da cidade de Évora.

⁴⁰ Cunha, Xavier da (1887-1888). Ainda os juizos da imprensa relativamente á Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 19ª série, Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

O romance é, sem dúvida, o livro explorado em Portugal pelos editores de todos os calibres: o público está abarrotado e, por conseguinte, todos os processos de propaganda, molas gastas, são inúteis.

[...] Como tenho sempre em publicação apenas um romance às folhas, aquele com que a casa começou, segue-se a completa impossibilidade de propagar qualquer outro, mesmo de um género completamente novo em Portugal, pois que, de tal tentativa, o resultado seria negativo em consequência da pequenez do mercado e de não aumentar nunca o número de leitores embora cresça o das publicações [...]; e, não obstante o contingente que nos dá o Brasil, ainda assim não há margem para multiplicar as edições, especialmente romances, os quais, quando muito, apenas se renovam.⁴¹

Apesar das infrutíferas publicações iniciais, Corazzi não desanimou e alcançou o seu primeiro êxito editorial com o lançamento da tradução, por António Manuel da Cunha e Sá, da obra de Fernandez y Gonzalez. Tal como Caetano Alberto testemunhava a “publicação do *Rei Maldito*, que se seguiu, foi a que operou o milagre e as *Horas Românticas* surgiram d’estas primeiras tentativas”.⁴²

O título da obra atraiu a atenção de Corazzi que decidiu editá-lo, em Portugal, de acordo com um novo modelo. Domingos, confiando no relato de Magalhães Lima, explana a estratégia delineada pela Empresa Horas Românticas que reproduziu práticas editoriais americanas “revolucionárias” para a época, determinantes para o êxito da obra *Rei Maldito*:

Comprou as gravuras do original, mandou «litografar uns cartazes à americana, aparatosíssimos e desde logo imprimiu uns prospectos anunciando o preço de cada folha de 8 páginas a 10 réis, cada gravura a 10 réis também e uns brindes extraordinários». (p.22).

Corazzi reiterava nos prospectos das publicações o carácter popular da “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*”. Anunciava-a como um livro para todos,

«O operario, o estudante, o chefe de familia, ou o professor, não hesitarão em formar a sua *Bibliotheca economica* com estes livrinhos que lhe explicam tudo quanto poderiam apprender [...]».⁴³

E, cada volume, destinado a um vasto público-leitor, seria

«[...] por si um tratado completo do ramo sobre que versar, independente de todos os outros volumes da collecção, mas com elles por tal maneira harmonizado que o conjunto venha a formar uma *encyclopedia de conhecimentos humanos*, uma *bibliotheca ao alcance de todas as bolsas e de todas as intelligencias*, um repositorio onde os indoutos possam apprender e os doutos se não infastiem de recordar.»

«Ninguem deixará de, por tão diminuto preço (*50 réis de quinze em quinze dias*), alcançar gradualmente a instrucção, a sciencia, a explicação de tantas maravilhas da Natureza e do genio artistico, a sabedoria emfim».⁴⁴

A produção desta colecção popular era produto de uma estratégia editorial que visava torná-la acessível a um vasto número de leitores, em que se associava o baixo custo, o cariz enciclo-

⁴¹ Conforme Viana (1990: 130), “Carta de David Corazzi a Jaime Batalha Reis” (4 de Março de 1886).

⁴² “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

⁴³ Cunha, Xavier da (1883). Prefacio. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Românticas.

⁴⁴ Cunha, Xavier da (1883). Prefacio. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Românticas.

pédico e o formato 15,5 cm x 10,5 cm específico do denominado “livro de bolso”⁴⁵. A colecção obedecia a uma padronização, ou seja, cada um dos opúsculos da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” editado era composto rigorosamente por 64 páginas, em formato de 15,5 X 10 centímetros, de composição cheia e eram impressas em papel barato⁴⁶. Por regra, a cada oito opúsculos⁴⁷ constituía-se uma série e os livros recebiam uma encadernação com capa dura uniformizada. (Anexo III: figuras 10 a 28; 32 e 33).

A delineação da estratégia para a colecção estava, sinteticamente, expressa no frontispício de cada opúsculo, elucidando que

Cada volume abrange 64 paginas, de composição cheia, edição estereotypada,- e forma um tratado elementar completo n’algum ramo de sciencias, artes ou industrias, um florilegio litterario, ou um aggregado de conhecimentos uteis e indispensaveis, expostos por fórma succinta e concisa, mas clara, despretensiosa, popular, ao alcance de todas as intelligencias.

A metodologia de exposição dos assuntos na “Bibliotheca do Povo e das Escolas” fazia parte da estratégia editorial traçada para a colecção. Para Xavier da Cunha, a exposição sucinta, concisa e clara dos “conhecimentos uteis e indispensaveis”, obedecia a uma ordem

[...] mais methodica e mais racional nos tem parecido, mais coherente sobretudo com a mira de ir inoculando conhecimentos varios nos diversos ramos do saber humano, para que reciprocamente auxiliados e fecundados possam esses conhecimentos tornar-se mais proveitosos a quem os adquire,- a *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, ao passo que satisfaz tão logica exigencia, logra o jubilo de tornar mais suave e mais amena a aquisição de semelhantes noções pela variedade com que as vai ministrando.

D’est’arte o espirito do leitor assimila pouco a pouco e sem cansaço, antes com verdadeiro aprazimento, um peculio múltiplo de instrucção e recreio.

Tal constantemente ha sido o impenho da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*.⁴⁸

A grande procura dos opúsculos da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” pelo público de leitores reflectia-se no rápido consumo e, com efeito nas tiragens da colecção, o que era motivo de regozijo para a Empresa Horas Românticas. Para compensar o baixo preço de cada opúsculo a edição dos dois primeiros foi de seis mil exemplares cada, a partir do terceiro começaram a ser impressos 12 mil exemplares de cada vez e do décimo a tiragem subiu para 15 mil exemplares (Nascimento, 2001: 13).

Como Viana (1990) demonstra

⁴⁵ Conforme Domingos (1985: 75), devido ao formato portátil, o escritor Ramalho Ortigão designou a colecção como “a livraria de algibeira de qualquer operario”. [Referência bibliográfica: Ortigão, Ramalho - David Corazzi – A sua Bibliotheca do Povo e das Escolas, “Gazeta de Notícias”, Rio de Janeiro, 1888, in Cunha, Xavier da (1890) “Mais subsidios para a História crítica da BPE”, 23.ª série. Lisboa: Companhia Nacional Editora – Successora de David Corazzi e Justino Guedes].

⁴⁶ O baixo custo do papel usado para impressão dos opúsculos terá determinado o estado de conservação de alguns deles, recuperados na pesquisa arquivística realizada para este estudo. Eventualmente, com este papel menos resistente, muitos apresentam-se, actualmente, em mau estado de conservação, estando o acesso à consulta condicionado.

⁴⁷ Porém, a 29ª série (n.ºs 225 a 237), editada entre 1906 e 1913, é composta por treze opúsculos. (ver Anexo – Catálogo Geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”).

⁴⁸ Cunha, Xavier da (1883). Prefacio. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Românticas.

O preço do livro está directamente ligado à dimensão da tiragem, e esta à capacidade do mercado literário a que se destina. [...] Vender livros a 50 e a 100 réis, dicionários de centenas de páginas a 500 réis, dada a comprovada «pequenez do mercado» [...], implica um esforço empresarial e financeiro, só possível, com sucesso, para empresas solidamente constituídas, como eram a Casa Editora David Corazzi e associados, as oficinas litográficas de Justino Guedes, e a Companhia Nacional Editora, sucessora de ambas.
[...] Desta forma, preços de 50, 100, 200 réis, eram *mesmo* baratos: um selo normal custava 25 réis; com dos selos comprava-se um volume da «Biblioteca do Povo e das Escolas», [...]. (pp.121-122).

Num artigo publicado, em Outubro de 1881, em *O Diario Popular* de Lisboa, recomendava-se a leitura e elogiavam-se as qualidades da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” que justificavam a sua aceitação pelos leitores, destacando a

«Cuidadosa escolha nos assumptos dos livrinhos, boa disposição das matérias n’elles tratados, em cada um logica deducção dos principios e das doutrinas, e a maior clareza na linguagem e no estylo para facil comprehensão, [...]»
«Não podia ella ter melhor acceitação do que a de que tem gosado. Apesar de serem numerosas as tiragens, alguns dos livrinhos já contam duas edições.⁴⁹

No início da década de 80, o lançamento da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” advinha da capacidade da editora para produzir uma edição a baixo custo, correspondendo ao poder de consumo dos leitores. Esta condição que só foi exequível em virtude de a Empresa Horas Romanticas ostentar uma estrutura e uma organização racionais e dispôr de meios técnicos.

Tal como Domingos (1985: 64) confirma, “o seu *Catálogo* de 1884 indica a variada gama de serviços anexos, que permitiam ao editor dominar todo o processo de fabricação dos livros, pela sua intervenção em empresas de que não era o único proprietário”.

A Casa Editora David Corazzi apresentava no *Catálogo de 1884* a seguinte estrutura organizativa (Domingos, 1985: 64):

- “Officinas de composição, impressão e esteriotypia annexas à Casa Editora D. Corazzi”, tendo como sócios fundadores David Corazzi, Ramiro Seixas e Vicente I. C. da Silva;
- “Officinas de alçado, dobragem e brochura annexas”, sendo proprietário David Corazzi;
- “Officinas de encadernação annexas”, girando sob a firma Corazzi & C^a, tendo como sócios Ramiro Seixas e David Corazzi;
- “Depósito da Casa Editora David Corazzi”, girando sob a firma José Cordeiro & C^a, tendo como sócios António Manuel da Cunha e Sá e José Noronha Cordeiro Feio. Este serviço localizava-se na rua dos Retroseiros, 153, 1^o. Em 1887, a firma passaria a ser Cunha e Sá & C^a.

A circulação da colecção não só estava ligada ao preço de cada opúsculo e à dimensão da tiragem, mas também à publicidade das edições. Corazzi foi pioneiro na utilização de técnicas publicitárias, o que lhe possibilitou realizar uma intensa actividade editorial junto de leitores

⁴⁹ Cunha, Xavier da (1884). A Bibliotheca do Povo e das Escolas – Perante as apreciações da imprensa portuguesa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 11^a série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

oriundos de diferentes condições sociais, revelando-se como um “movimento espantoso de livreria”.

Para projecção das publicações da Empresa Horas Românticas junto dos leitores promovia assinaturas com brindes e prémios sorteados através da lotaria e utilizando anúncios em jornais e almanaques e prospectos por Portugal e Brasil.

A Casa Editora David Corazzi, e, posteriormente, a sua sucessora Companhia Nacional Editora, faziam assinaturas e vendiam os livros em avulso, por via postal, desde que o interessado enviasse uma carta e a importância correspondente ao preço em estampilhas ou vales postais. A comercialização dos livros era, também, assegurada através das lojas da editora, na sede em Lisboa e na filial no Porto⁵⁰, e dos correios.

Nos prospectos patentes nos volumes encadernados informava os leitores que

Para assignar esta publicação ou comprar quaisquer volumes avulso, dirigir-se em Lisboa ao editor DAVID CORAZZI, Rua da Atalaya 40 a 52, e no Rio de Janeiro á filial da mesma casa, 40, Rua da Quitanda, Sobrado.

Todas as requisições devem ser acompanhadas da sua importancia em estampilhas, vales, ordens ou letras de facil cobrança.⁵¹

Quem deseje ser assignante d’esta publicação, ou comprar quaesquer volumes avulso[s] queira dirigir-se em Lisboa, á administração da Companhia Nacional Editora, successora d[e] David Corazzi e Justino Guedes, Largo Conde Barão, 50; ou ao gerente da Filial do Porto[,] Praça D. Pedro, 127, 1.º; - e no Rio de Janeiro a A.A. Sousa Mascarenhas, representante da mesma Companhia, Rua da Quitanda, 38.

Todas as requisições devem ser acompanhadas da sua importancia em estampilhas, vales de correio, ordens ou letras de facil cobrança.⁵²

Corazzi urdiu uma rede de circulação capaz de ultrapassar as limitações do mercado literário português, no continente, nas ilhas e nas colónias ultramarinas. Uma extensa rede de correspondentes que se encarregavam da distribuição local, expandiram-se ao longo do tempo pelo continente e ilhas. Conforme Viana (1990: 123), de 85 elementos, em 1875, passaram para 186 em 1884, estando 176 no continente e 10 nas ilhas.

O *Diario de Annuncios*, nos Açores, em 1887, noticiava a entrada na biblioteca do “Gremio Litterario Michealense” dos volumes da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”.

«N’esta ultima viagem do «Funchal» deram entrada na biblioteca propria do Gremio os livros seguintes:

«Do ex.mo sr. Dr. Xavier da Cunha, socio correspondente, - «Formulario commercial», por José Augusto Pereira Nunes, Lisboa, 1887.

⁵⁰ A partir de 1888, a Empresa Horas Românticas criou uma filial no Porto situada na Praça D. Pedro, 127, 1.º. Posteriormente, a Companhia Nacional Editora, a Secção Editorial da Companhia Nacional Editora sob a administração de Justino Guedes, e a Editora mantiveram a filial no Porto, embora em moradas diferentes: entre 1902 e 1903, mudou do Largo dos Loyos para o Largo dos Clérigos.

⁵¹ Prospecto divulgado no volume encadernado da 5ª série da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” (1882), editado por David Corazzi, Editor – Empreza Horas Românticas.

⁵² Prospecto divulgado no volume encadernado da 24ª série da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” (1890-1891), editado Companhia Nacional Editora – Successora de David Corazzi e Justino Guedes.

«É o ultimo volumezinho da Bibliotheca do Povo e das Escola, util publicação da casa editora David Corazzi. A Bibliotheca privada do Gremio possui já a collecção quasi completa d'estes opúsculos, pequenos em tomo, mas importantissimos como elementos para o estudo de todas as sciencias e artes. Em breve, promete s. ex^a, completará a collecção. Desde a sua instalação tem recebido o Gremio os volumes á maneira da sua publicação.»⁵³

Desde os seus primórdios, projecto editorial de Corazzi não se confinou ao mercado livreiro português, passando as obras a circular no Brasil, inserido no programa de “Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros”. Como Caetano Alberto refere, o editor português

Alongou as suas vistas pelo Brazil onde fundou no Rio de Janeiro uma succursal das *Horas Romanticas*, tendo á frente d'essa succursal o seu amigo José de Mello, que para ali foi dirigil-a.

Os resultados d'esta succursal foram, durante certo tempo, magnificos e permittiram o largo desenvolvimento que as *Horas Romanticas* atingiu (...).⁵⁴

No início do ano de 1882, Corazzi criou uma filial⁵⁵ na cidade do Rio de Janeiro na rua da Quitanda, 40, de onde distribuiria para Baía, Ceará, Manaus, Pará, Pelotas, Pernambuco, Porto Alegre, Rio Grande do Sul e Valença.

A circulação estendeu-se aos vários continentes. Viana (1990: 123) dá conta da existência, em 1884, de um agente nos Estados Unidos da América (Boston) e de correspondentes na Europa (Hamburgo, Madrid, Paris, Londres e Manchester), em África (Ambriz, Campangonhe, Ilha Brava, Luanda e S. Tomé) e na China (Xangai).

No *Album Biographico* de 1884, destacava-se a excepcionalidade de David Corazzi, porque “nenhum editor entre nós soube [...] como ele tactear o gosto do público, estudar a sensação do reclame, preadivinhar o êxito dos seus empreendimentos”.⁵⁶

Domingos (1885: 21) considera David Corazzi “certamente dos maiores editores do seu tempo, criando uma estirpe nova e um estilo próprio, reconhecidos largamente já pelos seus contemporâneos”.

A luta pela educação do povo valeu-lhe o reconhecimento nacional. No seu tempo, David Corazzi foi considerado “benemérito e patriota” pelo empreendimento dedicado à causa da educação do povo, tal como se relatou na imprensa periódica nacional e que Xavier da Cunha fez questão de testemunhar nos prefácios, por si assinados, que acompanhavam os volumes encadernados para cada série da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”.

⁵³ Cunha, Xavier da (1889-1890). Subsídios para a historia critica da Bibliotheca do Povo e das Escolas – Apreciação da imprensa periodica. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 22ª série. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.

⁵⁴ “O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro”, Lisboa (647) 15 Dez. 1896, p. 280.

⁵⁵ A Companhia Nacional Editora, sucessora da Empresa Horas Românticas, manteve os escritórios no Rio de Janeiro, na rua da Quitanda, 38. Posteriormente, A Editora instalou os seus escritórios na rua São Pedro, 33. Em 1909, passou a funcionar em novo endereço, na rua do Ouvidor, 166. No mesmo ano, foram abertos os escritórios em São Paulo, na rua São Bento, 65, e em Belo Horizonte, na rua Bahia.

⁵⁶ Conforme Viana (1990: 123), *Album biographico: galeria de notabilidades*, Lisboa (8) Set. 1884, p. 29.

Em 1883, o editor foi feito sócio honorário da Associação Tipografica Lisbonense e Artes Correlativas⁵⁷. Foi, também, em 1884, agraciado com a mercê honorífica de “Cavaleiro da antiga, nobilíssima e esclarecida ordem de S. Tiago, do mérito científico, literário e artístico”⁵⁸.

Ao nível internacional, em 1881, o reconhecimento do seu empenho reflectiu-se na nomeação como sócio honorário da sociedade napolitana *Propaganda di Scienza Popolare – Luce e Verità*. No ano seguinte, o *Circolo Promotore Partenopeo Giambattista Vico* de Nápoles atribuiu-lhe o diploma de “Benemérito”⁵⁹.

A “Bibliotheca do Povo e das Escolas” constituiu um projecto com reconhecido sucesso editorial e proporcionou, entre 1879 e 1890, à Casa Editora David Corazzi e à Companhia Nacional Editora vários galardões. Foi homenageada com Medalha de Ouro na Exposição do Rio de Janeiro, em 1881, nas exposições industriais portuguesas de 1884, 1888 e 1890, e na Exposição Universal de Paris, em 1889.

Em muitos periódicos nacionais exprimiram-se louvores pelo reconhecimento da colecção em prole da educação do povo. No *Diario de Noticias*, em Dezembro de 1885, a recensão crítica à “Bibliotheca do Povo e das Escolas” foi bastante favorável, salientando-se:

«É uma collecção de plano inexgotavel de livrinhos de *meio tostão*, com 64 paginas cada um, para conterem a compendiação de todos os ramos de conhecimentos humanos, [...], espalhando as sementes de um ensino positivo, de noções exactas, [...] formando uma «bibliotheca economica» valiosa, auxiliar indispensavel de todo o homem que queira prezar-se de medianamente instruido e possuir noções exactas dos mais vulgares factos, phenomenos e movimentos naturaes, individuaes, moraes e sociaes.

«Todos são escriptos em linguagem correcta e n’uma fôrma fácil, evitando a diffusão inintelligivel da phrase e conceito. [...] A propaganda de instrucção de Corazzi [...] tem a condição especial, e *sine qua non*, que esquecêra a muitos impresarios de publicações populares: - a barateza do custo, a accessibilidade universal.»⁶⁰

Em 1882, o *Circolo Promotore Partenopeo Giambattista Vico* de Nápoles galardoou a colecção com a Grande Medalha de Ouro. Este prémio foi evocado no *Album Biographico*, considerando-se que

«Foi certamente compenetrada d’estes nobres intuitos que a Sociedade *Giambattista Vico*, de Nápoles, laureou a utilissima publicação, imprehendida por David Corazzi, com uma medalha de oiro, - galardão honrosissimo por ser apenas concedido aos apostolos convictos da instrucção, que é a mais santa e salutar de todas as causas sociaes.»⁶¹

⁵⁷ Conforme Viana (1990: 111), Corazzi tornou-se sócio honorário dessa Associação juntamente com Teófilo Braga, Zófimo Consiglieri Pedroso e Francisco Adolfo Coelho.

⁵⁸ Conforme Viana (1990: 111; 125), *Diário do Governo* (180) 11 Ago. 1884, p. 2025.

⁵⁹ Conforme Viana (1990: 111; 129), “Carta de Domingos Jaccarino a David Corazzi” (24 de Setembro de 1882); Cunha, Xavier da (1883). A Biblioteca do Povo e das Escolas ante as Academias Napolitanas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 7ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

⁶⁰ Cunha, Xavier da (1886). Modernas apreciações do Diario de Noticias acerca da Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 16ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

⁶¹ Cunha, Xavier da (1886). Continuação dos pareceres da imprensa acerca da Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 17ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

Na Exposição Agrícola de Lisboa que teve lugar na Real Tapada da Ajuda, em 1884, sob a égide de D. Fernando II de Saxe-Coburgo-Gotha⁶², David Corazzi participou no concurso de expositores apresentando o opúsculo intitulado “Agricultura” da autoria de engenheiro-agrónomo Francisco Guilherme de Sousa⁶³, editado na colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas”.

Tal como Xavier da Cunha narrava no prefácio da 14ª série da colecção,

Modesta nas suas pretensões, mas orgulhosa da consciencia e da probidade com que ha diligenciado sempre desempenhar-se do programma, que impoz a si propria, de constituir uma verdadeira propaganda de instrucção, [...] teve a satisfação de vêr apreciado, elogiado, e premiado, o seu labor e a sua boa-vontade.⁶⁴

O Juri⁶⁵, em 20 de Dezembro de 1884, premiou com medalha de cobre o autor Francisco Guilherme de Sousa, justificando que a “Bibliotheca do Povo e das Escolas”

No seu conjuncto, bem como nos assumptos tratados nos differentes opusculos (101) que a formam, constitue já uma verdadeira e util propaganda a favor do desinvolvimento intellectual do paiz e eloquentemente attesta a boa significação da iniciativa que apprehendeu e sustenta a sua publicação, como tambem revela presidir á sua direcção alto criterio scientifico.⁶⁶

Com certeza a actividade inerente à produção e à circulação da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” terá marcado o percurso de vida não só do seu mentor David Corazzi e dos outros editores Justino Guedes e, na fase final, de Clarimundo Vítor Emílio e de Francisco Alves que o sucederam, mas também dos profissionais e técnicos ligados aos serviços e às oficinas das casas editoras e dos autores que com os seus textos colaboraram e animaram esta edição popular.

⁶² Rei-consorte (1837-1853) pelo casamento com a rainha D. Maria II (1834-1853), cognominada “A Educadora” ou “A Boa Mãe”, e pai de D. Pedro V (1853-1861) e de D. Luis I (1861-1889).

⁶³ Sousa, Guilherme de. (1881). Agricultura. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 2ª série, 13. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas. Foi o autor de outros opúsculos da colecção. (ver Anexo – Catálogo Geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”).

⁶⁴ Cunha, Xavier da (1885). A Bibliotheca do Povo e das Escolas na Exposição Agrícola de Lisboa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 14ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

⁶⁵ Constituido por Silvestre Bernardo Lima (presidente), Rodrigo Affonso Pequito, José Verissimo d’Almeida, Joaquim Sabino Eleutherio de Sousa, e F. Julio Borges (secretario-relator).

⁶⁶ Cunha, Xavier da (1885). A Bibliotheca do Povo e das Escolas na Exposição Agrícola de Lisboa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 14ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

2.3 Os autores da colecção: a colaboração de homens de ciência, artes e letras



Figura 2 – Xavier da Cunha.
Fonte: *O Occidente: revista
illustrada de Portugal e do
estrangeiro*.

No prefácio da 3ª série publicada em 1881, Xavier da Cunha, o director literário da colecção e amigo de David Corazzi, de Francisco Adolpho Celestino Soares e de João Cesario de Lacerda, consciente da importância da colaboração dos autores para a colecção (Anexo III: figura 31), enaltecia, agradecia e salvaguardava o trabalho destes, apreciando

O pronunciadissimo favor, com que esta publicação ha sido lisonjeiramente acolhida e festejada tanto em Portugal como no Brazil, impõe-me o dever de restituir, a quem devéras pertencem, os louvores que a *Bibliotheca do Povo e das Escolas* tem suscitado. [...]

A elles e só a elles pertence inteiramente o merito que haja disseminado por esta collecção de volumes destinados a derramar a illustração nas classes escolasticas e populares.

A elles todo o louvor, todos os encómios pertencem. A elles, e a vários outros de não somenos valia, que já me têm prometido a sua apreciavel collaboração, pertencerá nas series subsequentes o incargo de continuarem a laboriosa tarefa.⁶⁷

Nas palavras de Domingo (1985), este era um

Grupo de homens empenhados na “BPE”, que fizeram dos seus pequenos livros verdadeiro meio de comunicação para o povo. A forte ligação que estabeleceram com o público leitor, de algum modo já maciço – lembremos as tiragens, o preço, a rede de distribuição, etc. – tornaram essas leituras úteis, instrutivas, verdadeiramente populares (p.87).

O círculo dos autores da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” estava unido na defesa do livro impresso, atribuindo-lhe um papel de grande utilidade na difusão da ciência e na educação do povo no panorama cultural e educativo da sociedade oitocentista portuguesa. Para além disso, partilhavam a convicção na educação científica do povo no seu sentido mais lato, ou seja, a educação de todos os portugueses, quer fossem “doutos”, quer fossem “indoutos”. Os autores, através de um discurso educativo e civilizador, pretendiam não só difundir os conhecimentos úteis, numa perspectiva da sua aplicabilidade no quotidiano, mas também de transmissores de civilidade nos costumes e nas mentalidades, com o intuito de portugueses e brasileiros poderem alcançar o progresso, entre os finais de oitocentos e o dealbar do século XX.

⁶⁷ Cunha, Xavier da (1881). Duas palavras ao leitor. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Imprensa Horas Romanticas.

O conhecimento do meio cultural e literário orientou Corazzi e os outros editores a preferir homens de letras, artes e ciências portugueses e brasileiros⁶⁸ com credibilidade intelectual e científica e o *know how* para transmitir conhecimentos com uma linguagem acessível aos leitores a quem a colecção se destinava. Estes autores dedicavam-se a actividades de diversas áreas profissionais: agronomia, tipografia, medicina, militares do exército e da marinha, comércio, estudantes de direito, de medicina, de letras, de agronomia e de artes industriais e comerciais, farmácia, professorado, telegrafia, teatro, funcionalismo público, letras, ciências naturais, advocacia, eclesiásticos e jornalismo (Nascimento, 2001).

Importa questionarmos acerca dos perfis dos quinze autores que integram o corpus documental: Quando e onde viveram? Quais as suas vocações e profissões? O que escreveram? Eram anónimos ou conhecidos na sua época? Qual o reconhecimento que obtiveram?

De seguida, procuramos responder às questões apresentadas. Porém, é necessário esclarecer que, relativamente, a João Bastos Pereira da Costa e Diogo Manuel de Valladares os dados biográficos encontrados são muito escassos. Apenas sabemos que o primeiro frequentaria o Instituto Industrial⁶⁹, pelo que seria aluno no ensino técnico; enquanto o segundo seria estudante da instrução secundária, mas desconhecemos a escola e localidade. Tais informações levam-nos a crer que se tratavam dos autores mais jovens deste núcleo. Em relação a António de Macedo Mengo não obtivemos quaisquer informações.

A maioria dos autores seriam portugueses e naturais de Lisboa ou, desde a infância foram viver para a capital, como foram os casos de Paulo Lauret e de João de Mendonça. Paulo Lauret era natural de Espiçandeira (Alenquer), mas, tendo ficado órfão aos nove anos de idade foi internado, criado e educado na Real Casa Pia de Lisboa e daí saiu aos dezanove anos. Consta que João de Mendonça era natural do Brasil, nascido em Belém, do Grão-Pará, embora tivesse vindo muito jovem para Lisboa. Da região norte de Portugal temos Julio Arthur Lopes Cardos que era natural de Braga e Vicente Maria Almeida d'Eça que era natural do Porto. Contudo, desconhecemos a região portuguesa de origem de Carlos Bandeira de Mello.

Considerando apenas as informações que conseguimos recolher, uma vez que as datas de falecimento são menos precisas, os autores viveram num arco temporal que abrange os anos de 1822 até 1953, que coincidem, respectivamente, com o ano em que nasceu Antonio Maria Baptista, o mais velho deste autores, e o ano em que faleceu Antonio Carlos Craveiro Lopes, o qual estaria entre os mais jovens, contando com João Bastos Pereira da Costa e Diogo Manuel de Valladares. Deduzimos que todos os autores deste núcleo foram coetâneos.

⁶⁸ Entre os diversos autores, maioritariamente portugueses, constam dois brasileiros, José de Mello e Viriato Silva (Nascimento, 2001). A estes podemos juntar João de Mendonça, o qual veio para Portugal em tenra idade.

⁶⁹ Supomos que fosse o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, criado em 1869.

Estes homens notáveis, aquando da publicação dos opúsculos analisados na “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, situavam numa faixa etária entre os 23 anos (Antonio Carlos Craveiro Lopes) e os 64/65 anos (Antonio Maria Baptista e Guilherme José Ennes). A maioria deles (oito autores) oscilava entre os 30 e os 45 anos de idade, correspondendo a média etária a 40 anos.

Na sua grande maioria eram professores em diferentes níveis de ensino, passando pela instrução primária, instrução secundária ou superior, e leccionavam disciplinas como literatura, história, ciências naturais, matemática ou direito internacional. Alguns eram, simultaneamente, médicos, professores e militares no exército ou na marinha. Entre eles, identificámos um tipógrafo, que desempenhava as suas funções de compositor de tipografia na Casa Editora David Corazzi. A experiência na docência ocorreu em diversas escolas ou colégios, laicos ou religiosos. A formação académica teve lugar nas escolas médico-cirúrgicas (Porto ou Lisboa) e na Escola Politécnica. Para além da actividade profissional, desempenharam funções diversas e dedicaram-se a um vasto leque de actividades: deputados às Cortes; dirigentes ou sócios de instituições e sociedades científicas e literárias portuguesas - Sociedade de Geografia, Academia das Ciências de Lisboa, Associação dos Arquitectos e dos Arqueólogos Portugueses, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, da Sociedade Broteriana de Coimbra – e estrangeiras – Sociedade Lineana da Universidade de Lund (Suécia), *Société des Chirurgiens de Paris*; encarregues pelo Estado para o desenvolvimento de acções de saúde pública na metrópole e colónias portuguesas (criação de lazaretos, luta contra febre amarela em Cabo Verde, medicina militar, vacinação); participantes em congressos internacionais, ligados às questões da saúde e da higiene e medicina militar em Londres, Paris, Amesterdão, Genebra e Viena; inventor de instrumentos de utilidade na desinfecção dos espaços domésticos e públicos. No domínio da escrita, deixaram marcas da sua acção ligada à imprensa, como fundadores, redactores e colaboradores em jornais – *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriais*, *Diario Popular*, *Revolução de Setembro*, *Diario de Noticias*, *Gazeta de Portugal*, *Aurora do Lima*, *Occidente*, *Dois Mundos* e *Gazeta Medica*; como directores literários, colaboradores e autores de enciclopédias, dicionários, compêndios de gramática, livros de leitura e diversas obras desde a poesia à divulgação científica (botânica, saúde e higiene, história colonial) e ensaios sobre questões de utilidade doméstica. Obtiveram o reconhecimento das suas acções, sendo congratulados com condecorações nacionais – Oficial das Ordens de Avis, Santiago, de Torre e Espada e de Cristo, Oficial da Ordem de S. Bento de Avis, Cavaleiro da Torre-e-Espada, Comendador da Ordem de Santiago – e internacionais – Cavaleiro de Carlos III de Espanha, cruz de 2ª classe da Coroa de Ferro da Áustria e a Cruz de Mérito Militar de Espanha. Desempenharam cargos civis e militares, entre eles a direcção do

Parque Vacinogénico, de enfermarias e de hospitais da marinha e do exército, membros da Junta Consultiva de Saúde Pública e do Conselho Geral de Saúde e Higiene do concelho de Lisboa; Secretário-Geral, Governador de Cabo Verde e Conselheiro de Estado; exercício de patentes de oficial e vice-almirante da marinha.

Paulo Lauret destacou-se não só pelo gosto e pela aptidão para ginástica, esgrima e natação, mas sobretudo pela obra realizada no domínio da educação física que começava a atrair o interesse e a estar em voga na sociedade, em geral, e no meio escolar, em particular, na época especialmente entre o sexo feminino. Após a sua vivência como aluno na Real Casa Pia de Lisboa, leccionou no seminário de Coimbra, em colégios femininos, nas escolas Moderna, Nacional e Alemã e nos colégios Alemão, Lusitano e Nacional. Foi sócio de mérito de diversas instituições de assistência à infância e de academias de ginástica, portuguesas e espanholas. Enveredou também pela escrita, com a publicação de artigos sobre educação física (ginástica, esgrima e natação) em jornais e escreveu obras dedicadas à ginástica feminina para as escolas e colégios – *Manual Theorico-Pratico de Gymnastica para uso dos lycéus, collegios, escolas municipaes e primarias* (1881), que foi aprovado pela Junta de Instrução Pública para as escolas; *Guia para o ensino da Gymnastica nas escolas do sexo feminino* (ambos editados pela Casa Editora David Corazzi, em 1883) e *Cinesiologia ou sciencia do movimento* (1887). Participou no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano (1892), em Madrid, com uma tese sobre “Educação Física em Portugal”. Para além de ter fundado o Ginásio Lauret e Sala de Armas, no Porto, foi director honorário de ginásios em Espanha – *Gymnasio Medico-Dinamico de Madrid*, do *Gymnasio da Escola de Medicina de Sevilha* e do *Gymnasio Hygienico, Medico e Recreativo*.

Estes autores constituiram uma comunidade literária e científica empenhada na educação do povo, através da divulgação dos conhecimentos científicos, tendo encontrado em David Corazzi um líder que “naturalmente” encontrou as modalidades e as estratégias necessárias à implementação de um projecto que propugnava por estes objectivos. Eles são bem representativos da inteligência do seu tempo e das ideias dominantes na elite cultural e social burguesa do Portugal finissecular; a sua contribuição para a “*Bibliotheca do Povo e das Escolas*” ilustra exemplarmente o seu projecto de educação/instrução do povo e o papel fundamental que a difusão das ideias científicas ocupava nas suas estratégias.

CAPÍTULO III

A saúde e a higiene no universo doméstico através da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”

3.1 A higiene e a saúde como princípios de civilidade...

Entre o crepúsculo do século XIX e a aurora do século XX, sentia-se a necessidade de educar o povo para este se regenerar e se alcançar o progresso em Portugal. Mas tal empresa dependia da conquista de uma grandeza civilizacional que colocasse os portugueses no patamar em que já se encontrava a civilização ocidental, concretamente ao nível social, cultural, educativo, científico e técnico. Este desafio passava pela promoção, tanto no universo público como no doméstico, de atitudes e de comportamentos higienistas, que, sob a orientação e a observação dos princípios de civilidade, preservassem a saúde de todos os portugueses, tendo na mira as camadas populares com menos expedientes culturais e educativos.

Assim, o programa da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, delineado sob a temática da “Propaganda de Instrução de Portuguezes e Brasileiros”, contemplava um ramo dirigido à “educação corporal” ou “educação corporal e higiene”, abarcando o domínio público e o doméstico.

Através de Lacerda (1881: 3), em finais do século XIX, podemos perceber a grandeza da ideia de “hygiene” que era entendida como “a arte de conservar a saude”, tendo como finalidade exercer a sua “influencia no bem-estar e na duração da vida do homem” e “no viver social”. Por sua vez, Cardoso (1889: 16) definia “saude” como “um estado especial caracterizado pelo funccionalismo regular e harmonico de todos os nossos órgãos”.

A saúde permitia ao individuo estar em “condições de bem poder empregar a sua intelligencia e sua actividade, e de bem se desimpenhar do papel que lhe incumbe na sociedade humana”. A “hygiene” era entendida como fonte de saúde, de vida, de bem-estar e de progresso individual e social, e retratava o estado de evolução das sociedades humanas ao nível político, cultural e científico.

Lacerda justificava a importância do estudo da “hygiene” devido a proporcionar o conhecimento das

[...] diversas influencias que sobre a vida e a saude humanas exercem os meios em que o organismo vive, tanto os exteriores como os existentes dentro do proprio organismo, e de os tornar o mais favoraveis possivel ao desenvolvimento physico, intelectual e moral do homem (p.4).

Por conseguinte, a difusão dos conhecimentos sobre a “hygiene” destinados às “creanças e aos que não tiveram uma educação scientifica” permitia fornecer “as noções que forem indispensaveis, para serem comprehendidas as causas de doenças [...] e as regras e preceitos [...]”

para a conservação da saúde, evitando toda a explicação dependente de conhecimentos científicos que devamos suppor estranhos aos leitores” (p.5).

Cardoso (1889) explicitava aos leitores que a noção de doença implicava uma ideia de uma “lucta, ou, melhor, de reacção dos órgãos corpóreos contra uma causa de desordem ou destruição”. E, aprofundando, o assunto explicava o processo de evolução do estado de doença nos indivíduos:

Esta causa umas vezes actua durante um instante só; e, apesar d’isso, as modificações que ella faz experimentar aos órgãos, são assaz profundas para que só passado algum tempo eles possam voltar ao seu estado normal.

Outras vezes a causa morbifica é duradoura, permanente; claro é que em taes casos o efeito só cessará, quando cesse, depois de ter desaparecido essa causa.

Que esta causa seja o frio ou o calor, a presença no sangue, ou nos órgãos, de um gaz deletério, de um liquido venenoso ou de parasitas microscopicos, o resultado é sempre o mesmo: a Natureza reage contra a causa morbifica, e são as phases d’essa reacção que constituem a doença (p.17).

O combate desses “males” individuais e sociais exigia a intervenção do médico, do economista e do poder político e cabia a cada um deles actuar de acordo com a sua função. Assim, segundo Lacerda (1881),

Ao hygienista, de aconselhar que se trate de extirpar ou, pelo menos, de atenuar, o horrivel cancro da miseria e da ignorancia; ao economista, de indicar os meios pelos quaes se deve chegar a esse resultado; ao governo, de pôr em practica as indicações que a sciencia fornece a tal respeito (p.63).

A ignorância e a miséria eram entendidas como as maiores causas de doença e da mortalidade, porque impediam que as regras de higiene fossem cumpridas, conduzindo à desolação do ser humano e prejudicando o bem-estar social.

A mortalidade era entendida a partir de causas relacionadas com a civilidade, tal como Lacerda (1881) explicava:

De todas essas causas, as mais poderosas são a ignorancia e a miseria. São ellas origem de innumeros males, prejudicam consideravelmente o bem-estar social e são um terrivel instrumento de degradação physica e de morte. Prova-o bem a mortalidade comparada das differentes fracções da população, segundo o seu grau de miseria ou de bem estar, de ignorancia ou de instrucção (p. 63).

A civilidade era entendida como o “meio” de cada individuo ser agradável no “trato social”. Para Baptista (1886: 5), a noção de civilidade era “o conjuncto das formulas convencionaes usadas na sociedade”, que serviam para se demonstrar, mutuamente, a estima, a consideração e o respeito. Não chegava ser “honrado, bemfazejo, generoso, ter todas as virtudes moraes”, era imprescindível conhecer “os preceitos da civilidade e cortesia” para obter o respeito, a veneração e, acima de tudo, ser alvo de simpatias e ter o agrado no trato social. Em qualquer perspectiva ou situação, a civilidade figurava “sempre um bem, uma conveniencia social”. Esta representação de civilidade assentava, ao mesmo tempo, no

[...] desejo e dever de nos mostrarmos agradáveis uns aos outros, de mostrarmos o respeito que temos pela dignidade alheia, esta diferença que conserva o nível social a uma altura digna e respeitosa para todos, é generoso que escasseia no mercado social (p.6).

Baptista (1886), entre as diversas “formulas convencionaes” apontava aos leitores o “asseio” como um elemento de civilidade que provocava na convivência social sentimentos de agrado, prazer e satisfação, independentemente do estatuto social ou dos recursos materiais dos indivíduos. Este professor frisava que

É bem certo o dictado: - «O asseio é a riqueza do pobre.»

Satisfaz e alegra vêr uma pessoa que, imhora vestida pobremente, manifeste em tudo o mais esmerado asseio.

Essa pessoa em toda a sua pobreza, tem pelo lado da Civilidade e polidez, jus á estima e consideração publica.

Ostentar ricos vestidos, vestir luxuosamente quem tem meios pecuniarios para isso, é coisa que não merece admiração, nem louvor. Mas alliar a pobreza com o asseio, isso sim, que é muito para louvar (p.41).

De acordo com Anjos (1891: 56-57), o asseio consistia em o individuo desviar tudo aquilo que fosse “imundo” e que repugnasse a “delicadeza dos sentidos”, devendo “existir no corpo, no vestuario, nas habitações e nos alimentos”. Era uma marca de civilidade comparável com a decencia em relação à moral e aos costumes, pois servia para mostrar o respeito pela sociedade e pelo próprio indivíduo. Por isso, Anjos constatava que

O asseio, a decencia, as maneiras amaveis, andam quasi sempre em camaradagem, e muitas vezes marcam o gráu da intelligencia. A falta de asseio e a grosseria revelam a baixeza e a estupidez (p.57)

Este autor, tipógrafo e poeta, colaborador da Empresa Horas Romanticas frisava que a “falta de asseio é uma negligencia que não admite desculpa” e recomendava que não era bastante ser-se aseado e devia-se também “fugir das pessoas que desprezam o asseio”.

3.2 Da habitação

3.2.1 A casa: escola de moral e de saúde

A manifestação de apreço e o embelezamento da casa reflectia a educação e a civilidade dos seus habitantes. Como Mello (1883) expunha

A casa é escola de moral, - e os povos são tanto mais honestos quanto mais a apreciam, mais a cultivam e mais a imbellezam.

O homem vicioso, semelhante á fera, não recolhe a casa senão a alta noite para dormir; o homem honesto, pelo contrario, alli trabalha e alli ama, alli passa horas alegres e serenas com a familia e com os amigos (p.4).

No entanto, Mello alerta para o desconhecimento dos preceitos higiénicos, o que poderia tornar a casa num local “infecto”:

A casa deve ser escola de saúde, mas muitíssimas doenças alli se adquirem por se respirar um ar infecto e se desconhecerem as mais simples noções de Hygiene (p.4).

A “limpeza da casa é hygienica e é moral”. Logo, atribuía a todo “aquelle que se respeita e que quer conservar vigorosa a sua saúde bem como a dos que lhe são caros e que com elle habitam debaixo do mesmo tecto” o dever de “afastar para longe tudo quanto exhala mau cheiro, tudo que é immundo, tudo que é repugnante”. O asseio da habitação era fonte de riqueza, porque garantia a saúde e a ordem.

A falta de limpeza do corpo e da casa significava fazer mal a si próprios e expunha todos os seus vizinhos a um ar viciado, porque as casas menos limpas eram “as primeiras a serem visitadas pelo flagello homicida” provocado pelas epidemias de tifo, cólera e febre amarela.

A limpeza da casa constituía, deste modo, para um dever cívico. Todo aquele que tivesse a casa limpa contribuía para “melhorar o clima do proprio paiz, ganha na sua saúde, e procede como bom cidadão”. E acrescentava:

Se todos, conservando limpos o corpo e a casa, não accumulassem immundicies nos pateos e nos quintaes, e se os patamares e vãos de escada não fossem convertidos em outras tantas estrumeiras, melhorar-se-hia o ar das nossas cidades. Esta causa de infecção é geralmente pouco attendida, porque comprehende muitas, fracas per si, e aparentemente insignificantes, mas omnipotentes quando reunidas (p.21).

3.2.2 A importância da higiene na habitação: alguns preceitos úteis

A habitação representava “um meio artificial destinado a abrigar o homem e a protegê-lo” e “o meio ordinario da respiração pulmonar”. Na perspectiva de Lacerda (1881),

N’ella se passa a maior parte da nossa vida, e é n’aquelle meio que se recebem os materiaes da respiração. A necessidade das permutações gazosas para a reparação do sangue e para as combustões organicas, as leis da absorpção do oxygenio e da exalação do acido carbonico, mostram quaes as condições a que deve satisfazer uma habitação hygienica (pp.58-59).

Os preceitos higiênicos que deveriam ser adoptados na edificação e na manutenção das limpezas das casas eram identificados e explicitados aos leitores. Estes deveriam considerar diversas regras úteis para garantirem excelentes condições nas habitações, como a localização e a orientação geográficas, os materiais usados na construção, a extensão e a distribuição dos pisos e dos aposentos, o asseio e os agentes de infecção (pó, parasitas, insectos, ratos, latrinas), o ar e a luz solar.

Quanto à localização e à orientação geográfica das casas, Lacerda (1881: 59) explicava que uma casa bem situada deveria ter “uma temperatura média em relação com o clima”, ser “bem illuminada pela luz solar” e conter “uma grande quantidade de ar puro e sêcco”. A exposição a sul era notada como “excellente para o pobre, para o cultivador, para as classes menos favorecidas, habitadas a viver ao ar livre, e cuja porta está sempre aberta”. E, ainda, estipulava

que as “orientações devem ser assim classificadas, pela ordem decrescente das suas vantagens: nascente, sul, norte e poente”.

Para a edificação das habitações, elegiam-se

[...] materiaes solidos, leves, maus conductores do calor, incapazes de absorverem a humidade e de produzirem emanções de gases deleterios: calcareos dos terrenos secundarios e terciarios; areia do rio e cal e gesso de bõa qualidade: tijolos bem seccos, e madeiras completamente privadas de humidade e ao abrigo da fermentação (p.59).

A extensão da casa era condicionada pela “conveniencia e os meios de fortuna” dos seus proprietários e convinha que os aposentos da casa não se localizassem “no centro d’ella, em quartos sem janellas e em corredores, massas de ar estagnadas, nas quaes se agglomeram emanções mepheticas e humidas; convem que em todas as divisões haja janellas ou aberturas”.

No que concerne à importância a atender a cada divisão da casa, Mello (1883: 50) classificava o quarto de cama como o mais importante, seguindo-se-lhe, nas habitações da classe média, “casa de jantar, porque n’ella tambem se passa uma grande parte do dia”, devendo estar no último lugar “a sala de recepção; na prática, porém, inverte-se completamente esta ordem; a *sala das visitas* é a casa a que a maioria das familias dão maior importancia, desprezando completamente o quarto da cama!”.

Mello (1883: 4-5) anunciava o perigo que era viver em “habitações subterraneas”, ditas, actualmente, caves, as quais se concentravam nos grandes centros de população industrial, onde a inexistência de casas com boas condições impelia os operários a habitarem aí. Estas eram “muito húmidas, privadas de luz e de ar suficiente” e eram tanto mais nocivas, quanto a “mesquinhez da alimentação e o excesso de trabalho, creando um *deficit organico*” o que facilitava ali, quotidianamente, encontrarem-se “os typos mais miseraveis da decadencia organica e do impobrecimento physico” e se observavam doenças como “escrophulas, escorbuto, rachitismo, tísica pulmonar, tumores brancos, etc.”.

Tal como as casas subterrâneas, os andares inferiores não ofereciam condições de salubridade em virtude da escassez de luz e de ar e de serem contíguos a “pateos ou saguões que, pela sua pouca limpeza, são verdadeiros focos de infecção” (Mello, 1883: 50). Os andares superiores eram “mais sadios”, mas eram salvaguardas as excepções:

[...] muitas vezes têm os tectos baixos, são humidos e frios no inverno, extremamente quentes no verão, e quasi sempre faltos de luz; estes defeitos não se dão, entretanto, se as aguas-furtadas tiverem os tectos com forros, altura sufficiente, e o telhado constituido por telha de modelo marselhez.

Os andares extremamente elevados, ou aquelles a que fôr fatigante a ascensão, pelo mau traçado da escada, - também não são convenientes, principalmente para pessoas affectadas por doenças cardiacas, pulmonares, etc. (p.50).

No interior das casas propagavam-se os agentes de infecção que eram gerados pela falta de asseio ou pela limpeza desadequada. Lacerda (1881) sugeria:

As habitações devem ser mantidas no estado do maior aceio. Não devem permanecer muito tempo nos aposentos as ourinas, as aguas que serviram para lavagens, etc. O chão deve ser varrido amiudadas vezes. A lavagem, quando produz um estado permanente de humidade, é mais nociva do que util; não deve, pois, em taes condições praticar-se com frequencia (p.60).

Mello (1883) enumerava os focos de infecção da casa, os quais corrompiam o ar e o tornavam impuro,

[...] o pó, a respiração dos habitantes (racionaes e irracionaes), as exalações cutaneas, os gazes do estomago e dos intestinos, os excrementos liquidos e solidos depositados nos urinoes ou nos retretes, o lixo que se accumula na cozinha, na escada, nos saguões, a sujidade do chão, das paredes e dos moveis, os fogões mal tratados e mal ventilados, os brazeiros e escalfetas, as luzes, o fumo do tabaco, os gazes que vêm dos canos, etc. (p.20).

Porém, acrescentava que tais “causas infecciosas” não podiam extinguir-se, totalmente, porque “muitas d’ellas são indispensaveis á vida; com effeito, não podemos deixar de respirar, de nos aquecermos, de illuminarmos as nossas casas durante a noite”. Entretanto, algumas das causas de infecção, como o pó, os ratos, os parasitas e os insectos, podiam ser eliminadas através da limpeza.

Mello (1883) propunha o uso de produtos químicos ou, simplesmente, da água. Para obviar os efeitos prejudiciais do pó da casa, proveniente do exterior, do chão das ruas, e do interior, se o pavimento da casa fosse feito com tijolos mal fabricados, recorria-se com bom resultado ao emprego dos silicatos alcalinos:

Uma dissolução de silicato de potassio, na densidade de 36° do aerometro de Baumé, é sufficiente para 4 metros quadrados de pavimento; applica-se por duas ou tres vezes com uma brocha de caiar, deixando seccar cada demão antes de aplicar a immediata, e sendo a ultima de uma dissolução muito concentrada (p.28).

Para a remoção do pó existente no “ar” das habitações que se depositava “sobre o corpo e sobre os moveis”, convinha empregar

[...] pannos ou esponjas humidas em vez de levantál-o pelo emprego dos espennejadores; para tirál-o da roupa convêm sacudil-a n’uma corrente d’ar, por modo que os corpusculos que se soltam do fato sejam arrastados para longe da pessoa que faz a limpeza (p.28).

No extermínio dos ratos, Mello não aconselhava “as pastas phosphoradas”, porque podiam dar “origem a eventuaes invenenamentos das pessoas da casa”, visto que os animais envenenados ao morrerem nas suas tocas tornavam-se outra origem de infecção. Por isso, era preferivel empregar os gatos e as ratoeiras (p.28).

Contra os parasitas das camas, podia empregar-se “o acido phenico ou o pó vegetal insecticida, o qual tem tambem uma acção bastante energica sobre as baratas, contra as quaes se emprega, insuflando-o para dentro dos buracos onde ellas se abrigam” (p.28).

Para matar as moscas, mais adequado seria utilizar “garrafas proprias”, empregando “dentro d’ellas agua com vinagre”. Era de evitar o “emprego dos papeis denominados matta-moscas”, porque podiam com “as massas phosphoradas, occasionar intoxicações” (p.29).

Já que a eliminação dos mosquitos carecia de remédios quer pela quantidade, quer pela eficácia comprovada dos produtos usados, como era a experiência de uso da hortelã e do eucalipto, logo a medida era impedir a sua entrada na casa, em especial nos quartos, evitando a iluminação nocturna com as janelas abertas ou por meio das redes nas janelas (p.29).

Os académicos Costa e Valladares (1888) ofereciam aos leitores, em especial aos das classes menos abastadas ou aos menos escolarizados, um conjunto de “receitas uteis” que podessem ser acessíveis e aplicáveis no quotidiano doméstico e fossem um auxílio na execução de tarefas inerentes à higiene da habitação. Apresentavam os componentes e as instruções para a preparação e o emprego do produto. Temos por exemplo:

Desinfectantes

Sulphato de ferro 100 partes

Acido chlorhydrico..... 4 »

Agua 1:000 »

Misture-se.

E ponha-se em pratos collocados nos aposentos e a differentes alturas (p.10).

Pulgas

(Sua destruição)

Faça-se no leito uma fumigação de enxofre, ou coloquem-se nelle folhas frescas de *poejos* (planta aromática) cosidas em um sacco, e as pulgas desaparecerão (p.13).

As latrinas eram um grande foco de infecção, daí que a escolha da localização dentro da casa fosse alvo de grandes cuidados. Como Mello (1883: 51) frisava a “vantagem da latrina bem estabelecida, é manifesta”. Era comum, em Lisboa, a “existencia de pias de despejo collocadas nas cozinhas e destinadas a receber tanto as aguas caseiras como os excrementos liquidos e solidos” e eram, igualmente, “raras as habitações providas de latrinas e rarrissimas aquellas em que as latrinas” ofereciam “boas condições hygienicas”. Logo, era “conveniente escolher para as latrinas logares bem arejados e illuminados, se fôr possivel expostos ao nascente ou ao norte” e “muito acceitavel a collocação das latrinas nas saccadas da parte posterior das casas, tendo o cuidado de illuminá-las e de lhes abrir ventiladores na parte superior”. As que fossem colocadas no interior das casas deviam ser providas de uma chaminé de tiragem.

A casa devia ter muito ar e muita luz. A escassez destes era prejudicial para a vida dos seus habitantes, expondo-os a “um sem-numero de enfermidades” como as escrófulas, o rachitismo e a tísica (Mello, 1883: 9-10).

O arejamento das casas fazia-se em geral pelos pátios ou saguões, pela escada, pelos corredores, pelas chaminés e pelas janelas. Para se facultar a ventilação dos diferentes compartimentos de uma casa devia ser permitida a “intrada de ar sufficiente para prover largamente ás necessidades do organismo, conservando uma temperatura regular e conveniente” e impedidas “as correntes de ar animadas de velocidade exagerada”, causadoras dos resfriamentos; fazer corresponder a abertura das portas e das janelas para que o arejamento fosse mais perfeito;

abrir as janelas durante uma grande parte do dia ou ao menos pela manhã, durante duas ou três horas, principalmente as dos quartos de dormir. Nas salas de recepção e nas de jantar era conveniente recorrer aos ventiladores, quando não houvesse chaminé, “o ventilador por excel-lencia”. Os ventiladores podiam consistir em pequenas aberturas feitas no rodapé, estando em comunicação com um tubo aberto no exterior da parede, serviam para dar acesso ao ar exterior (Mello, 1883: 14-15).

A casa para ser “fortemente illuminada pelos raios directos do sol” devia ter “amplas janelas com portas envidraçadas em que os caixilhos que sustentam os vidros occupem o menos espaço” e as portas de madeira interiores podiam ser suprimidas, porque eram “perfeitamente inúteis” (Mello, 1883: 19).

3.2.3 O luxo em harmonia com a higiene da casa

O luxo e higiene da casa eram aspectos compatíveis. Desta forma, Mello afiançava que

Tornar bella a casa para nós e para os nossos, não só é prova de bom gosto, mas também um poderoso meio de suavizar o trabalho e de chamar os seus habitantes, nas horas de descanso, á vida de familia, bem mais util do que a se passa na atmospherá corrupta dos botequins (p.61).

O embelezamento da casa poderia ser feito independentemente da condição social, pelo que “sem se ser rico, se pode tratar de adornar a casa; e quem a isso se habitua encontra, nos trabalhos que executa com esse fim, não só uma boa distracção mais ainda um pretexto para exercicio”. Mello dava como exemplo as nações europeias mais civilizadas em que se prestaria “á casa um culto mais reverente e mais caloroso”.

Segundo o autor, o “primeiro luxo da casa consiste talvez em incerrar n’ella um fragmento do mundo vegetal”. O individuo com fortuna devia possuir um jardim e junto deste “um terreno destinado a differentes jogos (como da bola e da malha), proprios para exercicios musculares, e um telheiro para servir de gymnasio”.

No interior da casa, também, deviam existir aposentos que fossem destinados ao lazer e que, ao mesmo tempo, possibilitassem exercício nas tardes e nas longas noites das estações mais frias. Assim, Mello idealizava “n’uma sala contigua á do jantar” onde seria agradável haver um bilhar.

3.2.4 O quarto da cama

Mello (1883) sublinhava a importância do quarto de cama no quotidiano do universo doméstico. Reconhecia-o como o aposento da casa “em que ha mais permanencia, e onde o homem em cada dia se refaz pelo repouso de novas forças para o trabalho do dia seguinte”. Logo,

devia escolher-se a divisão que “reuna á capacidade a boa exposição”. Mas, lamentava as opções dos habitantes:

Para dormir, para passar uma parte tão importante da vida, consideram bom qualquer local! Os quartos menos vastos, peor ventilados, mais humidos, menos illuminados, são aquellos, onde se pernoita ordinariamente, - enquanto o ar, a luz e o calor, se reservam para as salas de recepção, porque essas são vistas pelas visitas!! e o que tem grande importancia, é ostentar grandezas para com os extranhos!!!” (pp. 50-51).

Com certeza graças à sua experiência como médico, Lopes (1891) lamentava as condições que os quartos de dormir apresentavam, habitualmente:

[...] a Hygiene não pode deixar de deplorar as condições habituaes dos quartos de dormir, mesmo nas familias abastadas. A sala absorve tudo. Os medicos principalmente sabem, por experiencia, o que são os $\frac{3}{4}$ dos quartos de dormir, aos quaes o seu mestér os conduz (p.57).

Para colmatar a falta de condições higiénicas deste aposento, Lopes gizou, para os seus leitores, um “Programma da Hygiene de um quarto de dormir, convenientemente saudavel”. O quarto de dormir devia ter

Uma cubagem sufficiente para occorrer de uma maneira larga ás necessidades da respiração; uma limpeza minuciosa, a ausencia de roupas sujas e contaminadas, e das aguas de lavagem; uma chaminé aberta para estabelecer uma circulação aerea; uma união não muito hermetica das juntas das janellas e das portas; um renovamento muito frequente das pinturas e dos papeis; uma larga abertura das janellas e das portas durante o dia e todas as vezes que o tempo o permite [...]. É preciso que o sol, este infatigavel chimico, visite todos os cantos, que queime, oxyde, destrua todo o principio organico, e se opponha a essa geração immunda de parasitas que procuram a obscuridade, espalham ahi um cheiro nauseabundo e armam emboscada contra a saude (p.57).

Lacerda (1881: 60) prescrevia “para um bom quarto de dormir 4 metros de comprimento, 4 de largura e 3,5 de altura”. Recomendava, igualmente, os cuidados a empregar na limpeza das paredes do quarto de dormir, quer fossem pintadas, estucadas, caiadas ou forradas de papel:

Quando as paredes de um quarto são pintadas a oleo ou estucadas, devem ser lavadas de vez em quando, para as libertar das camadas de materias organicas que, com o tempo, alli se dispõem e se accumulam. Quando sejam caiadas, deve renovar-se com breves intervallos a camada de cal. Nas forradas de papel, deve este substitui-se [*sic*] com frequência, sendo completamente arrancado, raspada a superficie subjacente e tapados todos os buracos que n’ella existam (p.60).

Poderiam ser diversas as causas de viciação do ar do quarto de dormir, destacamos entre elas, as poeiras, os gases nocivos libertados pelos aquecimentos e as latrinas.

Lopes (1891: 15) advertia para o facto de as poeiras conterem os “germens das doenças”, visto que um “gramma de poeira sêcca deposta sobre os móveis das habitações contém approximadamente um milhão de bacterias”. Dirigia-se aos leitores, alertando-os sobre os perigos que representavam para a saúde:

Todos sabem que, em tempo de grande vento, basta deixar uma janella aberta durante algumas horas, para vêr os móveis dos quartos cobrirem-se de uma camada de poeira, que, chegando ao chão, se introduz nas fendas do sobrado, ou se aloja em logares menos accessiveis,

para formar ali um deposito de germens que torna o ar dos quartos de uma extrema impureza (p.15).

A existência de aquecimentos, tais como fogões, braseiros, chaminés e esquentadores, colocados no meio dos quartos de dormir, descobertos e sem ventilação suficiente, que libertavam pelo ar gases nocivos – “acido carbónico, o oxydo de carbonio, fracas proporções de hydrogenio carbonado e de hydrogenio; além d’isso, alguns vapores hydro-carbonados”, resultantes da combustão do carvão, da hulha ou da lenha – manifestava-se perigosa e era “uma funesta predilecção em certas classes de pessoas sedentarias” (Lopes, 1891: 23).

Devia evitar-se colocar as latrinas próximas dos quartos de cama, porque, segundo Mello (1883),

[...] por perfeita que seja a sua construcção, em certas occasiões evolvem-se emanações desagradáveis que se espalhariam n’esses quartos, principalmente, se elles tivessem chaminés que determinassem uma tiragem, dando em resultado a intrada para dentro d’elles do ar contido nos aposentos vizinhos (p.51).

Segundo Lopes (1891: 50-56), o mobiliário que recheava o quarto de cama devia compreender “a cama, a mesa de cabeceira, os tapetes, os reposteiros, etc.”, que deveriam ser adequados às dimensões do quarto, para a temperatura não fosse muito elevada e não impedisse a ventilação e renovação do ar. Os leitos apresentavam como medida usual “2^m de comprimento e 1^m,30 a 1^m,85 de largura” e a altura era variavel segundo a composição da guarnição. O uso dos leitos de ferro eram um progresso sob o ponto de vista da limpeza e da salubridade, porque permitia a circulação livre de ar e a “geração immunda de parasitas, que era o flagello dos antigos quartos de dormir, encontrou n’elle um obstaculo que a descoberta dos pós insecticidas tornou mais completa”.

A mesa de cabeceira, por ser o local onde se guardava o “vaso para urinas”, requeria cuidados para evitar a infecção da madeira. Em relação ao utensílio doméstico em questão, que deveria ser em vidro para se observarem diariamente as urinas, devia

Haver todo o cuidado na limpeza do vaso para evitar o deposito que se forma muitas vezes no fundo, e que se chama *sarro ammoniacal*; para isso deve-se lavar de tempos a tempos com acido muriatico (acido chlorhydrico impuro), que impede a formação do deposito (p.56).

Na escolha dos enxergões e dos colchões para o leito, colocavam-se várias interrogações acerca das suas vantagens para a saúde e a sua adopção estaria relacionada com os recursos económicos das famílias.

Os enxergões de palha de trigo ou de milho, mesmo que renovada com frequência e revolvida diariamente, libertava poeiras pelo quarto de dormir, era um receptáculo de humidade, de maus cheiros e de parasitas e o abatimento da palha fazia diminuir o volume, tornando o plano de sustentação irregular e duro, o que tornava difícil conciliar o sono. O enxergão elástico, geralmente adoptado pelas familias abastadas, era mais arejado e conservava a sua flexibili-

dade original e a uniformidade da superfície de sustentação. Um outro tipo de enxergões, que possuía uma vantagem higienica incontestável, eram aqueles em que a

Elasticidade é produzida por arcos de ferro, munidos de tiras de *cautchuc*, é de uma simplicidade sedutora, e permite poder usar-se de um só colchão, o que é importante debaixo do ponto-de-vista economico. Com este enxergão, fica entre o fundo do leito e o colchão um espaço vazio, onde o ar circula livremente (p.53).

De todas as matérias empregues para encher os colchões, a crina, a lã, o ar ou as substâncias vegetais diversas, a primeira era a melhor para a hygiene em virtude de ser a mais asseada, a que produzia menos poeira e abatia menos, logo era menos dura e conseguia-se uma maior uniformidade do plano de sustentação. Os colchões de ar reuniram todas as condições favoráveis, se o invólucro fosse sempre impermeável, e se o seu preço fosse menos elevado. Globalmente, os colchões exigiam, para a saúde, um cuidado contínuo. Recomendava-se a exposição algumas horas ao ar todas as manhãs, antes de fazer a cama, o que evitaria bastantes inconvenientes entre eles, o cheiro desagradável que o leito e o quarto conservariam. O despejo dos colchões seria feito, anualmente, colocando-se, então, na barrela o pano que servia de invólucro.

Os lençóis de linho ou de algodão para o leito, consoante fosse, respectivamente, verão ou inverno, eram para a cama o que a camisa era para o vestuário, quer dizer: uma condição de preservação para o leito, de limpeza, e, por conseguinte, de salubridade.

As coberturas deviam ser leves, podendo aumentar-se o seu número quando necessário. Neste caso, aqueciam sem oprimir o corpo, facilitando a circulação e os movimentos respiratorios e podiam ser renovadas, parcialmente, repetidas vezes.

Os cortinados deviam “ser banidos da Hygiene domestica”, porque criavam “uma atmosphaera circumscripta e estagnada, e que constituem outras tantas teias de aranha extendidas a todos os miasmas e a todas as emanções”.

3.2.5 A “infirmaria”

Conforme Lopes (1891: 15-16) explanava, devido à permanência dos doentes na habitação, os seus quartos “tornam-se verdadeiros focos de infecção povoados de poeiras virulentas de primeira ordem” provocadas pelas eliminações, pelo doente, de substâncias orgânicas. Por conseguinte, acentuava a necessidade de desinfecção do quarto onde havia permanecido um doente e, no entanto, constatava que de facto a desinfecção era praticada, embora de modo incompleto, em caso de morte do doente. A desinfecção consistia em “lavar os colxões, sacudir os enxergões, travesseiros, e almofadas, espalhar alguns perfumes, lançar uma substancia mais ou menos antiseptica nos quartos dos defunctos”.

Mas, o mesmo não sucedia nos casos de cura, sendo tais cuidados considerados desnecessários. Chamava a atenção para o perigo que esta atitude podia constituir para a saúde:

É assim que o vulgo pensa, é assim que vemos rebentar pequenas epidemias de febre typhoide, de sarampo, variola, escarlatina, de erysipela nos mesmos logares, sem se suspeitar que a causa do mal pode resistir durante mezes e annos no cimo de um movel inaccessible ás limpezas diarias (p.16).

Então como devia ser o quarto ou a “infermaria” do doente? Cardoso (1889) apresentava um “quarto modelo” que evidenciasse os pormenores uteis para uma boa higiene e um bom clima, facilitadores da recuperação do doente.

Quando as circunstancias o permittam, o quarto do doente deve ser espaçoso, exposto ao sul, mobilado com a maior simplicidade, facil de aquecer e de ventilar.

O leito, sem cortinados, deve collocar-se por tal fórma que seja, pelo menos, accessivel por tres lados, e que o doente, mesmo deitado, possa ver a janella.

Sobre uma mesa collocam-se ordenadamente os objectos de uso habitual, os remedios, os livros, etc.

Junto ao leito, sobre a banca de cabeceira e ao alcance da mão, a bebida ordinaria, o remedio aconselhado, o livro permittido [...].

Como nem sempre é possivel dispor de um quarto n'estas condições, o enfermeiro imitará tanto quanto possivel este quarto modelo [...] (p.5).

3.3 Do vestuário

3.3.1 As suas funções na conservação da saúde

A par com a habitação, o vestuário era entendido como um meio artificial destinado a impedir que o organismo não perdesse calor e a “proteger o homem, contra a violencia dos agentes atmosfericos e contra a sua facil mobilidade” (Lacerda, 1881: 55).

Na opinião de Oliveira (1884), as alterações, quanto aos tecidos e ao número de peças de roupa, no vestuário resultaram do progresso da civilização. Mas,

Não se pode assegurar que a civilização moderna tenha, quanto a vestuario, adeantado muito e aperfeiçoado algumas das variadissimas peças que dele se compõe. (...) há actualmente *artigos de vestuario* inferiores, hygienicamente considerados, quando se comparem com os que ha dois seculos existiam (p.4).

Oliveira criticava a preponderância da moda sobre os preceitos de higiene:

Domina-nos, vence-nos, e faz nos desprezar a hygiene, a caprichosa e quasi sempre pouco razoavel moda! Prefere-se andar á moda a usar de um vestuario commodo e hygienico em que bastantes vezes a elegancia é de pura convenção! (p.4).

Também Anjos (1891) deplorava a preferência da moda em detrimento da saúde

A Moda é filha do capricho e da phantasia, e não deixa de estar muitas vezes em guerra com a saude. As pessoas de juizo não a seguem senão até certo ponto, e desprezam-n'a em vendo que passa os limites do bom-senso (p.62).

3.3.2 As prescrições higiênicas do uso

O *cautchuc*, que fora importado da América no século XVIII, ocupava um lugar importante entre os materiais que faziam parte do vestuário masculino, sendo considerado um material *hygienico* adoptado para impermeabilização do vestuário. Esta substância dissolvia-se facilmente em óleos essenciais e rapidamente secava, voltando ao seu primitivo estado.

O fabrico de tecidos *impermeaveis* ligado à indústria química do século XIX seguia um modo de preparação que consistia na aplicação de *cautchuc* liquefeito e que, segundo Oliveira (1884), se operava da seguinte forma:

O cautchuc reduzido a *pasta*, e submetido á pressão de cylindros que lhe equaliza a superficie e o faz secar, é empregado na feitura de almofadas, mantas, capas, etc. Pode tornar-se impermeavel qualquer tecido sem lhe roubar as côres nem danificál-o, usando o seguinte processo. Dissolvem-se em separado 250 grammas de acetato de chumbo em 8 litros de agua e 250 grammas de alúmen n'outro tanto liquido. Misturam-se as duas soluções; filtra-se para tirar o sulfato de chumbo formado, e banha-se n'esta mistura por alguns instantes o tecido que se pretende tornar impermeavel, deixando-o depois secar, excorrendo e sem o comprimir. Tem a vantagem de tornar o tecido impermeavel á agua, deixando passar a transpiração (p.8).

Por sua vez, Lacerda (1881:57) questionava o uso de tecidos impermeáveis nas peças de roupa, defendendo que

[...] não devem ser obstaculo ao livre exercicio das funcções da pelle. São principalmente fabricadas de cautchuc, que imbarça a respiração cutanea, dá sensação de mal-estar e não deve ser usado por muito tempo. O tecido de que é feito o *water-proof* das senhoras é-lhe muito preferivel, por não ter aquelles inconvenientes, mas não deve estar por muito tempo exposto á agua (p.57).

O autor difundia regras higiênicas acerca do uso da flanela no vestuário e levantava a questão:

[...] parece-nos que o uso da flanela indistinctamente aconselhado a todas as pessoas, em quaisquer circumstancias, não é razoavel. Se a flanela serve de *remedio hygienico*, para que empregál-a sem uma clara e franca indicação? (p.18).

Prescrevia-a atendendo “à constituição do individuo, ao seu temperamento, á tendencia para as *dermatoses* (doenças de pele), á idade, sexo, profissão, e também muito ao clima em que o individuo vive [...]” (p.18). Deste modo, considerava que

Actualmente que a constituição physica do homem em certos paizes (e muito no nosso) parece estar enfraquecida, o uso da flanela é geralmente e com razão recomendado, constituindo o [...] colete de flanela artigo indispensavel de vestuario. parece-nos que o uso da flanela se deve prescrever aos individuos fracos, veletudinarios, áquelles cujos habitos e vida sedentaria torna preciso activar as funcções circulatorias da pelle; aos que padecem de reumatismo e doenças cronicas de visceras abdominais; ás pessoas em demasia sensiveis ao frio, e aos velhos em geral (p.18).

Nas situações em que o organismo humano se expunha a bruscas alterações de temperatura, como as regiões do globo com climas tropicais caracterizados por significativas amplitudes térmicas, o uso do colete de flanela seria recomendado, porque evitava

[...] as supressões de transpiração, os resfriamentos, e previne assim o aparecimento de muitas doenças não só das vias respiratorias, taes como bronchites e pneumonias, mas também

defende, até certo ponto, os indivíduos dos ataques das doenças de origem palustre, o flagelo da maior parte das nossas possessões ultramarinas (p.19).

Apesar das orientações transmitidas aos leitores, este médico admitia que

Imbora se não possa explicar a causa, a razão bem clara, por que o uso da flanela tem semelhante utilidade, o que se não pode negar é o facto de assim acontecer; e n'estes casos importa incomparavelmente menos a teoria do que a prática por muitos reconhecida e experimentada (p.19).

O uso da flanela era inconveniente no caso das pessoas que padeciam de “erupções cutaneas, a erythemas, por exemplo, a *impingens*, - o contacto da flanela com a pelle é inconveniente e pode oppôr-se á efficacia dos tratamentos os melhor indicados” (p.19).

No tocante à “forma dos vestidos”, ou seja, a medida e a tensão os vestidos deviam exercer no corpo feminino, os preferidos eram os largos e amplos, em detrimento dos apertados e justos, na medida em que estes

[...] independentemente de outros inconvenientes, não deixará circular livremente o ar, que se ha de alterar e impregnar das particulas nocivas á saude exaladas pela pelle. Pelo contrario, um vestido largo e amplo permite uma facil renovação de ar, e, facilitando a evaporação cutanea, produz na pelle uma acção tónica e salutar.

A circulação venosa e arterial não se fará regular e livremente se os vestidos fortemente apertarem o nosso corpo, principalmente em certas regiões; e, produzindo-se a constrição especialmente na superficie, a circulação das partes profundas será também imbaraçada, originando congestões visceraes perigosas, ás vezes lesões das arterias e veias, além de certos symptomas bastante incommodos, como dyspepsias, digestões difficeis, etc. (pp.21-22).

Tendo em conta a fisionomia feminina, os usos do colete ou do espartilho (tipo de colete extremamente exagerado) eram alvo de reflexão rigorosa e de análise objectiva por Oliveira (1884: 36-38), em que contrabalançava os perigos e os inconvenientes com algumas vantagens e conveniências. Embora fosse visto por alguns médicos como uma peça de vestuário “anti-hygienica, tão combatida e tão condemnada”, o autor acreditava que, pelo facto de ter resistido “por tão longos annos” e persistir na indumentária feminina, em finais do século XIX, haveria “no collete feminino alguma coisa util” e que o seu uso pudesse “talvez ter vantagens”. E, dirigia-se aos leitores:

Abra o leitor qualquer tratado de Hygiene; leia o que em geral se diz do collete da mulher; medite nos perigos do espartilho, nas perigosas doenças que o seu uso pode, na opinião de alguns medicos, originar; e com certeza se admirará de que uma peça de vestuario tão anti-hygienica, tão combatida e tão condemnada, haja podido resistir por tão longos annos e persista ainda! Esta reflexão leva-nos a crer que realmente haverá (p.36).

Esclarecia-os, então, sobre as particularidades da fisiologia do aparelho respiratório da mulher para provar as implicações do uso do colete.

Pela Physiologia sabemos que o *typo* da respiração na mulher é o chamado *costo superior*; - isto é: o thorax na mulher dilata-se mais superiormente no acto da respiração, porque ha no abdomen um órgão (o utero) sujeito a dilatação consideravel (durante a prenhez), o qual, comprimindo as outras visceras e obrigando-as a um certo deslocamento para a parte superior, impede que os pulmões se dilatam para a aparte inferior obrigando-os a expandirem-se supe-

rior e lateralmente. Se as *funções* são o exercício dos órgãos, não é menos verdade que a maneira por que se exercem certas funções *depende* da disposição *anatomica (physiologica ou não)* dos órgãos em que ellas se exercem. Temos pois na mulher a respiração exercendo-se physiologicamente com maior amplitude na parte superior do thorax: a respiração *costo-superior* muito mais pronunciada do que no homem

De accôrdo com esta maneira de funcionar, admittia Bérard (um notavel physiologista) que o collete, porque só aperta a base do peito, é perfeitamente conciliavel com a organização da mulher (p.36).

Na sua opinião era o estado social da mulher (supomos as mulheres da burguesia citadina!), caracterizado por uma vida “sedentaria e pouco activa, infraquecendo-lhe o systema muscular e causando fadiga ao mais pequeno esforço”, que condicionava o uso do colete. Embora, reconhecesse que

[...] o collete (ápparte certas exagerações de feitio) lhe será util e conveniente, fornecendo ao *tronco* um ponto de apoio, o qual lhe é tanto mais necessario por isso que o pezo do seio e das visceras abdominaes a obriga a inclinar-se para deante (p.36).

Todavia, o colete devia limitar-se

[...] a ser um cinto elastico, sem varas de baleia ou de aço moderadamente apertado. Com estas qualidades, o collete serve para sustentar o seio, mórmente nas mulheres que o tenham exaggeradamente desinvolido; e, além d’isto, pela contenção moderada que produz, compensa a fraca e debil contractilidade dos musculos da mulher (p.36).

Apontava os “*contras* do collete exagerado”, ou seja, do espartilho quando consistisse num “collete rigido, apertado, formado de barbas de baleia ou de varas de aço, comprime as visceras abdominaes, desloca os ossos (as costellas), deformando o esqueleto”. Salientava as contra-indicações para a mulher grávida:

O utero, especialmente quando se acha contendo o producto de concepção, é desviado da sua posição natural; e d’esse desvio provêm um grande numero de difficuldades, de imbaraços á prenhez, ao parto, podendo mesmo causar o aborto (p.36).

Em relação aos órgãos do aparelho digestivo, como o “fígado, o baço e o estomago, soffrem egualmente deslocações consideraveis da sua normal situação, e as funções d’estes importantes órgãos são difficultadas e imbaraçadas, podendo originar-se doenças e lesões gravíssimas” (p.36). O uso do espartilho poderia causar ainda

[...] excoriações nas axillas, imbaraço na circulação venosa dos membros superiores, achatamento do seio e doenças das glandulas mammarias. Comprimindo os pulmões, pode ser causa de hemoptise; a compressão indirecta que exerce sobre o coração e estomago, causa por vezes syncope e gastralgias (p.36).

Não se revelando alheio às influências da “*thyranica moda*” sobre as escolhas do sexo feminino, aconselhava que o colete fosse usado segundo as indicações que fornecia para poder ser aprovado e “resistir á critica severa do mais rigoroso hygienista, e pode tambem satisfazer ás exigências da elegancia do vestuario feminino”.

O collete não deve usar-se antes da puberdade; e *nunca* deve servir durante a prenhez, nem no periodo de lactação. Deverá ser feito de maneira que permita a liberdade de movimentos; ser

resistente mas flexível, e não ter barbas de baleia nem varas de aço; apenas consistirá n'um *cinto* largo e não mui apertado (p.38).

Anjos (1891: 49-50) avaliava, igualmente, o uso do espartilho e defendia que

[...] não é prejudicial se fôr bem talhado, sustendo o busto sem o comprimir e deixando sahir o ar livremente dos pulmões. Tendo o seu ponto de apoio nos quadris, o espartilho não deve apertar o ventre, comprimir o estomago, nem espalmar o peito (p.49).

Na explanação da sua teoria baseava-se num estudo realizado sobre os efeitos maléficos do uso indevido do espartilho na adolescência (p.50):

Um medico illustre fez a seguinte estatistica:

De cem meninas que usam espartilho:

Morrem de doenças do peito	25
Morrem de resultado do primeiro parto	15
Ficam achacadas depois do primeiro parto	15
Perdem a pureza das formas.....	15
Resistem, mas nunca de saude perfeita.....	30

100

Concluía a sua ideia, defendendo que o “espartilho tem atravessado diversas phases e sofrido muitas variações, de forma que actualmente é quasi inofensivo” (p.50).

Oliveira (1884: 8), fazendo referência aos “medicos hygienistas”, aprovava o uso da “*roupa branca*”, quer dizer da camisa, e afirmava que o seu uso se encontrava generalizado, tendo contribuído profundamente para a modificação da saúde pública. O linho e o algodão eram os materiais essenciais do vestuário, destinavam-se à confecção, fazendo parte da *roupa branca* que se encontrava em contacto directo com a pele.

As camisas variavam de acordo com os sexos quer na forma, quer no feitio, e a sua qualidade devia satisfazer os preceitos higiénicos. Com efeito,

As camisas não devem ser nem asperas e grosseiras, nem demasiadamente finas, porque as primeiras irritam a pelle, e as segundas deixam-se com facilidade impregnar pelas secreções cutaneas, e secando com rapidez expõem o individuo a rapidos arrefecimentos. [...] visto que em geral, no homem pelo menos, a camisola se interpõe á pelle e á camisa, pode esta ser de um tecido fino, sem causar os inconvenientes que acabâmos de apontar (p.27).

Quanto ao feitio das camisas, as confeccionadas para a mulher deviam ser “largas, amplas e compridas; as mangas curtas não produzem a menor constricção no pescoço, nem nas regiões axillares (sovacos)”; as camisas nos homens deviam usar-se “menos comprida, menos ampla e *relativamente* muito mais apertada no pescoço e com as mangas compridas abotoando nos punhos”, sem colarinho e sem cóis estreito.

Este médico apresentava como “boa regra hygienica” a mudança de roupa ao deitar, desaconselhando o uso, durante as horas de sono, da mesma roupa que se vestisse durante o dia. De igual forma, as camisas deviam ser mudadas com frequência:

Deve a camisa ser tantas vezes mudada quantas precisas fôrem pra evitar a impregnação do suor e mais secreções edipermicas. Mudar de camisa *tantas vezes* por semana é um verdadeiro

disparate hygienico. Em geral *só aos domingos* costumam os trabalhadores vestir roupa lavada: este uso não é só devido a motivos economicos; entra na ordem dos habitos adquiridos, e talvez que nunca se possa acabar! (pp. 27-28).

Os escolares Costa e Valladares (1888) expunham aos leitores “receitas uteis” para a manutenção e conservação da roupa branca.

Brilhantismo na roupa branca

Se quereis dar á vossa roupa branca um brilho extraordinário, empregue a seguinte gomma:

Amido fervido 1 litro

Silicato de potassa 100 grammas

Gomma arabica 30 »

Assucar refinado..... 60 »

Quando tudo fôr ingommado com esta mistura, apresentar-se-ha polido e luzidio com um espelho (p.44).

As ceroulas no homem eram “utilissimas, hygienica e economicamente consideradas”, porque afastavam a pele do contacto áspero com a roupa exterior, resguardavam do frio e podiam “a miudo renovar-se” (p.30). No entanto, o uso desadequado podia

Causar compressão no abdomen, nem produzir constricções incommodas no perineo e nos órgãos genitais. Os individuos que soffrem de hemorrhoidas não deverão usar de ceroulas de lan; e nunca as ceroulas se devem apertar demasiadamente em baixo nas pernas, o que predis-põe para as varizes (p. 30).

Oliveira (1884: 38-39) elegia as saias como a peça que estabelecia a “diferenciação entre o vestuario do homem e o da mulher”. Para o autor, as saias quer fossem feitas de algodão, de lã, de linho ou de seda apresentavam um inconveniente, visto que facilitavam “em extremo o accesso ao ar atmospherico que vai directamente incidir sobre os membros inferiores, na região abdominal, e na parte inferior do thorax”. Mas, salvaguardava:

Se desde creança a mulher tiver tido o habito de andar exposta ás vicissitudes atmosphericas, o inconveniente do livre accesso de ar é nullo. É o que succede com as nossas mulheres do campo, e tanto mais quanto em varios pontos de Portugal o clima é temperado (p.38).

Na ideia de Oliveira, “o acceso livre de ar nas coxas e ventre pode ser origem de rheumatismo, nevralgias, enterites, e fluxos uterinos”, o que sucedia nas regiões de clima mais rigoroso e nos casos em que a mulher não estava acostumada, pelos hábitos de educação, desde tenra idade, a expor-se ao ar livre. Ao referir-se aos médicos que defendiam os benefícios do uso das saias para os órgãos genitais femininos devido à “renovação de ar”, considerava-os exagerados e acreditava que “o asseio é mais proficuo [...] de que tal acceso *livre* de ar”.

Outros aspectos discutidos em relação ao uso das saias eram o seu grande número e o peso excessivo pois acabavam por exercer uma exagerada pressão sobre os quadriz e comprimir a região renal, o que podia produzir efeitos maléficos e originar doenças (p.39).

Para a remoção de nódos da roupa, Costa e Valladares (1888) sugeriam a seguinte receita:

k) Sabão para tirar nodoas

Tomem-se 200 partes do melhor sabão e reduza-se a pequenos boccados; colloque-se este sabão n'uma capsula com
 Agua 85 partes
 Fel de vacca..... 15 »
 Tape-se o vaso e deixe-se em contacto por 12 horas. Passado este lapso de tempo, aqueça-se levemente, afim de que o sabão se dissolva sem comtudo ferver. Quando uma parte da agua se evaporar e toda a massa estiver homogenea e com aspecto de mel, - junte-se-lhe:
 essencia de terebinthina..... 5,5 partes
 Benzina incolor 4,5 »
 E misture-se intimamente; depois, enquanto a massa está ainda em fusão, córe-se com a materia que se desejar, juntem-se algumas gottas de amoníaco, molde-se o sabão, e sómente passados alguns dias é que se poderá fazer uso d'elle. Este sabão aplicado convenientemente com uma escova, tira as nodoas (de corpos gordos, de azeite, etc., etc.,) sem alterar a fazenda (p.21).

Oliveira (1884) lamentava que a moda exercesse “uma despotica e tyrannica influencia sobre a hygiene e o bom-senso” e ironizava a situação, exclamando: “Mas... é moda; soffra se! não se anda livremente, mas anda-se á moda” (p.32).

Particularmente, os modelos fabricados não obedeciam à anatomia dos pés e levavam à sua deformação:

Não se tem sujeitado o feitio do calçado ás disposições anatomicas e á forma do pé; mas, pelo contrario, é a anatomia dos pés que a moda quis deformar e alterar de modo tal que, por exemplo, na actualidade um pé calçado, posto dentro de uma bota que termina em *bico* exaggerado e ridiculo, com o que menos se parece é com um *pé de gente* (p.32).

Os tacões exagerados das botas constituíam um “disparate, um verdadeiro contra-senso e um perigo, especialmente no calçado da mulher”, porque “elevam-se ou antes baixam da parte posterior da bota, em forma de pyramide cónica, para baixo e para deante, deslocando assim o centro-de-gravidade do pé, imbaraçando a marcha, e causando quedas” (p.32).

Outra tendencia da moda levava as mulheres a quererem ter o pé pequeno e sujeitavam-se a “usar os pés não horizontalmente dispostos dentro das botas, mas inclinados para deante e para baixo, de fôrma que os dedos *batem* na extremidade anterior das botas (extremidade já de si estreita) e causa-lhes um verdadeiro supplicio” (p.32).

Este modelo de calçado causava verdadeiras torturas, prejudicava a saúde e tinha influência “no moral”:

Não ha muito que lemos em um jornal inglez de medicina *The Lancet*, uma curiosissima noticia feita por um medico sobre a influencia do calçado apertado e mal talhado. Prova-se n'esse artigo, com razões todas physiologicas, que um homem com os pés apertados não só não caminha livremente, mas digere mal, soffre, e só mal exercerá as funcções intellectuaes: o *character* de um homem constantemente atormentado pelo aperto dos pés, deve porfim alterar-se (p.33).

Para evitar estes males, Oliveira recomendava que, previamente, ao fabrico da bota se tirassem as medidas, “assentando o pé sobre uma folha de papel e riscando a lapis o seu contorno” (p.33).

O calçado não devia ser curto, ou seja, “a sua extremidade [sic] anterior deverá ser curva ou arredondada e não quadrada, porque a linha que limita anteriormente os extremos dos dedos é uma curva; não deve o calçado, como é moda actualmente, terminar em bico. O tacão para satisfazer ás melhores condições da marcha e para não molestar os pés, será baixo, largo (p.33).

O desleixo no cumprimento dos preceitos higiénicos originaria os calos, o espessamento da epiderme e obrigaria os dedos dos pés a uma pressão anormal e forçada, causando verdadeiras deformidades, sendo muito frequente “encontrar nos pés o dedo grande cavalgando sobre o segundo, e o quinto sobre o quarto (p.33).

A prática de uma “boa hygiene” no calçado implicava

[...] mudar com frequencia de calçado, não só no inverno quando elle se molha, como no verão quando se transpira muito. No primeiro caso sécca, no segundo evapora-se a humidade interior. Consegue-se isto, usando o calçado com intervallo de dois dias, ou alternando-o (p.35).

Para comprar calçado, Anjos (1891: 61-62) indicava que a noite era a melhor altura do dia para o provar com meias relativamente grossas, para o pé poder entrar sem dificuldade, porque

[...] n’essa occasião os pés teem adquirido o maior desafôgo e o mais alto gráu de sensibilidade. A actividade desenvolvida durante o dia e o exercicio da locomoção fazem com que de noite os pés atinjam sua maior dimensão. [...] O pêso do corpo affecta a circulação venosa nos pés a ponto de que as pessoas obrigadas a estar muito tempo de pé sentem que lhes incham as extremidades inferiores; resulta d’isto que, quando as pessoas saudáveis se deitam, os pés recobram a liberdade normal por não terem já de supportar o pêso do corpo (p.61).

Como referia este autor aos seus leitores, poucas pessoas sabiam atar os sapatos correctamente e limitavam-se “a apertar o laço o mais que podem, sem repararem que isso lhes vae incommodar os pés”, passava a explicar como se devia apertar os atacadores:

Antes de tudo, é preciso metter bem o calcanhar no sapato e depois assentar com firmeza o tacão. Ata-se a meio do pé o atacador, o mais solidamente possível, para conservar bem o pé dentro do sapato, dando toda a liberdade aos dedos, para evitar as caimbras. Junto ao tornozêlo ata-se de modo que deixe toda a folga e toda a commodidade possíveis a esta parte do pé (p.62).

3.3.3 A roupa do doente

Oliveira (1884: 42) via na generalização do uso das roupas brancas a razão da diminuição e o remédio para as graves doenças de pele.

Nos casos de febre violenta, isto é, “quando a transpiração cutanea se torna muito energica e houver até exalações *viciadas*”, aconselhava a mudança frequente de roupa. Pois, constatava que esta prática higiénica era esquecida e contrariada pelo “velho e absurdo preconceito de que na doença nem a roupa da cama nem a do doente se devem mudar”. Para ultrapassar tal

ideia, evitando a sensação “desagradavel e perigosa do frio n’esta mudança de roupas”, bastaria previamente aquecê-las um pouco.

No entendimento deste médico, o vestuário era um veículo de transmissão, logo de contágio de doenças, por exemplo “as bexigas, o sarampo, a escarlatina” (p.16), pelo que deveria “empregar-se todo o cuidado em fazer bem lavar e desinfectar a roupa que serviu a doentes antes de novamente empregá-la” (p.42). Tais cuidados na higiene do vestuário eram igualmente exigidos a todos os indivíduos “cujo mestér é lidar com doentes, podendo esses individuos tornar-se *vehiculos* de doenças, propagando-as bastantes vezes até mesmo sem que elles proprios sejam atacados” (p.16).

3.4 Da alimentação

3.4.1 O regime alimentar racional e equilibrado

Oliveira (1882) explicava aos leitores a importância da alimentação para a vida humana:

A machina humana no seu complicado organismo consome, gasta continuamente, materiaes na reparação das suas perdas. O organismo refaz-se, por assim dizer, a todo o momento: e o *combustivel* indispensavel para que a machina não pare, [...], é o alimento (pp.3-4).

Considerando que a alimentação devia estar sujeita às “substancias alimentares tanto na quantidade como na qualidade, para preencherem o seu fim”, isto é, alimentar o ser humano, demonstrava, através do seu discurso, as discrepâncias entre uma alimentação *sufficiente* e uma alimentação *insufficiente*.

A alimentação seria *sufficiente*

Se as perdas experimentadas pelo individuo no exercicio da vida são completa e perfeitamente reparadas pela alimentação, - se ha equilibrio entre a *despeza* (consumo de materiaes) e a *receita* (intrada de alimentos), - a alimentação diz-se ou chama-se *sufficiente* (p.46).

No caso contrário, ter-se-ia uma alimentação *insufficiente*, em que “as perdas são maiores que as intradas, não se equilibrando a receita com a despeza causada pelo funcionamento dos órgãos” (p.46).

Mas, nas situações em que alimentação excedesse “o necessario para reparar as perdas ocasionadas no organismo pelos actos funcctionaes da vida” teria um regime “superabundante” (p.46).

Por conseguinte, Oliveira defendia um regime alimentar que estava relacionado com a “quantidade e qualidade dos alimentos de que o homem pode e deve fazer uso” e que variava “por consequencia segundo as edades, temperatura exterior, forças que se tem que empregar, conforme as raças, sexos, climas, etc.” (p.34).

Com a finalidade de apreciar a influência da quantidade de alimentos no organismo do indivíduo, alertava os leitores para a relação entre o exercício praticado ou o esforço realizado, diariamente, e o clima em que habitava ou o frio e o calor característico das estações do ano.

Expunha como regras a seguir:

1.^a – A quantidade de alimentos que o homem deve tomar diariamente está na razão directa do exercício que elle faz e dos esforços musculares que é obrigado a exercer.

2.^a – A quantidade de alimentos consumidos pelo homem deve ser na razão inversa da temperatura atmospherica, porque, quanto mais forte fôr o calor, menos necessidade haverá de *carbonio*, que será então *queimado* em menor quantidade. A combustão será menos intensa.

Das combustão d'estas duas influencias se tira o corollario de que o minimo de nutrição ou de alimentos que o homem pode tomar sem inconveniente, se dará quando elle não faça exercicio algum e viva n'um paiz tropical; e que, pelo contrario, o maximo de alimentos se torna preciso quando o homem vive em climas frios, quando faz exercicios fortes e repetidos (p.35).

Por fim, considerando que “o habito, os usos e a imitação, são as circumstancias que em geral regulam a quantidade de alimentos”, assegurava que “homem não tem necessidade, para viver, de tão abundante alimentação como é aquella de que usa geralmente” e concluía: “O habito de comer pouco, de ser sobrio, é uma excellente regra hygienica” (pp.35-36).

Oliveira distinguia a alimentação dos homens que tinham vidas sedentárias e da que era feita pelos trabalhadores agrícolas ou pelos operários:

O trabalhador do campo que gasta a mór parte do tempo nos seus trabalhos ao ar livre, dispendendo forças musculares consideraveis, não deve nutrir-se do mesmo modo que o homem intregue a trabalhos sedentarios no seu gabinete de estudo.

O operário que igualmente emprega forças consideraveis nos seus mestéres, não deve alimentar-se por modo igual ao que emprega o caixeiro, o empregado de uma secretaria, por exemplo, que se conserva quieto e assentado talvez uma terça parte do dia (p.50).

A existência de maiores ou menores recurso materiais condicionava cumprimento das regras necessárias a uma *alimentação sufficiente*. O autor lamentava a situação de fortuna dos camponeses e dos operários em comparação com o homem que trabalhava nos gabinetes.

Infelizmente o trabalhador do campo e o operario, que de mais reparadora nutrição necessitam, têm poucos meios para satisfazer a essas condições e nutrem-se mal, - ao passo que o homem de gabinete, em geral mais favorecido pela fortuna, dispõe de mais recursos nutritivos, pode escolher a sua alimentação, e nutre-se muitas vezes mais do que lhe seria preciso e conveniente para o seu genero de vida (pp.50-51).

Todavia, não deixava de notar que em ambos os géneros de vida, apesar de diferenças, surgiam desequilíbrios alimentares que originavam doenças:

Da contravenção d'estas regras [...] nascem doenças; e assim vemos os operários, mal nutridos, serem victimas de uma nutrição insufficiente, - ao passo que o homem de vida sedentaria soffre os inconvenientes de uma alimentação superabundante e excessiva, e é bastantes vezes victima d'estes excessos (p.51).

Em relação à alimentação da mulher, fazia uma nítida distinção entre as necessidades alimentares das mulheres e dos homens. Uma vez que a mulher tendia para um género de vida menos activo, logo mais sedentário, e tinha menos massa muscular do que o homem, devia

assumir como regra higiênica “uma alimentação menos abundante, regimen mais vegetal, menos frequência nas refeições” (pp.48-49). Salvaguardava o caso das mulheres do meio rural em que os esforços físicos do quotidiano, exigidos pelos trabalhos agrícolas, levavam-na a que necessitasse de uma alimentação semelhante à dos homens que com ela trabalhavam.

Oliveira não se esquecia de referir que a mulher que, por imposição da “falsa beleza”, mantivesse um regime alimentar *insuficiente*, tornava-se “então inutil e incapaz de preencher a sua elevada missão”:

[...] nas mulheres que mal se alimentam, preferindo certos atributos de uma falsa beleza às qualidades que devem ter como animal, o organismo ressentem-se, a saúde altera-se, sobrevêm a anemia com o cortejo de seus maus resultados [...] (p.49).

Como notava Anjos (1891: 9), “sob influencia [...] da insuficiencia alimentar, por exemplo, vê-se a gordura, substancia muito oxydavel, desaparecer rapidamente do organismo enfraquecido”. Neste caso, a magreza podia ter como causas

[...] a inanição, um estomago mau, uma alimentação insufficiente e viciosa. O uso dos acidos e principalmente do vinagre, a que muitas senhoras ainda novas recorrem, é um poderoso agente de emaciação, sobretudo porque os acidos embaraçam a transformação e impedem a assimilação dos alimentos amylaceos, deteriorando, ao mesmo tempo, o tubo digestivo. O abuso do alcool, do aniz, e do absinthio, actua igualmente no mesmo sentido e anniquilla rapidamente o appetite. [...] As perturbações da nutrição, que se operam quando a pessoa vaee crescendo [...] (pp. 10-11).

Para o tratamento da magreza seria necessária uma alimentação “copiosa e nutritiva”. Mas, era no inverno que se devia empregar o “regimen para engordar” complementado com “3 ou 4 colhéres por dia de oleo de figado de bacalhau polvilhado de sal marinho” (p.11).

Os alimentos que deviam figurar na ementa da pessoa magra seriam

[...] leite puro, nata misturada no café ou no chocolate; farinha lactea, *racahut*⁷⁰, pão bem cozido e bem levedado, feito com farinha de primeira qualidade. Das sôpas, recommendamos as de massas e sobretudo a farinha de milho com leite. Os ovos, as gemas diluídas em agua quente com assucar, as ostras, o mexilhão, os caracoes, os camarões, os peixes que se prohibem aos obesos, o assucar, os dôces, o mel, são muito favoráveis a quem precise de engordar. [...] Às refeições beberá um vinho tónico, destemperado com agua pura arsenical, ou, o que será melhor ainda, alcalina arsenical. Duas ou três vezes ao dia beberá, além d’isso, no intervallo das refeições, um copo de cerveja forte (p.11).

De acordo com a receita de Costa e Valladares (1888), o bom chocolate deveria conter certas características:

Chocolate

(Caracteres do bom chocolate)

O bom chocolate distingue-se pelos seguintes característicos:

Deve ser unctuosos;

Deve ter cheiro de cacau;

Deve apresentar lascado lizo, um pouco amarellado e de um aspecto crystallino;

Cozido com agua ou leite, deve tornar-se pouco espesso e não tomar uma grande consistencia.

⁷⁰ Semelhante à mistura de chocolate, muito utilizado entre os árabes, feito de cacau e de salepo, bolotas, batata, arroz e açúcar.

Deve ser rejeitado o chocolate que apresente um lascado irregular, que tenha um aspecto granuloso, que seja poroso e esbranquiçado, e que, ao ferver, exhale um cheiro acre (pp.7-8).

Já que uma alimentação excessiva era a causa da obesidade, Anjos (1891: 8) aconselhava ao obeso: “O obeso deve levantar-se da mesa com vontade de comer [...]”. Eis os comportamentos alimentares e as regras higiénicas que deveria seguir: ingerir poucos líquidos; beber às refeições vinho ácido e leve, menos nutritivo e muito diurético; não comer no intervalo das refeições; evitar os alimentos muito salgados; evitar o leite; não usar manteiga, azeite, nem comer gordura de carne, nozes, azeitonas; não comer massas, aletria, tapioca, batatas, arroz, sagú⁷¹, salepo⁷²; evitar o açúcar, os doces e, sobretudo, o chocolate e os frutos açucarados; evitar guisados do fígado, dos miolos, do rim dos animais e das aves e só comer frango e peru; não comer ovas de peixe, salmão, arraia ou eiró.

Na alimentação do obeso entraria o pão desde que fosse fabricado com farinha de segunda qualidade, e até amassado com sêneas; a vaca e o carneiro, assados ou grelhados, o linguado e o rodovalho. A ceia seria uma refeição muito frugal, consistindo “em alimentos leves e legumes frescos herbáceos, aspargos, azedas, tomates, fructas ácidas, tais como laranjas, morangos, framboesas, groselhas, ginjas, maçãs” (p.8); caldo simples; café sem açúcar e chá, pelas suas propriedades tónicas.

Oliveira (1882) encontrava benefícios em manter uma rotina diária na alimentação, estipulando um horário para as refeições, em que, segundo o parecer de muitos médicos, entre os quais ele se incluía, “a principal refeição deveria ser o almoço, porque, tendo havido um longo período sem alimentação, é a melhor ocasião para reparar as perdas ocasionadas durante o sono” (p.41). Para além disso, a digestão seria facilitada devido à acção da luz solar e aos exercícios físicos realizados a seguir ao almoço.

Oliveira estipulava um plano diário para se fazerem as refeições. Embora as refeições consideradas como tal fossem o almoço e o jantar, recomendava uma “refeição ligeira” depois do levantar – provavelmente sucederia ao nascer do sol, já que a hora de almoço estava marcada a partir das nove até às onze da manhã – e a ingestão de chá antes de deitar, entre as oito e as dez da noite.

Meia hora ou uma hora depois do levantar, deve tomar-se uma ligeira refeição, um copo de leite, uma chavena de café, um pouco de caldo, chocolate, etc.

[...] O almoço pode ser entre as 9 e as 11 horas da manhã e deve ser precedido de algum exercício moderado.

A segunda refeição deverá tomar-se cinco ou seis horas depois do almoço; e o jantar virá assim a fazer-se entre as 4 e 6 horas da tarde.

Entre o jantar e o deitar deve, pelo menos, mediar um espaço de 3 a 4 horas.

⁷¹ Nome dado a várias espécies de plantas *Marantaceae* (incluindo o *arundinacea Maranta*) com flores brancas e raízes e tubérculos apreciados pelo amido e pelos nutrientes digestíveis que eles contêm.

⁷² O amido dos tubérculos de orquídeas *satirion* e outros.

O uso de tomar, antes de repousar na cama, um pouco de chá – é quasi geral entre nós; e é talvez mais conveniente que prejudicial, uma vez que o individuo se ache habituado á excitação momentanea que esta bebida produz (pp. 41-42).

As “dyspepsias”, ou seja, dificuldades na digestão eram causadas por uma “imperfeita mastigação dos alimentos e uma deglutição apressada” e, também, pela grande quantidade e tempero excessivo dos pratos. Logo, para se conseguir uma boa digestão recomendava que se comesse devagar, se mastigasse bem os alimentos e os salivasse completamente. Esta tarefa do organismo podia ainda ser auxiliada pela ingestão de café que era visto como uma “util bebida, não só nutriente por si, como auxiliadora da digestão, bem dispondo o individuo para certos trabalhos e corrigindo o tédio invencível que certos generos de vida trazem comsigo” (pp. 42-43).

Costa e Valladares (1888), então, sugeriam o modo de reconhecer um bom café com propriedades digestivas e estimulantes:

Café

(Modo de reconhecer o bom café)

N’este logar trataremos apenas do modo de reconhecer a falsificação do café, quando a causa d’ella é a chicória.

Para outras falsificações torna-se necessario recorrer a experiencias delicadas, que exigem grandes conhecimentos de Chimica ou a posse de instrumentos especiaes.

Para o caso em que o café tem chicoria, ha o seguinte meio:

Lança-se uma pitada do café suspeito n’um copo d’agua; se o café fôr puro, o todo sobrenada; havendo, pelo contrario, uma mistura de café e chicória, vê-se esta precipitar-se rapidamente no copo (p.7).

Mendonça (1886), debruçando-se sobre o estudo das plantas dos campos de Portugal, informava os seus leitores sobre a classificação botânica do café:

Familia das Rubiaceas. – Compõem-se de plantas herbaceas ou linhosas, com folhas simples, inteiras; flores hermaphroditas quasi sempre; corolla tubulosa, acampainhada ou em roseta; estames em numero igual á divisão da corolla; ovario de 1 a 7 cavidades.

A esta importantissima familia pertencem o café (ou coffea arábica de Linn.) e outros vegetaes exóticos utilíssimos (p.41).

A ingestão de bebidas alcoólicas devia ser feita de forma equilibrada, seguindo as seguintes regras ditadas por Oliveira:

Nunca se deve usar, em jejum, de bebidas alcoolicas. O uso, mui vulgarizado em certas classes da sociedade, de *matar o bicho* é prejudicialissimo (p.41).

[...] Beber moderadamente durante a comida é um uso conveniente.

O uso do vinho está vulgarizado entre nós. Não é preciso aconselhá-lo; mas é talvez conveniente dizer que não se devem exceder os limites em que o vinho passa, de ser um auxiliar util da digestão e um *alimento* proveitoso, a ser um excitante energico e até um toxico prejudicial (p.43).

3.4.2 O consumo e o abuso das bebidas alcoólicas

Lacerda (1881) constatava, com base na observação e na ciência, que o consumo de bebidas fermentadas, entre as quais o álcool, era uma prática que se repetia em todas as sociedades, ao longo da história e que correspondia a uma necessidade “instintiva e organica” que se justificava por motivos tanto de ordem fisiológica, como de ordem emocional e psicológica. O autor transmitia aos seus leitores o seguinte raciocínio:

É que o Homem encontra n'estes alimentos um meio de manter a sua actividade, a energia necessaria para a concorrência vital, materiaes productores de calor e de reparação, força indispensavel para a execução de trabalhos penosos e, muitas vezes, o esquecimento passageiro do soffrimento e da miseria. [...]

Qualquer que seja o modo de acção d'estas bebidas (quer obrem como meio de conservação para o organismo, quer como estimulante), está demonstrado que o seu consumo é proporcional aos esforços phisicos, e por isso augmenta tanto mais nas differentes classes, quanto estas são mais pobres e laboriosas (p.53).

Oliveira (1882) defendia que o vinho podia ser considerado “*um alimento indispensavel para certos generos de vida e em certas localidades*” (p.20), logo o seu consumo tinha inconvenientes, desde que fosse moderado. E, justificava a sua teoria recorrendo aos seguintes argumentos:

[...] é um auxiliar utilissimo em certos casos pela excitação momentanea que produz. Porém não se devem exceder certos limites n'essa excitação; e é impossivel determinar por meio de regras esse limite, variavel segundo os individuos, segundo os habitos, modo de vida, etc. Não é possivel dar uma regra fixa invariavel, clara e precisa, a este respeito.

Cada um pode, porém, avaliar em si até que ponto esse grau de excitação e consequencias immediatas lhe convem, e saber-se vencer, ficando nos justos e razoaveis limites; se não abusar, não terá no vinho inconvenientes (pp.20-21).

Contudo, sublinhava que por um grande número de indivíduos era consumido por ser uma “bebida de agradável paladar”, logo, como o médico evocava “o abuso segue mui de perto o uso” (p.21).

Oliveira descrevia aos seus leitores a forma como o abuso do consumo do vinho podia conduzir à degradação das funções vitais do organismo, evoluindo de um estado “alegre” para uma doença grave denominada *delirium tremens*:

Começa o vinho por tornar o individuo mais alegre, mais falador, mais *communicativo*. As funcções cerebraes são excitadas moderadamente; parece haver tendencia para tudo se olhar pelo lado agradável e risonho. (...)

Se este quadro é risonho e festivo, se nada parece haver de mau e prejudicial n'esta excitação momentanea e rapida que o vinho causa, notaremos não só que o repetido uso d'estas excitações, imhora moderadas, infraquece, debilita e transtorna as funcções cerebraes, mas tambem que, habituando-se o individuo depressa á porção de vinho, de alcool que as produz, necessita, para que ellas se repitam, de doses successivamente maiores, e d'este augmento provêm depois inconvenientes serios e graves, um cortejo de *symptomas* de lesões graves e geraes da economia animal, tendo por limite extremo o chamado *delirium tremens*.

Quando ainda o *delirium tremens* não appareça, ou antes d'elle apparecer, manifestam-se doenças graves e que podem causar morte em maior ou menor espaço de tempo (p.21).

Alertava para os efeitos nocivos para os órgãos e sistemas do corpo humano resultantes do abuso das bebidas alcoólicas (vinho e *bebidas brancas*) tais como doenças de fígado, lesões graves nos tecidos (o reumatismo e a gota), lesões dos sistemas circulatório e respiratório (tuberculose e de tísica pulmonar).

O consumo excessivo de álcool contribuía, de igual modo, para a decadência intelectual e moral. O autor descrevia, então, a sequência de danos provocados, considerando-os como fazendo parte de um “Quadro tristíssimo e vergonhoso em que o homem perde o que tem de nobre na sua parte moral, para se apresentar menos ainda do que um irracional! (p.22). Assim, o indivíduo perdia as suas capacidades intelectuais:

Turva-se a memória, enfraquece a intelligencia, desaparece a aptidão para o trabalho. O character do individuo transtorna-se. Ainda fóra do período de excitação em que o embriagado, sem consciencia de si, pode dar-se aos maiores despropositos e até a graves delictos e crimes, fóra d’esse estado mesmo, o individuo não pensa livremente; perde o sentimento do dever; só pensa em beber e excitar-se para olvidar os desacertos que, em um momento rapido de lucidez, a sua consciencia lhe apontou; só quer esquecer bebendo, e beber esquecendo o mal que a si e aos seus faz com este abuso (pp.21-22).

Enquanto autor, Oliveira assumia como responsabilidade a transmissão de ensinamentos sobre os efeitos nocivos do abuso das bebidas alcoólicas às classes menos instruídas ou sem recursos para se instruírem, proferindo as seguintes palavras:

Parece-nos um dever de quem escreve para o povo, para classes menos instruidas e que menos podem instruir-se, apontar-lhes bem frizantemente os inconvenientes d’esse abuso, infelizmente tão vulgar em Portugal (p.22).

E, aprofundava a sua opinião acerca das causas da degradação moral e física do Homem:

Da embriaguez ao crime vae pouco. Do embriagado ao louco não dista muito. São na realidade dois factores importantes que concorrem para o mesmo triste fim (a decadencia do homem moral e physicamente considerada) o abuso dos alcoolicos e o tabaco (p.27).

3.4.3 A água e o seu valor nutritivo para o corpo humano

Lacerda (1881) considerava a água como um “meio physiologico” de grande importância para o corpo humano, tal como ar e a terra. Com base em estudos de especialistas estrangeiros, este autor apresentava a constituição do corpo humano relativamente à quantidade de água existente:

O corpo humano, segundo Burdach, é constituido nas suas duas terças partes por agua. Em 75 kilogrammas (peso médio do corpo humano) póde calcular-se que ha 50 kilogrammas de agua.

Esta enorme proporção, em que aquelle liquido entra na constituição do corpo do homem, dá idéa da utilidade e importancia dos notaveis phenomenos de troca com o mundo exterior, - phenomenos de natureza physico-chimica, realizáveis por intermedio da agua contida nos alimentos e da que é ingerida como bebida. Por ser a agua tão indispensavelmente necessaria á vida, é que os tormentos da sede não satisfeita são muito mais afflictivos do que os da fome (p.35).

Ennes (1904: 3), citando também Burchach, apresentava detalhadamente aos leitores o cálculo das proporções de água presentes no organismo humano. Assim:

Sobre 1:000 partes d'osso, acha-se:130 partes de agua.

»	»	»	de musculo	» 750	»	»	»
»	»	»	cerebro	» 789	»	»	»
»	»	»	leite	» 887	»	»	»
»	»	»	sangue	» 795	»	»	»
»	»	»	lympa	» 960	»	»	»
»	»	»	suor	» 986	»	»	»

Como Ennes (1904) afirmava:

A agua é indispensavel á alimentação e nutrição, e é a bebida habitual do homem e dos animais, fazendo parte de todos os liquidos da economia, sangue, lympha e secreções diversas, e ainda de todos os nossos tecidos solidos, onde se encontra no estado de combinação (p.3).

Desta maneira, a água era um verdadeiro alimento e era universal. Como Lacerda referia: “É a unica bebida de uma grande parte da especie humana” (p. 36). Recomendava aos leitores a ingestão de um a dois litros em vinte e quatro horas que deveria ser a quantidade de água indispensável às necessidades do organismo.

O consumo racional e equilibrado da água era aconselhado para facilitar a digestão de outros alimentos, devendo-se atender a um conjunto de regras higiénicas. Lacerda notava que “os indivíduos que bebem pouca agua não digerem bem, e têm que segregar no estomago muito succo gastrico. Os comilões bebem-n’a em grandes quantidades a todas as refeições” (p.36). E explicava efeitos provocados pela ingestão excessiva ou insuficiente:

[...] é prejudicial a ingestão da agua em quantidade excessiva. Torna demoradas as digestões, produz a dyspepsia e o enfraquecimento geral. [...] predispõe para a phthisica e para a diabete. Se se usa de quantidade insufficiente d’esto liquido, tambem as digestões são lentas e difficeis, as secreções diminuem, prende-se o ventre e ha disposição para a gotta e para a formação dos calculos ou pedras nos rins, na bexiga ou no figado (pp.37-38).

Apesar do lapso de mais de vinte anos existentes entre Lacerda (1881) e Ennes (1904), não descuravam a importância da qualidade da água para o organismo humano e identificavam as qualidades a que a água devia “satisfazer para ser considerada boa e potavel”. Na essência, ambos apontavam os mesmos requisitos. De acordo com Lacerda:

Chama-se *agua potavel* a que, pela sua composição e mais qualidades, póde ser usada como bebida ordinaria. Deve ter os seguintes caracteres: ser limpida, não ter cheiro, ter um sabor agradável, ser leve, ser fresca no verão e não muito fria no inverno, dissolver o sabão sem formar grumos, cozer bem os legumes, não conter materias organicas e possuir em dissolução uma quantidade conveniente de ar, de acido carbonico e de substancias mineraes (Lacerda, p.36).

Quanto à presença de matérias orgânicas, Ennes (1904) mostrava-se um pouco mais pragmático ao afirmar que a água potável devia “ser isenta de materias organicas, ou só conter d’ellas proporções infinitesimales” (p.5).

Lacerda (1881) alertava para o perigo resultante do consumo da água em que estas características não estivessem presentes, pelo que podia ter sido veículo para a entrada de “germens de doença” no corpo humano, chegando, por vezes, a ser reconhecido como “agente da propagação de epidemias” (p.38).

3.4.4 Os regimes alimentares específicos

3.4.4.1 Das mães: na gravidez, no parto e na amamentação. Cardoso (1891: 4-5) consentia que, durante a gravidez, a mãe comesse livremente os alimentos que ingeria fora desse estado, embora não perturbando as funções digestivas. Pois, ser-lhe-ia mais útil e devia preferir uma alimentação simples e variada composta em grande parte por carne e legumes. Do regime alimentar da mulher grávida ficavam excluídos as carnes fumadas e os alimentos excessivamente temperados com especiarias, os ácidos e as bebidas alcoólicas em excesso que poderiam prejudicar o feto. As horas das refeições deviam ser mantidas.

Embora houvesse uma divergência nas opiniões dos especialistas quanto à alimentação durante os trabalhos de parto, Cardoso (1891: 11-12) persuadia a parturiente, desde que o parto não fosse muito demorado, a tomar apenas caldo, leite e uma limonada fresca no caso de ter vômitos. A ingestão de bebidas alcoólicas, como o vinho generoso e a água-ardente, seria de afastar a não ser se houvesse indicação para tal.

O autor, referindo-se aos modelos franceses, traçava uma ementa para a parturiente, imediatamente após o parto, em que constaria uma chávena de caldo, uma limonada vinosa e mais tarde uma sopa. Durante os primeiros dias após o parto mantinha-se esta dieta, à qual se ia juntando gradualmente a carne de galinha ou vitela, ovos, peixe de água-doce, frango, para que no final da primeira semana pudesse iniciar o regime alimentar usual. Contudo, admitia que, em Portugal, o regime alimentar da parturiente era mais sóbrio e rigoroso e alcançava a dieta usual ao fim de dez ou doze dias.

Segundo Cardoso (1891: 15-16), a mãe na amamentação devia usufruir de uma regime alimentar são e abundante, composto em grande parte por carne e legumes, tal como sucedia na gravidez. Por sua vez, os pratos condimentados com especiarias, as carnes de fumeiro, o alho, a cebola, os espargos, as bebidas alcoólicas, o café e o chá, por serem excitantes, deviam ser postos de parte porque seriam prejudiciais para a criança. Às refeições eram aceites uma limonada vinosa e cerveja (em virtude fama atribuída de fazer aumentar o leite materno). O leite seria dado sem que acarretasse qualquer inconveniente. O horário das refeições seguia como era usual, embora se administrassem refeições suplementares nos intervalos das principais. Também recomendava que a mulher, na amamentação, comesse ostras, pescada, sopas de

lentilhas, de ervilhas e de nabos porque eram alimentos aos quais se atribuía a reputação de galactagogos⁷³. O chocolate, o cacau e o óleo de fígado de bacalhau eram úteis no regime alimentar das mães que viam o seu leite diminuir.

Com a finalidade de aumentar a secreção de leite materno, Cardoso informava sobre o emprego de folhas e ervas, tais como as folhas de rícino que eram cozidas e depois se obtinha um licor do qual se tomava uma a duas colheres pequenas, três vezes ao dia; e a *herva leiteira*, cujo decocto⁷⁴ era usado pelos mais pobres.

A *herva leiteira* constou entre as diversas plantas dos campos de Portugal que Mendonça (1886) classificou e descreveu, realçando as propriedades e a utilidade para o tratamento de doenças e para a economia doméstica das populações rurais. No caso desta planta, classificou-a como sendo da “Família das Polygalaceas. – Contêm a *polygala ordinaria* ou *herva leiteira* (*polygala vulgaris* de Linn.), planta excitante. Os antigos attribuíam a esta e a outras espécies a propriedade de augmentar a secreção do leite” (p.49).

A consulta do médico era fundamental para a mãe saber se poderia amamentar ou não o filho, pois cabia ao primeiro avaliar a saúde materna. Cardoso (1891: 30) valorizava o aleitamento materno, na medida em que era útil não só para o lactente mas também para a mulher. Esta, ao amamentar o seu filho, reestabelecer-se-ia mais depressa e estava menos sujeitas a doenças que advinham do parto. Para além disso, retardava uma nova gravidez, já que gestações em curto espaço de tempo seriam prejudiciais para a saúde da mulher; fortalecia o sentimento maternal; melhorava a digestão e estimulava o apetite das mulheres mais fracas e anémicas, que engordavam, acabariam por recuperar as forças e o organismo produzir, assim, grande quantidade de excelente leite.

Apesar de a amamentação para a mãe comportar incómodos, fadigas e sacrifícios, o autor interrogava o leitor:

[...] mas não teem todos estes incómmodos, sacrificios e fadigas, largas compensações nas alegrias dulcissimas que sempre provocam os louvores justificados das outras pessoas pelo desenvolvimento, robustez e saude da creança, e nos benefícios que do aleitamento resultam para a mulher? (p.30).

E concluía, questionando: “Portanto, se a mulher beneficia com o dar de mammar ao seu filho, se as vantagens são superiores ás desvantagens para ella e para a creança, qual a razão para não a aleitar?” (p.29).

⁷³ Alimento faz aumentar a secreção do leite (adj.); substância que se emprega para aumentar a secreção do leite (S. m.).

⁷⁴ Produto de uma decocção ou cozimento (S.m.).

3.4.4.2 *Do lactente*. O leite era reconhecido como o primeiro alimento da criança. Como Cardoso (1891) declarava

É mesmo o unico alimento que lhe convem, o unico perfeitamente adaptado á fraqueza e imperfeição dos seus órgãos.

O leite, diz Perier, é com effeito o alimento simples e completo por excellencia, o intermediario natural e progressivo entre o sangue, de cuja composição pouco difere, e os outros alimentos mais complexos (p.29).

Seguindo-se os ditames da Natureza, o regime alimentar da criança durante o primeiro semestre constaria apenas o leite e se fosse fraco prolongaria-se até aos sete ou mais meses. Caso se contrariasse tal procedimento, conduzia-se a criança ao estado de doença ou mesmo à morte.

O médico explicava como o leite materno sofria modificações de quantidade e de qualidade em harmonia com as necessidades do lactente. Deste modo,

O primeiro leite (*coloostro*) não só é pouco abundante, mas gosa tambem de propriedades purgativas que permitem á creança limpar o seu intestino do *meconio* (*ferrão*, ou *ferrado*, usam também chamar-lhe) que constitue as primeiras materias fecaes.

Pouco e pouco esta agua lactescente dos primeiros dias vae-se transformando progressivamente em leite mais nutritivo, a sua quantidade vae igualmente augmentando com as necessidades da creança.

A sucção actua como um verdadeiro estímulo da glandula, forçando-a a produzir cada vez maior quantidade de leite, de sorte que a creança encontre sempre a quantidade de princípios alibeis de que carece nos primeiros tempos (p.29).

De seguida, informava os seus leitores que o leite materno era composto por “uma materia gorda – a *manteiga*, uma materia assucarada – o *assucar* do leite, uma matéria albuminosa e coaguavel – a *caseina*, emfim agua e diversos saes” (p.29).

O autor considerava que, de todas as espécies de leite materno, o da mãe era o melhor para o lactente e, acima de tudo, se fosse o leite da sua mãe e esta tivesse condições para o poder amamentar. Porém, caso a mãe não tivesse leite suficiente ou não pudesse alimentar o seu filho e não pretendia procurar uma ama de leite, existiam outras alternativas: aleitamento artificial com leite de cabra ou de burra pela mamadeira ou *biberon* e o aleitamento misto. Esta forma de alimentar o lactente existia entre as mães burguesas e as mães operárias; no caso das primeiras, faziam-se substituir por uma ama para poderem descansar de noite, e no caso das segundas, por uma ama, familiares ou creches nas horas de trabalho.

Quanto ao aleitamento misto, o melhor seria a mãe ser substuida de noite por uma ama leiteira, mas, não querendo a mãe recorrer a este método devido aos caprichos e impertinências destas amas, podia-se recorrer à amamentação por um animal doméstico: burra ou cabra ou, por ser impossível, recorreria-se ao aleitamento artificial por colher, copo ou mamadeira (*biberon*).

Cardoso (1891: 45) acolhia a amamentação pelo biberon desde que fosse “feita com bom leite e com methodo e intelligencia”, podendo equiparar-se com a “amammentação feita por uma

ama mercenária”; sem qualquer cuidado higiênico seria fatal para o lactente e neste caso “permittir o uso do *biberon* era o mesmo que proteger o infanticídio”. Contudo, o uso do *biberon* sempre era preferível, em vez da colher ou do copo, porque o primeiro se assemelhava tanto quanto possível ao peito materno, enquanto o leite dado pela colher ou pelo copo levava a criança, cujos músculos do pescoço não estavam exercitados para deglutir, a engolir em grandes goles, sem misturar o leite com a saliva o que dificultava a digestão; os músculos da sucção, não sendo exercitados, desenvolviam-se mal, trazendo defeitos de vocalização para a criança.

Para Cardoso (1891: 47) o uso do *biberon* suscitava preocupações e cuidados de limpeza. Ao fazer as recomendações relativas à limpeza do *biberon*, considerava que “o melhor de todos os biberons será pessimo quando se não traga meticulosamente limpo, e o peor perderá todos os seus inconvenientes se esta condição fôr preenchida”. Para facilitar a sua limpeza indicava a escolha do biberon mais simples, inclinando-se para o *biberon inglez* e para o *biberon todo de vidro*, entre os vários tipos de biberons existentes: *biberon Robert* (mais conhecido e biberon oficial na Alemanha), *biberon Colin* (com mamilo de marfim), *biberon Moncheauvaut* (com válvula), *biberon allemão* (com termómetro e frasco graduado), *biberon Thiers*, *biberon Leplanquais*, o *seio artificial de Galante* (útil para as crianças que rejeitavam o biberon).

Pelo contrário, Ennes (1903) manifestava aos seus leitores grande desgosto pelo uso do biberon, considerando-o como

[...] essa invenção fatal, que, segundo as estatísticas de Bertillon, despacha d’esta para melhor vida pouco mais ou menos 3:000 creanças em cada 10:000. O biberon, nunca a gente se deve cansar de dizer, é um instrumento de appellação e recurso, mas é um mau instrumento (p.6).

Era, como afirmava, “*um terrivel inimigo da infância. É até o engenho que mais anjinhos manda para o Céu!*” (p.8).

Ao considerar que o uso do *biberon* acarretava perigos graves para a saúde do lactente, aproveitava para ajuizar pejorativamente as mães que o escolhiam para aleitar os filhos:

Demais deve confessar-se que o invento [...] é o que ha de mais commodo, e expressamente feito para as mandrionas. Enche-se de leite o frasco, mete-se o tubo ou a mammedeira na bôcca da creança, e vae uma pessoa tranquillamente e sem cuidados á sua vida. O innocente continua a chuchar mesmo quando o frasco já está vazio, o que tem graves inconvenientes [...] [...] por falta de repetida e minuciosa lavagem, torna-se um receptaculo, onde se cultivam ás mil maravilhas legiões de micróbios; tudo isto assim é, mas as creanças estão caladas, e não dão incómodo nem trabalho enquanto estão a chuchar n’aquelle maligno instrumento, que é o essencial e o que mais convém ao descanso das mães negligentes (p.6).

Na opinião de Ennes, mesmo com as dificuldades de adaptação para o lactente, seria sempre preferível e conveniente o uso do copo, da chávena ou da colher em vez do *biberon*. Mas, se

não houvesse outra alternativa, recomendava que fosse limpo e desinfectado na perfeição. E recomendava:

[...] todos os modelos devem lavar-se muito bem, desmontando-lhe todas as peças, sempre depois de cada vez que tiverem servido, escorrendo-os, enxugando-os com o maior cuidado, e empregando-se nas lavagens a água quente, em que se dissolva em que se dissolva uma pequena porção de carbonato de soda, para assim se neutralizar o ácido lático de que estão constantemente impregnados os biberons mal limpos (pp.6-7).

Ennes (1903) defendia que o peso e a saúde das crianças dependiam do género de alimentação pelo que estabelecia uma hierarquia dos métodos que melhores benefícios traziam para o seu desenvolvimento:

O que melhor satisfaz é a alimentação natural pela mãe ou uma ama sadia e robusta; depois segue-se a alimentação com leite de vacca; o expediente de criar os filhos com farinhas lácteas, e, sobretudo, com sopinhas e a *abominável rôlha*, nos primeiros mezes, dá resultados insuficientes e até calamitosos. Uma criança alimentada pela mãe, em boas condições de tratamento, deve aumentar por dia, em média, 20 e 30 gr. Durante os 5 primeiros mezes, e 10 a 15 gr. nos 7 mezes seguintes. Estes dados, embora não sejam de um rigor absoluto, são suficientes para guiar na avaliação do estado de saúde das crianças (p.9).

No sentido de esclarecer os seus leitores sobre a melhor forma de alimentar o lactente, Cardoso (1891) estabelecia uma hierarquia:

A amamentação pela mãe é superior a todas as outras.

Depois vem a amamentação pela ama mercenária sob a vigilância directa e continua dos pais da criança. Segue-se a alimentação mixta, a alimentação pelo *biberon*, e a criação por uma ama longe da vigilância dos pais.

A estatística diz que sendo 5 a 15% a mortalidade das criancinhas criadas ao peito, este número sobe a 30% para as que são criadas com o *biberon*, e a 60 e até 80% se as crianças são desmamadas prematuramente (o que é o mesmo que dizer: - se se põem a criar fóra) (pp.50-51).

Para que se estabelecesse um regime de amamentação para o lactente desde os primeiros dias a fim de se lhe regular a alimentação e se conseguir o necessário repouso da mãe para ter o leite suficiente para o filho, Cardoso (1891) apresentava o regulamento a seguir, inflexivelmente, desde o primeiro dia até aos dezoito meses de vida da criança, baseando-se nas recomendações de Auvard, um especialista estrangeiro e que aqui se apresenta:

Direcção geral do aleitamento

Primeiro dia – Uma amamentação. A criança deverá pôr-se ao peito sucessivamente nos dois seios, quatro a oito horas depois do parto.

Segundo dia – Duas amamentações, igualmente dos dois seios.

Terceiro dia – Três amamentações.

A partir do *quarto dia*, regular tanto quanto possível as amamentações pelo modo seguinte:

Primeiro semestre:

Nos tres primeiros mezes { De dia mammar uma vez todas as horas.
De noite mammar todas as quatro horas.

Nos tres mezes seguintes { De dia mammar todas as tres horas.
De noite de seis em seis horas.

Segundo semestre:

Durante o dia *mammar* de tres em tres horas, substituindo uma ou duas amamentações por uma sôpa.

De noite *mammar* uma unica vez, ou mesmo nenhuma.

Terceiro semestre:

De dia *mammar* todas as tres horas, substituindo duas ou tres amamentações por alimentos⁷⁵ que adeante vão indicados.

Supprimir a amamentação nocturna (p.33).

Ennes (1903: 5) apontava a “alimentação mal regulada” como um dos “inimigos *hygienicos*” das crianças, que era preciso “combater e vencer”.

3.4.4.3 Do doente. Oliveira (1882: 53) esclarecia o que entendia por *dieta*, que na acepção mais rigorosa significaria “a privação absoluta de alimentos”. Segundo este médico, costumava-se “intender por *dieta* o regimen alimentar especial apropriado aos doentes, tanto em relação á qualidade, como á quantidade dos alimentos”. Este regime alimentar era muitas vezes indispensável, principalmente no período de convalescença, em que “o infermo precisa reparar as forças perdidas na doença; e é n’estas circunstancias que mais necessários se tornam os maiores cuidados na alimentação. A escolha das comidas deve ainda ser mais rigorosa”.

Era recomendada uma dieta para o doente que devia incluir alimentos líquidos preferencialmente, porque em “bastantes casos são ellas por si só que alimentam os doentes” e grande parte das “substancias medicamentosas” era aplicada em dissolução.

Outro alimento a ter em conta eram

[...] *gallinaceas domesticas* dão recursos alimentares importantes aos convalescentes e aos doentes. Estas aves têm na realidade um gosto delicado, que sobressai pela cozedura; e as suas fibras, pela brandura que as distingue de outras carnes, tornam-n’as de fácil e rápida digestão. As gallinhas são de uso vulgar e geral para os doentes, e o caldo feito com a carne de gallinha é de emprego quasi indispensavel em grande numero de doenças (p.57).

O peixe era aconselhado durante a doença e a convalescença, com destaque para a pescada, o linguado e o pargo.

Segundo Cardoso (1890: 14), um *erro dietetico*, quer dizer uma dieta desequilibrada, era “muitas vezes causa de recahida, e em algumas doenças, na febre typhoide, por exemplo, pode até ser causa de morte”. Contudo, seria a falta de apetite do doente que era necessário combater, e nesse caso

[...] que paciencia, que ingenho é forçoso desenvolver para vencer o fastio!

Cumprê estimular os caprichos gastronomicos do doente, traser-lhe de cada vez pequenas porções de alimento, não lhe deixar sobre a mesa de cabeceira os restos das suas refeições, animál-o, demonstrar-lhe a necessidade absoluta da alimentação, fazer valer, emfim, todos os argumentos que o possam decidir a alimentar-se sufficientemente (pp.14-15).

⁷⁵ Tratava-se da alimentação sólida, que não será alvo de estudo neste trabalho.

Costa e Valladares (1888) propunham aos leitores, aos doentes ou aos que tratavam os doentes, uma forma que facilitasse tomar o óleo de fígado de bacalhau.

Meio facil de tomar o oleo de figado de bacalhau

O oleo de figado de bacalhau, cuja antiga fama subsiste ainda hoje, é um medicamento sempre difficil de tomar, por causa do seu cheiro nauseante.

Juntando-lhe, porém, gomma arabica, assucar, e sumo de limão ou de laranja, poderá ser ingerido sem repugnancia pelo infermo (p.45).

3.4.5 A copa e a cozinha – conselhos úteis

3.4.5.1 Os utensílios da cozinha. Cardoso (1890: 57-60) reflectia sobre a escolha de loiças e de outros utensílios de cozinha com qualidade para a confecção dos alimentos e orientava os seus leitores sobre os processos destinados a averiguarem a possibilidade de uma boa utilização, no sentido de prevenirem os riscos para a saúde, porque, em alguns casos, os materiais empregues no fabrico dos objectos revelavam-se nocivos devido à produção de falsificações⁷⁶.

O autor destacava as loiças feitas de ferro esmaltado, as de porcelana e de grés como as que eram preferíveis e apropriadas para o uso na preparação dos alimentos. Mas não deixava de alertar para os efeitos que advinham se os mesmos não comportassem as características adequadas. Tal como Cardoso explanava,

A melhor das louças é incontestavelmente a louça de ferro esmaltado, quando o esmalte está bem aderente e é de boa qualidade (quer dizer, quando não é susceptível de ser atacado pelos acidos) (p.59).

Os vasos de porcelana são de todos os preferíveis, porque o verniz que os reveste é muito resistente, não contém chumbo, nem é susceptível de ser atacado pelos acidos.

As louças de grés são igualmente excellentes, porque o verniz que as reveste também não contém chumbo (p.60).

Quanto aos recipientes de cobre estanhado, considerava-os excelentes para a preparação dos alimentos desde que a estanhagem tivesse sido bem feita, ou seja, não se detectasse a presença de grandes proporções de chumbo. Mas se tal se constatasse, “o uso de taes vasos pode ir envenenando lentamente e dar origem á colica saturnina, acompanhada de todos os seus terri-veis symptoms” (p.58).

Cardoso interrogava os seus leitores sobre o processo pelo qual se poderia detectar a existência de vestígios de chumbo na estanhagem: “Mas por que forma averiguará o leitor se a estanhagem é ou não feita como o deve ser?” (p.58). E, de seguida, instruía-os:

Depois de ter bem limpo o estanho, deita-se uma gôtta de acido nitrico no ponto onde pareça que a camada tem mais espessura.

Deixa-se seccar a um calor moderado e em seguida arrefecer o vaso.

⁷⁶ Para Cardoso (1890: 3) a noção de “falsificação” consistia em “substituir total ou parcialmente géneros de preço relativamente elevado por outros de preço diminuto que facilmente se possam confundir com os primeiros”.

Seguidamente, no mesmo ponto em que se tinha deitado a gôta nítida, deita-se uma gôta da solução de iodeto de potássio (água, 20 grammas; iodeto de potássio, 1 gramma) que fará aparecer uma mancha de um bello amarello se a estanhagem contiver chumbo, e uma mancha de amarello descorado, ou mesmo de um cinzento amarelado, se ella apenas contiver estanho puro (p.58).

3.4.5.2 A civilidade e o requinte das donas de casa na copa e na cozinha. A difusão de preceitos para uma higiene na alimentação no universo doméstico implicaria uma ideia mais abrangente ligada à preocupação em transmitir princípios de civilidade à mesa. A civilidade à mesa assentaria na representação do que seria comer bem e com requinte, o que dependia da aplicação das donas de casa nas tarefas domésticas que tinham lugar na copa e na cozinha. Com esse intuito, Mengo (1887:3) devotou-se à recolha, à cópia textual, à coordenação e, por fim, à publicação integral de um formulário composto por um grande leque de receitas de copa e de cozinha extraídas de um manuscripto conventual, datado de 1743, intitulado: “Caderno do Refeitório”.

Nesse formulário, publicado por Mengo na “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, pode-se destacar a descrição da receita de “Leitão assado”⁷⁷, a qual quase coincide com a receita actual de “Leitão da Bairrada” que foi eleita em setembro de 2011 como uma das “7 maravilhas da Gastronomia” portuguesa.

Leitão assado

Pellado, e aberto por uma ilharga, se lhe tirem as tripas e a fressura, a qual picarão muito bem, e assarão o figado, e depois o pizem em gral; e cortando maçans em quartos e ovos cozidos bem duros os picarão muito bem, e também picarão toucinho, e umas cabeças de alhos, cravo inteiro e pisado, pimenta inteira e pisada, cuminhos, sal, folha de louro, um pouco de vinho e algum vinagre.

Mexa-se tudo isto muito bem, e se metta dentro do leitão de sorte que não leve mólho; e, cosendo a abertura, espetarão o leitão em espeto de pau, e o untarão com manteiga de porco. Isto feito, ponha-se a assar, que será devagar; e enquanto se fôr assando se tirará fóra algumas vezes para tomar ar e côr. E, quando começar a levantar empollas na pelle, se lhe irá dando um panninho molhado com água e sal.

Quando estiver assado, o que commumente leva duas horas, terá então os couros bem córados e vidrentos; e logo se porá na ponta de um espeto um pedaço de toucinho, que assando-o se irá pingando com elle o leitão. E depois de bem pigado irá á mesa, servindo-se com laranja, pimenta e sal (pp.31-32).

Almeida d’Eça (1883), reflectindo acerca da importância do mar para o Homem, fazia aos seus leitores a pergunta:

Mas que vale a riqueza dos coraes e das perolas a par da abundancia de peixes, com que o mar a cada hora sacia a fome do homem que não encontra nos continentes alimento sufficiente para a vida? O que seria da Humanidade se não fôsse o mar? (pp.34-35).

⁷⁷ Confiando nas informações recolhidas decorrentes das pesquisas realizadas, esta será a receita mais antiga que se conhece e que se refere ao actualmente conhecido e apreciado “Leitão da Bairrada”. Esta receita conventual publicada, em 1ª edição, em 1887, na “Bibliotheca do Povo e das Escolas” por António de Macedo Mengo será, provavelmente, originária do Mosteiro do Lorvão ou do Mosteiro da Vacariça. Devido à falta de documentação que permita um conhecimento mais exacto, todos os concelhos da região da Bairrada têm reivindicado a sua origem, desde o concelho da Mealhada, a Sul, até ao de Águeda, a Norte, não havendo uma posição consensual.

No seguimento do seu raciocínio o autor esclarecia sobre os géneros de peixes que abundavam nas zonas ribeirinhas da costa portuguesa, destacando a sardinha e o atum. Acerca da sardinha, considerava-a “o nosso arenque” e acrescentava:

Pesca-se nas nossas costas no verão e no outomno, [...]. A sardinha fórma a base da alimentação das nossas populações ribeirinhas. É tão abundante que muitas vezes chega a vender-se no Algarve a cinco réis o milheiro, e em algumas ocasiões fica abandonada na praia sem haver quem a aproveite (pp.34-35).

Entretanto, este autor incentivava os leitores a escolherem o atum em vez do bacalhau, este era proveniente dos bancos da Terra Nova e das costas da Noruega e cuja pesca estava, então, “nas mãos dos Inglezes, Americanos e Francezes”. E, sobre o atum frisava:

[...] em tão grande quantidade se pesca na costa do Algarve. Mas o uso inveterado faz com que nas outras provincias de Portugal não seja estimado o atum, que por isso é quasi todo exportado para a Hespanha e Italia, onde se faz muito caso d’este saboroso peixe (pp.34-35).

Mengo (1886) apresentava, também no formulário fradesco por si compilado, a descrição de receitas em que constavam iguarias confeccionadas com sardinha e com bacalhau que, apesar de ser pescado e trazido de outras águas, era para as camadas populares, em Portugal, “o *conducto* estimadissimo e muitas vezes unico das refeições nos dias de festa” (Eça, 1883: 34-35).

Bacalhau sêcco de molho⁷⁸

Afoguem-se com azeite alguns coentros, salsa, cebola, hortelã, tudo picado, e uma gôtta de vinagre; e n’este molho deitem o peixe, acrescentando o molho com vinagre, agua, adubos e alho (p.45).

Sardinhas de tijelada

Escamadas, deixando-lhes da cabeça só o toutiço, e infarinhadas, se põem por ordem na tijela; deitem sobre ellas vinagre, cebola, salsa picada, azeite, adubos, açafão, pimenta, cuminhos, e alho pisado.

Põe-se tudo isto por cima das sardinhas, e se metem no forno a assar, tendo cuidado em que o molho não seja tanto que cubra as sardinhas, mas antes seja pouco (p.53).

Entre os ingredientes mencionados para a confecção daquelas receitas destacamos a hortelã (“hortelan-pimenta” da família das Labiadas e do género *mentha* de Linn. ou *mentha piperita* de Linn.) e o alho (da família das Liliaceas e do género *allium* ou *allium sativum* de Linn.). Estas plantas foram estudadas por Mendonça (1886: 54-55, 60) que as descreveu aos leitores, transmitindo conhecimentos sobre a classificação, a forma e as propriedades.

Sobre a hortelã referiu que

No genero *mentha* de Linn. temos a citar plantas de grande uso domestico. [...] A *hortelan-pimenta* (*m. piperita* de Linn.), originaria de Inglaterra, e cultivada nas hortas, tem as folhas pecioladas, oblongo-lanceoladas; as flores em espigas cylindricas e oblongas; a corolla é esbranquiçada no tubo, que é mais comprido que o cálix, e arroxeadada na orla. É notavel pelo cheiro penetrante, balsamico, camphorado e ethereo, que deixa na bôcca uma sensação de frio caracteristico. A *hortelan-pimenta* fornece uma essencia, que se administra

⁷⁸ Neste formulário de receitas que se apresentam por ordem alfabética a entrada “Bacalhau sêcco de molho” (p.10) remetia os leitores para a entrada “Peixe sêcco de molho” (p.45).

em pastilhas, ou em xaropes e licores, mas que de todos os modos é efficaz nas atonias do estomago, gastralgias ou dyspepsias sem inflamação [...] (pp.54-55).

Em relação ao alho,

[...] além das especies hortenses empregadas na arte culinaria, ha outras especies, de que a medicina pode tirar proveito.

[...] ha a dizer que contém no bolbo um oleo essencial de cheiro caracteristico e extremamente diffusivel.

Tomado em pequenas porções no tempero das comidas, favorece a digestão e excita o appetite (p.60).

3.5 Do corpo

3.5.1 A beleza: magreza versus obesidade

As mudanças nas concepções dos modelos corporais, as maneiras de tratar o corpo e o cuidado com a aparência são o resultado das transformações dos conceitos de beleza que variaram ao longo do tempo. Os autores manifestam através dos seus discursos a valorização da higiene do corpo e a sua importância como símbolo de saúde e de beleza dentro da representação concebida na sociedade em finais do século XIX.

Nesse sentido, Anjos (1891) entendia por beleza

[...] em geral o que nos agrada á vista pela forma, pelo colorido, pelas boas proporções, e pela harmonia que existe no conjunto de um objecto qualquer.

A hygiene tem grande parte no ornamento do corpo, no acrescimo da belleza e na correcção dos defeitos naturaes; é preciso, porém, que desde a infancia se lhe sigam á risca os preceitos (p.4)

O autor via os atributos corporais como “reflexos da saude physica” que era alcançada através da observação de preceitos higiénicos, o que acabaria por tornar o rosto encantador e atractivo. Para este autor o entendimento das noções de beleza e de saúde surgia associado às representações de pessoa magra e de pessoa obesa.

Se em relação à primeira, a magreza era compatível com a saúde e, até certos limites com a beleza, porque

[...] mesmo excessiva, é infinitamente mais agradável na mulher que a obesidade, embora pouco acentuada. Effectivamente a magreza constitucional dá muitas vezes vigor e agilidade ao physico, e coragem e fôrça de vontade ao moral, mas coincide geralmente com o temperamento nervoso, flagello de tantas existencias; além d’isso, traz muito cedo as rugas ao rosto e dá apparencias de uma senilidade precoce (p.9).

Ao invés, a pessoa obesa era, absolutamente, desprovida de saúde e de beleza. A obesidade era considerada um “estado organico, tão inimigo da belleza feminina (pelo menos, no Occidente)”, visto que

[...] tornam-se monstruosas todas as formas do corpo; o rosto perde a expressão, a gordura accumula-se no extremo das faces, triplica o mento, almofada o dorso e o abdomen, e forma uma especie de estôfo nas paredes do peito (pp.6-7).

De acordo com Anjos, a obesidade era originada por causas congénitas, revelando-se no momento do nascimento, e hereditárias, manifestando-se no indivíduo cerca dos trinta e cinco anos. A hereditariedade era corroborada pelas estatísticas e tal como expunha aos leitores: “[...] n’uma estatística de 38 obesos, Chambers encontra a herança em 22 casos” (p.7).

Anjos identificava como “causas activas magreza” não só situações de índole fisiológica, como também moral e comportamental. Assim,

As perturbações da nutrição, que se operam quando a pessoa vae crescendo, o excesso de trabalho physico, as profissões penosas, a amamentação prolongada, o abuso dos prazeres, e, n’uma palavra, tudo o que enfraquece o organismo e diminue o regulamento vital, [...]. As causas moraes, sobretudo quando perturbam profundamente as funcções elevadas do systema nervoso [...]. As maguas, as paixões contrariadas e violentas, a vida agitada, o excesso do trabalho cerebral, o ciúme, o jôgo.[sic] são emaciantes de primeira ordem, [...]. Não tarda a apparecer então a magreza, sobretudo se ás acções debilitantes moraes se junta (como é frequente) a privação do somno (pp.10-11).

O autor sugeria como métodos para o tratamento da magreza,

[...] supprimir-lhe as causas, quando fôrem palpaveis. São para isso de grande utilidade os ares do campo. Deve evitar-se tudo o que possa dar causa a resfriamento e transpiração exaggerada. O doente dormirá, pelo menos oito horas; de quatro em quatro dias tomará um banho quente prolongado (p.11).

Em relação à cura da obesidade, do que se depreende que Anjos a visse como uma doença, dependia da higiene, apesar da apresentação de muitos medicamentos. Então, propunha como melhor tratamento, sobretudo o exercício físico, envolvendo as actividades de natação, de ginástica, as caminhadas, as escaladas, a equitação e a esgrima:

[...] Melhor é recorrer á hydrotherapia, [...]; as fricções e as maçagens ajudam a acção da agua fria.

Os banhos frios, e sobretudo os de mar, estorvam o progresso da polysarcia, mórmente sendo auxiliados pela natação. [...] A balneação no ar comprimido é util ás vezes, porque esse ar activa as combustões organicas e, excitando a nutrição languida, pode auxiliar a nova absorpção dos elementos adiposos em excesso.

[...] Dará regularmente pela manhã em jejum um passeio a pé, cuja duração irá todos os dias progressivamente augmentando. Fará exercicios com barras, com remos; dedicar-se-ha á natação, aos trabalhos manuaes mais pesados, ao uso da esgrima e da gymnastica. Na opinião de um medico celebre, a equitação é um exercicio passivo muito facil aos obesos, e que, pela fadiga e pelo suor, determina a magreza. Um medico de Munich recommenda sobretudo as ascensões ás montanhas e a acção do sol sêcco sob a forma de banhos de ar e de sol.

Taes individuos devem dormir seis ou sete horas, o muito, e nunca depois da refeição (pp.7-8).

3.5.2 O exercício físico – a ginástica e a natação

Lacerda (1881) salientava os benefícios resultantes da manutenção do exercício, nomeadamente, as actividades físicas que eram um meio de resistência ao frio. Com efeito, o “exercício, os longos passeios, a actividade do corpo e do espirito são recursos eficazes, para se augmentar a produção do calor organico” (p.28).

De acordo com as palavras deste autor, o exercício físico em geral era “indispensável para a conservação da saúde” (p.61), desde que fosse moderado e atendesse às idades e ao espaço em que era executado. Desta forma,

[...] aumenta a actividade dos órgãos, torna a digestão mais fácil, a circulação mais activa, a assimilação mais regular e, sob a sua influencia, desinvolve-se os ossos, o peito e os musculos. No homem a marcha é o exercicio melhor e mais facil. Á creança é indispensavel que ande, corra, pule e se agite no seu bulicio infantil, acelerando a respiração, augmentando a energia das forças vitales, desenvolvendo os órgãos e facilitando o crescimento. Comtudo, para que os exercicios e a agitação produzam os seus effeitos salutaes não devem effectuar-se em espaços acanhados, mas antes em grandes salões ou, melhor ainda, ao ar livre. De todos os modos de exercicio, o que melhor convem a toda a gente é sem contestação a marcha variada, em pleno ar, no campo, nas mattas e nos prados, e sobre um terreno ligeiramente acidentado (p. 61).

Lauret (1881) concebia a ginástica de acordo com duas funções: educativa e artística. Assim, no campo da higiene corporal, podia ser um método de cura e de prevenção de doenças. A educação física conferia civilidade ao Homem, sendo uma garantia de progresso social.

O autor definia ginástica, citando as palavras de Consiglieri Pedroso, do *Compendio de Historia Universal*, como “meio de educação physica do homem” e considerava que havia adquirido uma “importancia social pela sua benefica influencia civilizadora”, pelo que era “introduzida como ensino obrigatorio em todas as escolas dos paizes mais adeantados” (p.4).

Lauret entendia a ginástica, com base na definição de Neumann, como uma

[...]arte que consiste no exercicio de todos os órgãos do corpo, - exercicio systematico executado em harmonia com regras determinadas e baseado nas leis anatomicas e physiologicas do nosso organismo.
Esta definição incerra os principaes fundamentos sobre que deve estabelecer-se a verdadeira gymnastica (p.3).

O autor situava os princípios fundamentais da “verdadeira gymnastica” nas antigas civilizações orientais em que os seus povos praticavam já “methodicamente a arte gymnica” não só ao nível dos movimentos exercitados, mas também na conservação da saúde, na arte de curar e na educação física do corpo. Tal como afirmava a “mais vetusta menção que hoje conhecemos de um systema de movimentos hygienicos e curativos, encontra-se nos annaes da China” (p.4).

Afinal, quais eram os princípios fundamentais em que se baseava a “verdadeira gymnastica”? Lauret (1882), pretendendo instruir os leitores sobre a “verdadeira gymnastica”, identificava o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do homem como princípios alcançar. Porém, tal aperfeiçoamento implicava abarcar o entendimento sobre o funcionamento do organismo humano: “conhecer a natureza do ser humano, isto é, a anatomia, a physiologia e as leis physicas e mechanicas” e “estudar o movimento natural em si mesmo, seu mecanismo e as suas propriedades, seu effeito primitivo e simples, seu effeito secundario e complexo sobre a economia humana”. Seguindo um processo gradual, depois de se ter adquirido este conhecimento

restava estudar a relação entre o movimento natural e o movimento artificial e observar a sua anatomia, as suas propriedades fisiológicas e as suas diferentes aplicações à educação, à higiene e à terapêutica (pp.10-11).

Na visão deste professor de “gymnastica”, a ginástica era uma “sensata combinação da ciência com a arte, em conscienciosa observância das leis da natureza” (p.13). E, mediante a execução de “movimentos systematicamente ordenados e individualizados” tinha como objectivos proceder ao *tratamento curativo* e ao *tratamento prophylactico*, aos quais correspondiam, respectivamente, a *gymnastica curativa* e a *gymnastica prophylactica* (ou de desenvolvimento) entre as quais, em certos casos, era difícil estabelecer uma separação. Na *gymnastica prophylactica*, os movimentos executados eram classificados em três grupos – *movimentos livres* (“a pé firme” e “mudando de lugar”), *movimentos semi-livres* e *movimentos ligados*. (Anexo III: figuras 36 e 37). A diferenciação entre os grupos de movimentos era feita através da utilização ou não de *aparelhos*, ou seja, qualquer “simples ingenho” que servisse de apoio aos movimentos. Os aparelhos seriam empregues nos *movimentos semi-livres*, neste caso os *aparelhos* eram móveis, e nos *movimentos ligados*, em que se usavam aparelhos fixos. (Anexo III: figura 38).

Soares (1883), como defensor da natação, animava os seus leitores para a sua prática, dando à aprendizagem um sentido de cumprimento do dever cívico face aos outros:

D’entre os exercicios corporaes [...], a *Natação* é um dos mais uteis; [...] onde encontrar uma arte, ou um exercicio mais util e mais nobre do que esse, que nos pode proporcionar o ensejo de salvarmos a propria vida n’um lance perigoso, ou mesmo (o que ainda é mais) a vida de um nosso semelhante, de um companheiro de fadigas, de um amigo emfim? (p. 5).

Através do seu discurso, instruía-os no sentido de desmistificar os receios em relação ao meio aquático e garantia que

[...] em toda a idade se aprende a nadar, quando não haja (intenda-se bem) defeito organico que o impeça.

É uma simples questão de conformação physica. Para não se morrer afogado, é preciso permanecer a cabeça fóra d’agua [...]; e acontecerá isso tanto mais depressa quanto mais agitarmos os braços fóra d’agua, o que o homem que não sabe nadar faz por uma impulsão instinctiva tentando lançar a mão a quanto julga ao alcance.

Ao homem [...] para nadar é preciso que os movimentos dos braços e das pernas sejam alternadamente desincontrados, - isto é, que os braços se abram quando as pernas se unem e vice-versa (pp.11-12).

E, deste modo, as suas orientações serviriam para auxiliar a maioria dos indivíduos a ultrapassar as dificuldades inerentes à natação:

[...] as difficuldades *naturaes* que o apprendiz de nadador tem que vencer, vemos que são: - 1.º Conservar a cabeça fóra d’agua; 2.º Fazer movimentos *desincontrados* e *cadentes* com os braços e pernas; 3.º Vencer o medo e a impressão desagradavel que produz a immersão em agua fria. São pois muitas as difficuldades a superar ao mesmo tempo, o que nos explica as infructiferas e desanimadoras tentativas feitas pelo apprendiz de natação [...] (p.12).

Soares defendia as virtudes do método de ensinar “a nadar *em sêcco*” (Anexo III: figuras 34 e 35) em detrimento do ensino da “natação *já dentro d’agua*”, justificando-o da seguinte forma:

Começar portanto o ensino da natação *já dentro d’agua* é accumular a um tempo todas as difficuldades, - sendo talvez de todas ellas a mais ardua de vencer, nas creanças o medo da agua, nos adultos o medo do ridiculo [...].[...] quem desejar apprender a nadar, deve estudar os movimentos de natação fóra d’agua, e, sabidos elles, pol-os em execução no elemento próprio. Muita gente extranhará por certo que se ensine a nadar *em sêcco*, - e, [...] zombará do methodo aqui apresentado. Como porém não é elle invenção nossa, responderemos aos criticos que tal methodo está seguido desde 1852 para o ensino da natação nos corpos do exercito francez (p.12).

Almeida d’Eça (1883) considerava a “natação é um dos exercicios gymnasticos mais proveitosos para a saude e ao mesmo tempo mais agradaveis (p.63).

3.5.3 Os banhos e a limpeza da pele

Lacerda (1881) destacava a eficácia dos banhos⁷⁹ e das abluções⁸⁰ com água fria para a saúde corporal, porque permitiam “resistir á debilidade produzida pelo calor intenso e continuado”, exceptuando-se os indivíduos que padeciam de “doenças do coração, dos grossos vasos, dos pulmões, a repleção do estomago pelos alimentos” (p.27) para os quais eram contraindicados. Por conseguinte, com o intuito de reduzir o calor a pessoa devia tomar um banho frio de “manhan, antes do almoço, ou antes da hora de dormir” quando “o corpo refrescado fica melhor disposto para o somno, e sente notavel conforto” (p.27). Por seu turno, as abluções frias seriam praticadas de manhã e de tarde, durante o verão, proporcionando bem-estar e vigor, convidavam ao exercicio, moderavam a transpiração e tornam menos imperiosa a necessidade de ingerir bebidas frias.

Este autor diferenciava os tipos de banhos: os naturais (no mar e no rio) e os artificiais (“de agua simples em differentes temperaturas”, subentende-se que referia aos banhos tomados no universo doméstico ou similar em privado); os de vapor, de ar quente, de areia, de águas minerais, estes eram considerados “do exclusivo dominio da therapeutica, ou arte de curar”, sem qualquer propósito profiláctico. E, advertia os seus leitores para o facto de que, embora “o uso dos banhos seja muito recommendado pela hygiene, é, comtudo necessario que se não tomem sem preceder consulta medica” (p.38).

Dos “*banhos naturaes*” resultava “um effeito salutar e tonico”, não devendo nunca durar “mais de um quarto de hora”, pois o organismo daria ao banhista sinal para sair do banho que se traduzia num “ligeiro resfriamento, uma horripilação pouco intensa” (p.38). De seguida, devia ser completado com um exercicio muscular, por exemplo um passeio longo, mas desde

⁷⁹ Entende-se pela imersão do corpo em água.

⁸⁰ Quer dizer “lavagem do corpo ou de parte dele”, sem que haja imersão em água.

que o ar não estivesse frio e húmido. Esta combinação exercia uma reacção salutar que seria “tanto mais prompta e energica”, quando mais activa fosse a “percussão da agua sobre a superficie da pelle; os banhos na agua corrente, principalmente os do mar”, quando agitado, tinham “um effeito muito mais pronunciado” (pp.38-39).

Almeida d’Eça (1883) descrevia o historial da introdução dos banhos de mar em Portugal desde o início do século XIX, considerando-os como uma “hydrotherapia”:

Ao principio as praias eram só procuradas para certas e determinadas doenças e em casos extremos. Pouco a pouco a Medicina foi reconhecendo a influencia prodigiosamente benefica dos banhos, e foi-os aconselhando para maior numero de incommodos. Ao mesmo tempo a facilidade das communicações do interior das terras com a beira-mar chamou mais a concorrência, e tornou possível ás classes menos abastadas o uso dos banhos (p.62).

O autor enumerava as vantagens em desfrutar das estadias à beira-mar tanto para os individuos que gozem de saúde como para os que estavam doentes, devendo, para estes, o banho “ser usado conforme as prescrições formuladas pelos medicos e que variam conforme as doenças”:

As horas passadas á beira-mar na contemplação da immensidade das aguas, o ar puro e saudavel que se respira, e que enchendo os pulmões os lava e avigora, o descanso das lidas da cidade (lidas que de dia para dia se tornam mais destruidoras das forças do homem), e a mudança de alimentação, - tudo concorre para o alto beneficio que da estada nas praias do mar podem obter mesmo aquelles que não façam uso de banhos.

Mesmo para os que não estão doentes o banho do mar, sempre vantajoso, é principalmente um prazer, uma voluptuosidade grande (p.63).

Lacerda categorizava os “banhos artificiaes” em “frios”, “*indifferentes* ou *neutros*” e “*quentes*” consoante a temperatura a que eram tomados, surtindo daí os efeitos físicos pretendidos:

[...] - *frios*, de zero até 25°, produzindo abaixamento da temperatura do corpo e depressão do pulso; *indifferentes* ou *neutros*, de 25° a 30°, sem influencia nas funcções nem na temperatura do corpo; *quentes*, de 30° a 40°, elevando a temperatura e acelerando o pulso.

Quanto aos efeitos consecutivos, os banhos frios são mais ou menos calmantes ou excitantes, segundo a temperatura da agua e a duração da immersão; os banhos neutros são calmantes e ligeiramente debilitantes; os quentes são debilitantes e excitantes (p.39).

O autor, referindo-se concretamente ao “banho indifferente”, denominava por “verdadeiro *banho de limpeza*” e sublinhava as suas propriedades purificadoras e tónicas para a pele e relaxantes para o corpo e para a mente:

Este banho dá ligeireza aos movimentos, facilita as funcções da pelle e deriva para esta as congestões que tendem a formar-se nas mucosas; dá bem-estar ao corpo fatigado pelo trabalho intellectual e convem muito ás pessoas nervosas e facilmente irritaveis (p.39).

Na opinião de Anjos (1891) as “lavagens geraes e os banhos” deveriam “figurar acima de tudo na hygiene privada, e isto independentemente de todas as considerações de idade, sexo e condição” (p.13). As lavagens deveriam acontecer duas vezes por dia e teriam lugar de manhã ao levantar da cama, e á noite ao deitar. Seria conveniente o uso da água quente para o asseio do corpo, porque dissolvia “melhor os corpos gordos e as impurezas do tegumento externo, e

limpa (é este o termo) melhor que a água fria”. No entanto, reconhecia que a lavagem com água fria era indispensável para “enrijar contra as variações atmosféricas as partes inferiores da superfície cutânea que estão habitualmente expostas ao sol”. As lavagens deveriam ser feitas pela aspersão ou pela afusão (efeito de chuveiro ou derramamento de água pelo corpo), porque “dando movimento à água, permite-lhe levar consigo as impurezas da pelle” (p.14).

O autor recomendava aos leitores que, de acordo com a Higiene, todas “as semanas, ou, pelo menos, todos os quinze dias” tomassem “um banho geral para limpeza do corpo, na temperatura de 28 a 32° centígrados” que seria indispensável para a saúde. Tratava-se de um banho tépido que implicava tomar cinco precauções:

- 1.º não convem que se tome logo em seguida às refeições;
 - 2.º deve ter apenas o grau de calor preciso para que não se sinta frio;
 - 3.º é prejudicial quando as primeiras vias estão saburrosas;
 - 4.º não se deve tomar em caso de fraqueza ou de esfalfamento;
 - 5.º pode ser perigoso (como observa Hippocrates) na hemorragia nasal.
- O banho é prejudicial depois da refeição, porque as forças dirigem-se para o estomago em razão do trabalho da digestão, e, como o banho as desvia para o órgão exterior, a digestão ficará necessariamente perturbada (pp.13-14).

Anjos considerava que seria mais saudável tomar banho num rio ou em água corrente, onde o movimento das águas friccionava o corpo e tirava toda a sujidade da pele. Também aconselhava as senhoras a não tomarem banhos quentes muito repetidos e, sobretudo, não abusarem dos banhos a vapor e das estufas secas a fim de conservarem “a firmeza das carnes”; a fazerem as lavagens da pele de manhã e à noite, com água fervida e arrefecida. Recomendava para os usos íntimos, o emprego das “lavagens humidas com infusão de chá verde, ou então com um cozimento leve de folhas de rosa e raízes de ratanhia moídas (15 grammas de cada substância para ferver em 1 litro de água)” (p.17).

Anjos (1891) defendia a ideia de que o termo “beleza” se adequaria “quasi exclusivamente às senhoras”, cabendo-lhes a responsabilidade de serem agradáveis “à vista pela forma, pelo colorido, pelas boas proporções, e pela harmonia” do conjunto. Desta forma, enquanto homem e autor, dirigindo-se ao universo feminino em que se inseriam as suas leitoras, assumia o papel do “sexo forte” face à representação do “bello-sexo”, e inculcava-lhes a responsabilidade de serem belas:

O sexo forte tem, verdade é, o direito de aproveitar, até certo ponto, os preceitos e conselhos dados ao bello-sexo para conservar e melhorar a beleza; mas o homem pode ser feio e até abusar d’isso. A mulher, pelo contrario, tem a obrigação restricta de ser formosa (p.4).

Este e muitos outros conselhos de higiene transmitidos e dirigidos ao universo feminino, ou seja, à mulher, mãe ou filha, decorrem de uma representação de beleza construída de acordo com uma visão masculina.

CONCLUSÃO

Em Portugal, entre os finais do século XIX e o começo do século XX, a educação do povo era um imperativo nacional e uma convicção partilhados pela minoria letrada que defendia a necessidade de educar do povo. Nesta época de grande industrialização, os intelectuais portugueses entendiam que este era o caminho que conduzia o país à regeneração e ao progresso, tal como era conhecido na Europa e nos Estados Unidos da América.

Perante o panorâma nacional, os homens de ciências, artes e letras proclamavam nos seus discursos a difusão de uma educação científica que, assente em bases científicas e técnicas, transmitisse conhecimentos úteis do ponto de vista da sua aplicabilidade no universo doméstico e no público. Essa elite entendia que mesmo os portugueses escolarizados careciam de uma educação científica e técnica. Pois, só deste modo se podia combater a ignorância, a miséria e a superstição, fontes da decadência e do atraso de Portugal

Foi essa a finalidade que mobilizou editores e intelectuais portugueses, entre eles, David Corazzi, Xavier da Cunha e todos os seus escritores colaboradores, a empreenderem, conjuntamente, iniciativas editoriais, utilizando o livro impresso como suporte para a difusão de conhecimentos úteis teóricos e práticos, consequentes do progresso científico e tecnológico. Como resultado, edições populares foram produzidas e publicadas, vislumbrando conquistar um vasto público-leitor ou criar um novo tipo de leitor. Neste contexto cultural e educativo, surgiram, em Portugal, as colecções populares.

A colecção, um novo tipo de impresso, aparecia como produto de estratégias editoriais inovadoras, caracterizadas por serem comercializadas a baixo preço, por terem um formato pequeno e transportável, por compendiar matérias e constituírem um *corpus* de conhecimentos essenciais aplicáveis no quotidiano e por apresentarem aos seus leitores os assuntos usando uma linguagem simples e acessível. As grandes tiragens de exemplares das colecções populares dependiam, ainda, de técnicas de publicidade e de redes de circulação bem projectadas.

Em virtude do que foi mencionado, entendemos que a “Bibliotheca do Povo e das Escolas”, colecção popular editada pela Casa Editora David Corazzi, em 1881, que foi escolhida como objecto de estudo desta dissertação, corresponde ao tema exposto e aos objectivos formulados.

Entendemos que a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” se enquadra no contexto global das edições populares do século XIX ligadas a práticas de apropriação, produção e circulação de modelos culturais, materializados no livro impresso. Logo, reconhecemos a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” como um meio de difusão de discursos educativos e civilizadores, tendo como propósito a educação científica do povo, numa perspectiva médico-higiénica. Para além

disso, é o produto de uma estratégia editorial, encetada em Portugal, para a difusão da ciência, visando a aplicação dos conhecimentos úteis de saúde e de higiene no universo doméstico.

Para a concretização desta investigação foi fundamental o acesso e a recuperação dos opúsculos dessa colecção. Graças a um trabalho metódico e persistente conseguimos localizar a totalidade das séries encadernadas e a quase totalidade dos opúsculos. Nesta tarefa, bastante exigente, as tecnologias da informação e da comunicação revelaram-se úteis, porque garantiram a rapidez e a acessibilidade às informações sobre a localização e a consulta dos documentos. A organização e a disponibilização de catálogos bibliográficos *on line* pelas diferentes instituições são uma mais valia na pesquisas de arquivos e fundos bibliográficos.

Desta forma, conseguimos reunir a totalidade dos opúsculos que consideramos estarem enquadrados no tema e nos objectivos recortados e formar um *corpus* documental que consideramos ser significativo.

O conteúdo do corpo textual dos prefácios e dos opúsculos do *corpus* documental foi sujeito a uma rigorosa análise qualitativa, e em alguns momentos quantitativa, mediante a definição de um conjunto de categorias relevantes e pertinentes face ao recorte delineado pela investigação.

Pela observação dos dados analisados, percebemos que a “Bibliotheca do Povo e da Escola” cumpriu a missão educativa e civilizadora a que o seu mentor, o editor David Corazzi, o seu director literário, Xavier da Cunha, e os colaboradores, os autores dos textos publicados, se propuseram desde a sua génese. O decréscimo de publicações que conheceu a partir de 1887, cremos que em virtude do afastamento de David Corazzi e consequente extinção da sua editora, foi acompanhado de mudanças de gerência; contudo, manteve-se a mesma estratégia editorial e encetaram-se esforços para dar continuidade ao programa de “Propaganda de Instrução para Portuguezes e Brasileiros”.

Apesar das mudanças de casa editora, os mecanismos de padronização e de homogeneização que conferem unidade e identidade à colecção foram respeitados, ou seja, mantiveram-se os dispositivos tipográficos (as capas, as contracapas, as páginas de rosto e as lombadas), os dispositivos textuais (ao nível da estrutura interna dos opúsculos em que se estabelece o modelo segundo o qual os textos publicados são submetidos, tais como prefácios e índices), inclusive as técnicas de publicidade e a rede de circulação.

A consulta e a análise detalhada dos prefácios que introduzem as séries encadernadas, dos frontispícios dos volumes e de algumas publicações da revista “*O Occidente*” permitiram corroborar as autorias atribuídas aos opúsculos.

Durante a pesquisa arquivística e documental, deparámo-nos com o facto de a Biblioteca Nacional de Portugal encerrar para a realização de obras, o que inviabilizou o acesso ao depó-

sito legal e à sala de leitura geral. Contudo, esta situação foi ultrapassada, uma vez que conseguimos localizar e aceder à colecção, ainda mais completa e em melhor estado de conservação, noutros arquivos e bibliotecas.

Para além disso, o mau-estado de conservação de alguns exemplares da colecção inviabilizaram, em alguns casos, accionar o pedido de empréstimo interbibliotecas e mesmo a consulta local. Porém, os contactos estabelecidos com alfarrabistas e a localização de exemplares em diferentes instituições viabilizaram a aquisição, a consulta e a satisfação do pedido de empréstimo interbibliotecas.

Em virtude dos dados expostos, nesta dissertação, é imprescindível reflectir sobre quatro questões que julgamos serem essenciais para a conclusão deste estudo.

Em primeiro lugar, colocamos a questão: seria a alfabetização suficiente para a educação do povo? Consideramos que a alfabetização era fundamental, mas não suficiente. Permitiria o acesso à leitura. No entanto, não significava acesso imediato à cultura letrada difundida pelo impresso, tornando as aprendizagens inerentes à leitura do texto escrito insuficientes. Aqui a tradição oral desempenhava um papel importante no processo de alfabetização, compreendendo práticas de leitura colectiva, a apreensão auditiva e a memorização do conteúdo do texto escrito, comuns entre os grupos sociais fora dos círculos letrados.

Entendemos que o problema da educação do povo dependia não só do investimento do Estado na instrução pública, mas sobretudo da falta de recursos materiais entre as camadas populares. Acreditando que o livro é um instrumento que possibilita a circulação de ideias e conhecimentos, logo a carência de livros técnicos e didácticos acessíveis à maioria das bolsas e das capacidades académicas tornava a educação do povo uma tarefa árdua e incompleta.

O editor David Corazzi, pela experiência e pelo conhecimento da realidade cultural e educativa da sociedade portuguesa, do negócio da indústria e do mercado editorial, reconhecia as necessidades e os interesses do público-leitor português. Daí o êxito editorial da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” que, devido ao seu carácter popular, conquistou portugueses e brasileiros, como se pode comprovar pelo ritmo das publicações, pelo número de publicações e edições e pelas tiragens.

É preciso ainda salientar que David Corazzi e Xavier da Cunha souberam introduzir na colecção uma tendência fundamental e inovadora através da selecção dos autores, das temáticas e dos objectivos, o que revela a preocupação em educar o povo transmitindo princípios de civilidade. Os autores, cujos textos foram analisados, quer fossem médicos, militares ou professores, veiculavam através das suas narrativas, com propósitos educativos e civilizadores, preceitos básicos de higiene que valorizavam e promoviam uma educação cívica dirigida à vasta comunidade linguística de expressão portuguesa dispersa pelos diferentes continentes, desde a

Europa até ao Brasil, passando também pelas colónias ultramarinas portuguesas nos continentes africano e asiático.

Em segundo lugar, com base no estudo de Isabelle Olivero (1999), defendemos que a “Bibliotheca do Povo e das Escolas” seguia as tendências do mercado editorial europeu do século XIX, em que os editores pretendiam alargar o número de leitores através da invenção das colecções populares que eram utilizadas para difusão da ciência junto de um público mais amplo e menos erudito. Importa acrescentar que a denominação desta colecção portuguesa como *biblioteca* seguia a propensão do mercado editorial e literário do século XIX. No século XIX o termo tinha o sentido de *colecção* tal como a entendemos no presente.

Em terceiro lugar, os estudos de Fernandes (2004) e de Pintassilgo (2006) possibilitaram-nos concluir que a representação do povo visada pela “Bibliotheca do Povo e das Escolas” coincide com o conceito de povo perfilhado por Jaime Cortesão e António Sérgio no início do século XX. Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, os ideais republicanos e socialistas operaram mundaças na forma de perspectivar a sociedade portuguesa, interessava fazer chegar a cultura e o saber a todos os portugueses, independentemente da classe social a que pertencessem, porque todos estavam carentes de educação que era imprescindível para a regeneração e o progresso da sociedade portuguesa.

Por tudo isso, é necessário frisar que a educação é um processo que implica ensino e aprendizagem, com a intencionalidade de adequar e moldar o indivíduo de acordo com a sociedade em que se insere. É um facto observado em qualquer sociedade e nos seus grupos, independentemente do tempo ou do espaço. Pela educação preservam-se, perpetuam-se e transmitem-se ao indivíduo as normas e valores, que englobam os modos culturais de ser, estar e agir, necessários à convivência e ao ajustamento no seu grupo ou sociedade. Enquanto processo de socialização, a educação é exercida para a adequação do indivíduo à sociedade, ao grupo, à sociedade. O acto de educar tem sempre essa intencionalidade. Assim, a educação era um instrumento para normalizar, civilizar e emancipar os cidadãos, sendo usado pela elite política e intelectual para estabelecer nova ordem política, institucional e social.

Em quarto lugar, podemos verificar que a mulher, enquanto leitora, não foi esquecida no programa de edições da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. Contudo, após o estudo da colecção não detectámos a presença do género feminino entre os autores. Atribui-se autoria masculina mesmo nos títulos alusivos aos assuntos considerados à época como apropriados às mulheres. Deste facto, são exemplos os opúsculos cujo estudo se integra no *corpus* documental desta investigação: “O livro das maes”, “Hygiene da belleza”, “Receitas uteis”, “Hygiene da habitação”, “Hygiene do vestuario”, “Hygiene da alimentação”, “Copa e cozinha”, “Hygiene do quarto da cama” e “Os inimigos das creanças (regras higienicas)”. O que explica

a ausência de mulheres como autoras entre os colaboradores da colecção? Poderá tal ausência ser justificada pela secundarização do papel e da posição social do género feminino na esfera pública nos finais de oitocentos? Seria a escrita preferencialmente produzida pela globalidade das mulheres no contexto doméstico, onde desempenhavam as funções e as responsabilidades inerentes à sua condição social? Dessa forma, entendemos que, através da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” proliferou um ideal feminino fruto de uma representação construída pelo discurso no masculino.

Há, precisamente, um século os livretes impressos da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” eram editados, circulavam e os seus conteúdos eram apropriados, através da prática da leitura, por portugueses e brasileiros, quer em contextos domésticos, quer nos públicos.

A publicação não se restringiu a Portugal e chegou também no Brasil, circulando entre os leitores dos dois lados do Atlântico com a finalidade educar e difundir ciência e técnica. Este dado é comprovado pelo interesse que tem suscitado, sendo, consequentemente, alvo de investimento em pesquisas, em Portugal e no Brasil. Este facto confirma a circulação dos opúsculos da colecção entre os dois países.

A “Bibliotheca do Povo e das Escolas” constitui uma fonte de conhecimento sobre as preocupações médico-higiénicas sentidas pela elite intelectual e científica e permite a recolha de dados relevantes que ajudam a compreender a importância da utilização do impresso para circulação de conhecimentos úteis e necessários à vida quotidiana, visando uma educação científica. Esta colecção transporta para o presente o discurso civilizador proferido por homens de ciência, artes e letras que partilhavam a crença na “educação científica e litteraria de um povo” mediante a difusão de conhecimentos úteis e, simultaneamente, de transmissão da civilidade nos costumes e nas mentalidades no campo das práticas quotidianas de promoção da saúde e da higiene no universo doméstico.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

Corpus Documental:

- Almeida d'Eça, Vicente Maria. (1883). O mar. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 7ª serie, **52**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Anjos, Joaquim dos. (1891). Hygiene da beleza. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 25ª serie, **195**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.
- Baptista, Antonio Maria. (1886). Civilidade. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 17ª serie, **135**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Cardoso, Julio Arthur Lopes. (1889). Manual do enfermeiro. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 21ª serie, **168**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.
- Cardoso, Julio Arthur Lopes. (1890). Falsificações dos generos alimenticios e processos para as descobrir. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 23ª serie, **178**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.
- Cardoso, Julio Arthur Lopes. (1891). O livro das mães. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 25ª serie, **196**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.
- Costa, João Bastos Pereira da & Valladares, Manuel Diogo de. (1888). Receitas uteis. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 20ª serie, **155**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Ennes, Guilherme José. (1903). Os inimigos das creanças. Regras hygienicas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 28ª serie, **219**. Lisboa: “A Editora”, Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada.
- Ennes, Guilherme José. (1904). As aguas e o ar na hygiene e na saude. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 28ª serie, **222**. Lisboa: “A Editora”, Sociedade Anonyma de Responsabilidade Limitada.
- Lacerda, João Cesario de. (1881). Hygiene. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 2ª serie, **16**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Lauret, Paulo. (1881). Gymnastica. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, **24**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Lopes, Antonio Carlos Craveiro. (1891). Hygiene do quarto da cama. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 24ª serie, **188**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.
- Mello, Carlos Bandeira de. (1883). Hygiene da habitação. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 7ª serie, **53**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Mendonça, João de. (1886). Plantas uteis dos campos de Portugal. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 16ª serie, **125**. Lisboa: Secção Editorial da “A Editora”, 3ª ed. (1905).
- Mengo, Antonio de Macedo. (1886). Copa e cozinha. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 18ª serie, **141**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.
- Oliveira, Manuel Rodrigues d'. (1882). Hygiene da alimentação. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6ª serie, **44**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas.

Oliveira, Manuel Rodrigues d'. (1884). Hygiene do vestuario. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 12ª serie, **95**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Soares, Francisco Adolfo Celestino. (1883). Natação. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª serie, **60**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Outras fontes:

Andrade, Antonio Paulino de. (1891). Philologia. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 25ª serie, **194**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.

Batalha, Ladislau. (1889). Linguas d'Africa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 22ª serie, **175**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes.

Cunha, Xavier da (1881). "Duas palavras ao leitor". *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1882). Quatro paginas de prologo. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 6ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1883). Prefacio. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1884). A Bibliotheca do Povo e das Escolas – Perante as apreciações da imprensa portugueza. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 11ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1885). A Bibliotheca do Povo e das Escolas na Exposição Agricola de Lisboa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 14ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1886). Modernas apreciações do Diario de Noticias acerca da Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 16ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1886a). Continuação dos pareceres da imprensa acerca da Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 17ª série. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1887-1888). Ainda os juizos da imprensa relativamente á Bibliotheca do Povo e das Escolas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 19ª série, Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Cunha, Xavier da (1889-1890). Subsídios para a historia critica da Bibliotheca do Povo e das Escolas – Apreciação da imprensa periodica. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 22ª série. Lisboa: Companhia Nacional Editora, Successora de David Corazzi e Justino Guedes

Mello, José Maria Greenfield de. (1881). Principios geraes de chimica. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, **17**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Macedo, Luis Carlos da Costa de Sousa de. (1881). Noções geraes de jurisprudencia. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, **18**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

Pereira, João Feliciano Marques. (1881). Manual do fabricante de vernizes. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, **19**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

- Rodrigues, José Julio. (1885). Coisas portuguesas. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 13ª serie, **103**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.
- Vasconcellos, Ernesto. (1886). Astronomia photographica. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 17ª serie, **134**. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas.

2. Bibliografia

- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação, um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa.
- Alves, J. F. (1999). Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. *Revista de História das Ideias*. **20**: 289-313.
- Azevedo, M. (2009). *Teses, relatórios e trabalhos escolares*. 7ª ed. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação*. 3ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borelli, S. H. S. (1999). Livros, editoras e leitores. Leituras e cultura popular de massa no Brasil. *Revista de História das Ideias*. **20**: 445-470.
- Canário, R. (2007). *Educação popular & movimentos sociais*. Lisboa: Educa, pp. 11-35.
- Candeias, A. (1981). Movimento operário português e educação (1900-1926). *Análise Psicológica*, II (1): 39-60.
- Candeias, A. (2005). Modernidade e cultura escrita nos séculos XIX e XX em Portugal. Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX. Lisboa: Educa.
- Candeias, A. (2010). A persistência do atraso educativo português nos nossos dias: Portugal nos processos de alfabetização, escolarização e criação de capital humano nos séculos XIX, XX e XXI. In L. Salgado (coord.). *A educação de adultos: uma dupla oportunidade na família*. Lisboa: ANQ, IP, pp. 31-50.
- Carvalho, M. M. C. (2006). Livros e revistas para professores: Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In J. Pintassilgo et al.(orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 141-173.
- Carvalho, M. M. C. & Toledo, M. R. A. (2004). *A coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: O caso da Biblioteca da Educação, organizada por Lourenço Filho*. I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 14 p. Consultado em: 15 de Julho de 2010. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/259.pdf>
- Carvalho, M. M. C. & Toledo, M. R. A. (2007). *Biblioteca para professores e modelização das práticas de leitura: Análise material das coleções Atualidades Pedagógicas e Biblioteca de Educação*. XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História – ANPUH, 9 p. Consultado em: 15 de Julho de 2010. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marta%20Maria%20Chagas%20de%20Carvalho.pdf>

- Carvalho, R. de (1986). *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Catroga, F. (1993). Cientismo, política e anticlericalismo. In J. Mattoso (dir.). *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 582-593.
- Cavallo, G. & Chartier, R. (dir.) (1998). *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes.
- Chartier, R. (1996). *El mundo como representación: Estudios sobre historia cultural*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Chartier, R. (dir.) (1998). *As utilizações do objecto impresso*. Lisboa: Difel. (trad. portuguesa de Ida Boavida).
- Chartier, R. (1997). *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega. (trad. portuguesa de Leonor Graça)
- Chartier, R. (2002). *A história cultural: Entre práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: Difel. (trad. portuguesa de Maria Manuela Galhardo).
- Chartier, R. & Martin, H.-J. (dir.) (1990). *Histoire de l'édition française*. Paris: Fayard, 4 v.
- Costa, A. F., Ávila, P. e Mateus, S. (2002). *Públicos da ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Correia, A. M. & Sérgio, A. et al. (1936-1960). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 56 vols.
- Cruz, M. A. (1999). Aspectos da cultura burguesa oitocentista. *Revista de História das Ideias*. **20**: 257-288.
- Darnton, R. (2005). *Os dentes falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Domingos, M. D. (1985). *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: IPEA, pp. 11-134.
- Eco, U. (2010). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 16ª ed. Lisboa: Editorial Presença.
- Eisenstein, E. L. (1990). La invención de la imprenta y la difusión del conocimiento científico. In J. Ordóñez & A. Elena (comps.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 1-42.
- Febvre, L. & Martin, H.-J. et al. (2000). *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, R. (1998). Génesis e consolidação do sistema educativo nacional. In M. C. Proença. *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 23-46.
- Fernandes, R. (2004). As universidades livres e populares em Portugal. *Vertice*, **117**: 90-114.
- Ginzburg, C. (2006). *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Grácio, R. (1990). Ensino primário e analfabetismo. In J. Serrão (coord.). *Dicionário de história de Portugal*, vol. 2. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 392-397.
- Guedes, F. (1987). *O livro e a leitura em Portugal: Subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Verbo.
- Jacob, J. R. (1990). “Por encanto órfico” la ciencia y las dos culturas en la Inglaterra del siglo XVII. In J. Ordóñez & A. Elena (comps.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 43-69.

- Knight, D. (1990). La popularización de la ciencia en la Inglaterra del siglo XIX. In J. Ordóñez & A. Elena (comps.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 311-330.
- Lisboa, I. (1944). *Inquérito ao livro em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, 2 vol.
- Matos, M. C. (2000). Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX. [Versão electrónica]. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Consultado em 14 de Maio de 2010. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-69-29.htm>
- McMurtrie, D. C. (1997). *O livro*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (trad. portuguesa de Maria Luísa Saavedra Machado).
- Mogarro, M. J. (2006). Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos. Circulação e apropriação de modelos culturais. In J. Pintassilgo et al.(orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 233-257.
- Mogarro, M. J. & Pintassilgo, J. (2003). A ideia de escola para todos no pensamento pedagógico português. In R. Fernandes & J. Pintassilgo (orgs.). *A modernização pedagógica e a escola para todos na Europa do sul no século XX*. Lisboa: Grupo SPICAE, pp. 51-71.
- Nascimento, J. C. (2001). Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX-A Biblioteca do Povo e das Escolas. [Versão electrónica]. *Revista Horizontes*, **19**: 11-27. Consultado em 08 de Julho de 2010. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/074_jorge_carvalho.pdf
- Nascimento, J. C. *História de Portugal para estudantes brasileiros*. [Versão electrónica]. Consultado em 20 de Março de 2010. Disponível em: www.faced.ufu.br/columhe06/.../251JorgeCarvalhoNascimento.pdf
- Nóvoa, A. (1988). A República e a escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades. *Revista de Educação Portuguesa*, pp. 29-35.
- Nóvoa, A. (org.) (1993). *Os professores e as reformas do ensino – na viragem do século (1886-1906)*. Porto: Edições Asa.
- Nóvoa, A. (dir.) (2003). *Dicionário de educadores portugueses. 900 Biografias de homens e mulheres que se dedicaram ao ensino e à educação nos séculos XIX e XX*. Porto: Edições Asa.
- Nóvoa, A. (2005). *Evidentemente. Histórias da educação*. Porto: Edições Asa.
- Nunes, M. F. (1987). Notas para o estudo do periodismo científico em Portugal: “Annaes das Sciencias das Artes e das Letras” (1818-1822). *Cultura---História e Filosofia*, **6**: 661-682.
- Nunes, M. F. (1991). A universidade e a divulgação de conhecimentos científicos e úteis no Jornal de Coimbra (1812-1820). In *Congresso de História da Universidade. Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas – vol. 4*. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso, pp. 127-131.
- Nunes, M. F. (1998). Cultura e cultura científica: realidades e imagens (séculos XIX-XX). *O Estudo da História*, **3**: 175-190.
- Nunes, M. F. (1999). Leituras de história da ciência no Jornal de Sciencias Mathematicas, Fisicas e Naturais (1917/1923). Subsídios para a arqueologia da cultura científica em Portugal. *Revista de História das Ideias*. **20**: pp.353-368.
- Nunes, M. de F. (2002). Opinião pública, ciência e tecnologia. Portugal XVIII-XX. *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*. **15**: 211-223.

- Nunes, M. F. (2006). Ciência, história e felicidade no século XVIII. *Revue. Revista da Universidade de Évora*, **6**: 21-26.
- Olivero, I. (1999). *L'invention de la collection: de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX^{ème} siècle*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Pereira, A. L. & Pita, J. R. (1993). Ciências. In J. Mattoso (dir.). *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 652-667.
- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação dos cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pintassilgo, J. (2004). Educação liberal e conformação social: Dos catecismos constitucionais aos manuais de civilidade. In *III Congresso Luso-brasileiro de História da Educação – Escolas, culturas e identidades. Comunicações*, vol. I. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 233-239. Disponível em: <http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/jpintassilgo/index.htm>
- Pintassilgo, J. (2006). O debate sobre as universidades populares na imprensa portuguesa de educação e ensino. O exemplo de “A Vida Portuguesa” (1912-1915). *Revista HISTEDBR On-line*, **24**: 93-101. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revis.html>
- Pintassilgo, J. (2010, 31 de Agosto). Analfabetismo e educação popular. *Público P2*, pp. 6-7.
- Proença, M. C. (1998). A República e a democratização do ensino. In M. C. Proença. *O sistema de ensino em Portugal (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 47-70.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, R. (1988). Culturas de alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: Uma introdução à História da Alfabetização em Portugal. *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), pp. 1067-1145. Consultado em 09 de Janeiro de 2010. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>
- Ribeiro, M. M. T. (1999). Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*. **20**: 187-227.
- Rousseau, G. S. (1990). Los libros científicos y sus lectores en el siglo XVIII. In J. Ordóñez & A. Elena (comps.). *La ciencia y su público: Perspectivas históricas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 147-224.
- Silva, C. A. (1896, 15 de Dezembro). David Corazzi. *O Occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. **647**: 280.
- Toledo, M. R. A. (s.d.). *A indústria dos livros, a materialidade do impresso e o campo educacional: Reflexões sobre a organização do acervo histórico da Companhia Nacional Editora*. [Versão electrónica]. São Paulo: PUC-SP, 12 p. Consultado em: 13 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/019.pdf>
- Toledo, M. R. A. (s.d.). *Circulação de modelos de leitura para professores: A Atualidades Pedagógicas e a Biblioteca Museu do ensino primário*. [Versão electrónica]. 15 p. Consultado em: 13 de Agosto de 2010. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT02-3621--Int.pdf
- Toledo, M. R. A. (2006). *Mediação editorial e estratégia de intervenção no campo pedagógico: O caso da Atualidades Pedagógicas, sob direção de JB Damasco Penna*. [Versão electrónica]. 11 p. Consultado em: 29 de Julho de 2010. Disponível em: www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../12MariaToledo.pdf

- Toledo, M. R. A. (2006a). Pedagogia, política e mercado editorial: Análise da colecção “Actualidades Pedagógicas”. In J. Pintasilgo *et al.* (orgs.). *História da escola em Portugal e no Brasil. Circulação e apropriação de modelos culturais*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 201-231.
- Torgal, L. R. (1993). A instrução pública. In J. Mattoso (dir.). *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 609-651.
- Torgal, L. R. & Vargues, I. N. (1993). Produção e reprodução cultural. In J. Mattoso (dir.). *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 684-696.
- Tuckman, B. (2002). *Manual de investigação em educação – Como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Venâncio, G. M. (2005). Lisboa – Rio de Janeiro – Fortaleza: Os caminhos da colecção “Biblioteca do Povo e das Escolas” traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues. *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*. **21**: 185-203. <http://www.uff.br/lihed/primeiroseminario/pdf/gisellemartins.pdf>
- Venâncio, G. M. (2006). “Um verniz de instrução”: Ciência de almanaques e colecções de vulgarização científica para portugueses e brasileiros. [Versão electrónica]. Consultado em 01 de Dezembro de 2009. Disponível em: http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/paginas/8.htm e em www.unirio.br/eventos/Coloquio2006.doc
- Viana, M. (1990). David Corazzi, um editor português do século XIX. *Revista da Biblioteca Nacional*. 5, 2, s.2, pp. 109-132.
- Vigarello, G. (2001). *História das práticas de saúde – A saúde e a doença desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.

Sítios consultados:

- <http://www.arqnet.pt/dicionario/eca.html>
- <http://www.ateneulivros.com/website/?cat=48>
- <http://www.cm-mealhada.pt/index.php?id=74&parcat=64&par=0&acao=mostra.php>
- <http://www.exercito.pt/sites/HMR1/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>
- <http://www.dicio.com.br>
- <http://www.diclib.com>
- <http://www.geneall.net>
- <http://www.leitaobairrada.com/artigo.php?id=279>

ANEXOS

Anexo I. Catálogo geral da “Bibliotheca do Povo e das Escolas” (Fonte: Domingos, 1985)

Ano	Série	Nº	Título	Autor	Casa de Edição
1881	1ª	1	<i>História de Portugal</i>	Cunha, Xavier da	Casa Editora David Corazzi
		2	<i>Geographia geral</i>	Sousa, Guilherme de	
		3	<i>Mythologia</i>	Cunha, Xavier da	
		4	<i>Introdução às sciencias physico naturaes</i>	Lacerda, João Cesário de	
		5	<i>Arithmetica pratica</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
		6	<i>Zoologia</i>	Sousa, Guilherme de	
		7	<i>Chorographia de Portugal</i>	Lacerda, João Cesário de	
		8	<i>Physica elementar</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
	2ª	9	<i>Botanica</i>	Sousa, Guilherme de	
		10	<i>Astronomia popular</i>	Mello, José de	
		11	<i>Desenho linear</i>	Leitão, Carlos Adolpho Marques	
		12	<i>Economia política</i>	Lacerda, João Cesário de	
		13	<i>Agricultura</i>	Sousa, Guilherme de	
		14	<i>Algebra elementar</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
		15	<i>Mamíferos</i>	Sousa, Guilherme de	
		16	<i>Hygiene</i>	Lacerda, João Cesário de	
	3ª	17	<i>Principios geraes de chimica</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
		18	<i>Noções geraes de jurisprudencia</i>	Macedo, D. Luis Carlos da Costa de Sousa de	
		19	<i>Manual do fabricante de vernizes</i>	Pereira, J. F. Marques	
		20	<i>Telegraphia electrica</i>	O' Konnor, Ricardo	
		21	<i>Geometria plana</i>	Leitão, Carlos Adolpho Marques	
		22	<i>A terra e os mares</i>	Cunha, Xavier da	
		23	<i>Acustica</i>	Pereira, J. F. Marques	
		24	<i>Gymnastica</i>	Lauret, Paulo	
1882	4ª	25	<i>As colonias portuguezas</i>	Lacerda, João Cesário de	
		26	<i>Noções de musica</i>	Bastos, José Timotheo da Silva	
		27	<i>Chimica inorganica</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
		28	<i>Centuria de celebridades femininas</i>	Cunha, Xavier da	
		29	<i>Mineralogia</i>	Jalles, João Maria	
		30	<i>O Marquez de Pombal</i>	Sampaio, José Maria Pereira Forjaz de	
		31	<i>Geologia</i>	Jalles, João Maria	
		32	<i>Codigo civil portuguez</i>	Lacerda, João Cesário de	
	5ª	33	<i>Historia natural das aves</i>	Sousa, Guilherme de	
		34	<i>Meteorologia</i>	Pinto, J. Antunes	
		35	<i>Chorographia do Brazil</i>	Silva, Viriato	
		36	<i>O Homem na série animal</i>	Cunha, Xavier da	
		37	<i>Tactica e armas de guerra</i>	Soares, F. A. Celestino	
		38	<i>Direito romano</i>	Macedo, D. Luis Carlos da Costa de Sousa de	
		39	<i>Chimica organica</i>	Mello, J. M. Greenfield de	
		40	<i>Grammatica portugueza</i>	Cunha, Xavier da	
	6ª	41	<i>Escrepturação commercial</i>	Nunes, José Augusto Pereira	

1883		42	<i>Anatomia humana</i>	Lacerda, João Cesário de
		43	<i>Geometria no espaço</i>	Leitão, Carlos Adolpho Marques
		44	<i>Hygiene da alimentação</i>	Oliveira, M. Rodrigues de
		45	<i>Philosophia popular em provérbios</i>	Cunha, Xavier da
		46	<i>Historia universal</i>	Cunha, Xavier da
		47	<i>Biologia</i>	Ribeiro, Victor
		48	<i>Gravidade</i>	Jalles, João Maria
	7ª	49	<i>Physiologia humana</i>	Lacerda, João Cesário de
		50	<i>Chronologia</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		51	<i>Calor</i>	Leitão, Julio
		52	<i>O mar</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		53	<i>Hygiene da habitação</i>	Mello, Carlos Bandeira de
		54	<i>Optica</i>	Jalles, João Maria
		55	<i>As raças historicas da Lusitania</i>	Arriaga, José de
		56	<i>Medicina domestica</i>	Oliveira, M. Rodrigues de
	8ª	57	<i>Esgrima</i>	Soares, F. A. Celestino
		58	<i>Historia antiga</i>	Lacerda, João Cesário de
		59	<i>Repteis e batrachios</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		60	<i>Natação</i>	Soares, F. A. Celestino
		61	<i>Electricidade</i>	Ferreira, Guilherme Luis Santos
		62	<i>Fabulas e apologos</i>	Freitas, Olympio de
		63	<i>Philosophia do Direito</i>	Macedo, D. Luis Carlos da Costa de Sousa de
		64	<i>Grammatica franceza</i>	Eça, Vicente Almeida d'
	9ª	65	<i>Historia da botanica em Portugal</i>	Brito, Anthero
		66	<i>Mechanica</i>	Jalles, João Maria
		67	<i>Moral</i>	Martins, Augusto Barata dos Santos
		68	<i>Practica de escripturação</i>	Nunes, José Augusto Pereira
		69	<i>O livro do Natal</i>	Freitas, Olympio de
		70	<i>Historia natural dos peixes</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		71	<i>Magnetismo</i>	Jalles, João Maria
		72	<i>O vidro</i>	Pereira, J. F. Marques
1884	10ª	73	<i>O codigo fundamental da nação portugueza</i>	Cunha, Xavier da
		74	<i>Machinas de vapor</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		75	<i>Historia da idade media</i>	Lacerda, João Cesário de
		76	<i>Invertebrados</i>	Ribeiro, Victor
		77	<i>A arte no theatro</i>	Macedo, Manuel de
		78	<i>Photographia</i>	Jalles, João Maria
		79	<i>Methodo de francez</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		80	<i>Manual do fogueiro machinista</i>	Mello, Carlos Bandeira de
	11ª	81	<i>Pedagogia</i>	Freire, Henrique Soares
		82	<i>A arte naval</i>	Diniz, Carlos
		83	<i>Manual do carpinteiro</i>	Soares, Francisco Adolfo Celestino
		84	<i>O cholera e seus inimigos</i>	Rodrigues, José Julio

1885	12ª	85	<i>Hydrostatica</i>	Leitão, Julio
		86	<i>Piscicultura</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		87	<i>Direito publico internacional</i>	Macedo, D. Luis Carlos da Costa de Sousa de
		88	<i>Lisboa e o cholera</i>	Rodrigues, José Julio
		89	<i>Historia natural dos articulados</i>	Ribeiro, Victor
		90	<i>Historia maritima</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		91	<i>Topografia</i>	Leitão, C. A. Marques
		92	<i>Historia moderna</i>	Affreixo, José Maria da Graça
		93	<i>Psycologia</i>	Menezes, Julio Lecour e
		94	<i>O Brazil nos tempos coloniaes</i>	Reys, Pedro dos
		95	<i>Hygiene do vestuario</i>	Oliveira, Manuel Rodrigues de
		96	<i>Geometria descriptiva</i>	Machado, Achilles Alfredo Silveira
	13ª	97	<i>A guerra da independencia</i>	Chagas, Manuel Joaquim Pinheiro
		98	<i>Leitura e recitação</i>	Baptista, António Maria
		99	<i>Fortificação</i>	Soares, F. A. Celestino
		100	<i>O navio</i>	Diniz, Carlos
		101	<i>Historia contemporanea</i>	Affreixo, José Maria da Graça
		102	<i>Armaria</i>	Macedo, Manuel de
		103	<i>Coisas portuguezas</i>	Rodrigues, José Julio
		104	<i>Viticultura</i>	Gomes, José Eduardo
	14ª	105	<i>Sociedades cooperativas</i>	Laranjo, José Frederico
		106	<i>Portugal pre-historico</i>	Vasconcellos, José Leite de
		107	<i>Equitação</i>	Jalles, João Maria
		108	<i>Direito internacional maritimo</i>	Macedo, D. Luis Carlos da Costa de Sousa de
		109	<i>Noções geraes de zootechnia</i>	Menezes, Ludovico Caetano de
		110	<i>Metallurgia</i>	Jalles, João Maria
		111	<i>Manual do ferrador</i>	Mello, D. António José de
		112	<i>Restauração de quadros e gravuras</i>	Macedo, Manuel de
	15ª	113	<i>Architectura</i>	Soares, F. A. Celestino
		114	<i>Os insectos</i>	Ribeiro, Victor
		115	<i>Viagens e descobrimentos marítimos</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		116	<i>A arte dramática</i>	Macedo, Manuel de
		117	<i>Vinhedos e vinhos</i>	Pereira, Rodrigo de Boaventura Martins
		118	<i>Grammatica ingleza</i>	Teixeira, José da Silva
		119	<i>Silvicultura</i>	Menezes, Ludovico Caetano de
		120	<i>Historia do theatro em Portugal</i>	Salgado, João
1886	16ª	121	<i>Romanceiro portuguez</i>	Vasconcellos, José Leite de
		122	<i>A luz electrica e suas applicações</i>	Sousa, Thomaz Salter de
		123	<i>O Brazil independente</i>	Reys, Pedro dos
		124	<i>Crystaes</i>	Pereira, J. F. Marques
		125	<i>Plantas uteis dos campos de Portugal</i>	Mendonça, João de
		126	<i>Caminhos de ferro</i>	Machado, Achilles
		127	<i>O exterior do cavallo</i>	Menezes, Ludovico Caetano de

	17ª	128	<i>O macho e a fêmea no reino animal</i>	Furtado, F. de Arruda
		129	<i>Desenho e pintura</i>	Macedo, Manuel de
		130	<i>As ilhas adjacentes</i>	Lacerda, João Cesário de
		131	<i>Historia da Grécia</i>	Costa, J. Fernandes
		132	<i>Architectura sacra</i>	Soares, F. A. Celestino
		133	<i>Viagens e descobrimentos terrestres</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		134	<i>Astronomia photographica</i>	Vasconcellos, Ernesto de
		135	<i>Civilidade</i>	Baptista, António Maria
		136	<i>A unidade na natureza</i>	Pereira, Rodrigo de Boaventura Martins
	18ª	137	<i>O archipelago dos Açores</i>	Castilho, Julio de
		138	<i>Manual do typografo</i>	Anjos, Joaquim dos
		139	<i>Ilhas occidentaes do archipelago açoriano</i>	Castilho, Julio de
		140	<i>Alphabeto natural</i>	Madureira, Candido José Ayres de
		141	<i>Copa e cozinha</i>	Mengo, António de Macedo
		142	<i>Trigonometria</i>	Jalles, João Maria
		143	<i>Formulario commercial</i>	Nunes, José Augusto Pereira
		144	<i>Historia da philosophia</i>	Saraiva, José Augusto
1887	19ª	145	<i>Plantas uteis das mattas de Portugal</i>	Mendonça, João de
		146	<i>Methodo de inglez</i>	Teixeira, José da Silva
		147	<i>Methodologia</i>	Affreixo, José Maria da Graça
		148	<i>Os adubos agrícolas</i>	Silva, Luiz António Rebello da
		149	<i>Marinha portugueza</i>	Oliveira, João Braz de
		150	<i>Os balões em Portugal</i>	Jalles, João Maria
		151	<i>Logica</i>	Menezes, Julio Lecour e
1888	19ª	152	<i>Microbios e doenças</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
1888	20ª	153	<i>Historia romana</i>	Costa, J. Fernandes
		154	<i>A polvora e os explosivos modernos</i>	Machado, Achilles
		155	<i>Receitas úteis</i>	Costa, João Bastos Pereira da & Valladares, Manuel Diogo de
		156	<i>Artelharia</i>	Jalles, João Maria
		157	<i>Hypnotismo e suggestão</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		158	<i>Aerostação</i>	Jalles, João Maria
		159	<i>A medicina nos casos urgentes</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		160	<i>Vulcões e movimentos do solo</i>	Cordeiro, Antonio Maria de Mattos
	21ª	161	<i>Os heroes de 1640</i>	Freitas, Olympio de
		162	<i>Lingua portugueza</i>	Baptista, António Maria
		163	<i>A mulher na antiguidade</i>	Gomes, J. A. Marques
1889	21ª	164	<i>Angola</i>	Batalha, Ladislau
		165	<i>Poetica</i>	Almeida, Eça d'
		166	<i>Viagens e descobrimentos maritimos dos portuguezes</i>	Eça, Vicente Almeida d'
		167	<i>A revolução da Maria da Fonte</i>	Gomes, João Augusto Marques
		168	<i>Manual do enfermeiro</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes

	22ª	169	<i>Deveres do homem</i>	Campos, Alfredo
		170	<i>O somno e os sonhos</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		171	<i>Historia da musica</i>	Pessanha, D. José
		172	<i>Grammatica latina</i>	Branco, Manuel Bernardes
		173	<i>A instituição consular</i>	Costa, D. Luis Carlos da
		174	<i>Fastos açorianos</i>	Almeida, Gabriel d'
		175	<i>Linguas d'Africa</i>	Batalha, Ladislau
1890	22ª	176	<i>A previsão do tempo</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		177	<i>Costumes angolenses</i>	Batalha, Ladislau
	23ª	178	<i>Falsificações dos generos alimenticios e processos para as descobrir</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		179	<i>A missão da mulher</i>	Campos, Alfredo
		180	<i>Problemas de arithmetica</i>	Jalles, João Maria
		181	<i>Archeologia</i>	Mello, D. António José de
		182	<i>Historia antiga do Egypto</i>	Almeida, Eça d'
		183	<i>Macau</i>	França, Bento da
		184	<i>Acclimação</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
	24ª	185	<i>Portugal e a Grécia</i>	Branco, Manuel Bernardes
		186	<i>A loucura e o genio</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		187	<i>Manual do ensaiador dramatico</i>	Mello, Augusto de
1891	24ª	188	<i>Hygiene do quarto da cama</i>	Lopes, António Carlos Craveiro
		189	<i>As epopeas homericas</i>	Almeida, Eça d'
		190	<i>O livro da Semana Santa</i>	Freitas, Olympio de
		191	<i>Timor</i>	França, Bento da
		192	<i>Os bobos</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
	25ª	193	<i>A lingua de Angola</i>	Batalha, Ladislau
		194	<i>Philologia</i>	Andrade, António Paulino d'
		195	<i>Hygiene da belleza</i>	Anjos, Joaquim dos
		196	<i>O livro das mães</i>	Cardoso, Julio Arthur Lopes
		197	<i>Archaismos</i>	Mascarenhas, Joaquim Augusto Oliveira
1892	25ª	198	<i>O continente negro</i>	Batalha, Ladislau
1894		199	<i>Arte para todos</i>	Macedo, Manuel de
1897		200	<i>O feminismo na industria portugueza</i>	Pereira, J. M. Esteves
1898	(26ª)	201	<i>Geographia mathematica</i>	Correa, José Candido
		202	<i>O descobrimento do caminho marítimo para a India</i>	Fonseca, Faustino
		203	<i>As artes graphicas</i>	Navarro, Alfredo
		204	<i>A Hespanha antiga e moderna</i>	Noronha, Eduardo
		205	<i>A Hespanha contemporanea</i>	Noronha, Eduardo
		206	<i>Manual de pintura</i>	Macedo, Manuel de
		207	<i>Funções e equações numericas</i>	Ferreira, Luis Feliciano Marrecas
		208	<i>Irrigações</i>	Granger, Amavel
1899	(27ª)	209	<i>A Inquisição em Portugal</i>	Mascarenhas, J. Augusto d' Oliveira

		210	<i>As explorações submarinas</i>	Silva, Armando	
		211	<i>A peste</i>	Penteado, Manuel	
		212	<i>Os caçadores portugueses na Guerra Peninsular</i>	Arthur, Ribeiro	
		213	<i>O Transvaal e o Estado Livre de Orange</i>	Noronha, Eduardo	
1900	27ª	214	<i>O descobrimento do Brazil</i>	Não identificado	A Editora
		215	<i>Inglaterra e as suas colónias</i>	Noronha, Eduardo	
1901		216	<i>Combates locais</i>	Albuquerque, José V. de Sousa	
1901	28ª	217	<i>Historia dos antigos povos orientaes</i>	Soromenho, Augusto C. P.	
1902		218	<i>Gallinhas</i>	Carvalho, Arthur C. N. de	
1903		219	<i>Os inimigos das creanças (Regras Higiênicas)</i>	Ennes, Guilherme	
		220	<i>Historia Sagrada - Velho Testamento</i>	Albuquerque, José V. de Sousa	
		221	<i>Os molluscos</i>	Silva, Armando	
1904		222	<i>As águas e o ar na hygiene e na saúde</i>	Ennes, Guilherme	
		223	<i>Noções sobre cálculo das probabilidades, theoria dos erros e methodo dos minimos quadrados</i>	Guimarães, Rodolpho	
1905		224	<i>A pesca</i>	Diniz, Carlos	
1906	29ª	225	<i>Tachygraphia (1ª parte)</i>	Linde, J. Fraga Pery de	
		226	<i>Tachygraphia (2ª parte)</i>	Linde, J. Fraga Pery de	
1908	(29ª)	227	<i>Historia da civilização primitiva e oriental</i>	Não identificado	
		228	<i>Guerras da Independência. As três invasões francesas, vol. I</i>	Mesquita, Marcelino	
	29ª	229	<i>Guerras da Independência. As três invasões francesas, vol. II</i>	Mesquita, Marcelino	
1909	29ª	230	<i>Historia da litteratura portugûsa</i>	Não identificado	A Editora
1910	29ª	231	<i>Geometria e trigonometria espherica</i>	Guimarães, Rodolpho	
1912	29ª	232	<i>O homem fossil</i>	Gonçalves, F. P. Albano	
		233	<i>Balões e aeroplanos</i>	Gouveia, João	
		234	<i>Noções gerais e telegrafia sem fios</i>	Simas, M. S. Mello e	Livraria Francisco Alves
1913	29ª	235	<i>A Revolução Portuguesa, vol. I</i>	Abreu, Jorge de	
		236	<i>A Revolução Portuguesa, vol. II</i>	Abreu, Jorge de	
		237	<i>A linguagem das cores</i>	Vasconcelos Veiga	

Anexo II. Ficha biográfica dos autores

Autores	Naturalidade	Nascimento-Falecimento	Profissão	Percurso académico e obra	Idade em que publica o(s) opúsculo(s) do <i>corpus</i> documental
Anjos, Joaquim dos	Lisboa	1856 - ????	Tipógrafo	Compositor da oficina tipográfica da Casa Editora David Corazzi e poeta.	35
Baptista, Antonio Maria	Lisboa	1822 - 189?	Professor da instrução primária	Publicou trabalhos sobre educação. Colaborou no <i>Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriais</i> e na <i>Enciclopédia Popular</i> . Autor de textos sobre literatura e história. Escreveu compêndios de gramática, livros de leitura e diversas obras de divulgação.	64
Cardoso, Julio Arthur Lopes	Braga	1861-1930	Médico	Filho de Maria Joaquina de Araújo Pinto (1826-1903) e do médico José Joaquim Lopes Cardoso (1824-1903), 1º Visconde de Castelo, título nobiliárquico criado pelo rei D. Carlos I, por carta de 14 de Março de 1889. Casou, em 1885, com Leonor Adelaide de Sousa Alves (1865-1961), natural de Paranhos (Porto), descendente da aristocracia da região portuense, com quem teve quatro filhos. Autor da Dissertação Inaugural, intitulada <i>O Microbio</i> , em 1883, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto; autor das obras <i>O cholera, profilaxia e tratamento dosimetrico</i> e <i>Diagnostico e tratamento das doenças de pelle</i> , editadas por J. B. Birra & Irmão, em 1890; professor e cirurgião do exército; capitão-médico da Guarda Municipal do Porto; presumimos que tenha sido Comandante do Exército entre 1914/1915.	28, 29 e 30
Costa, João Bastos Pereira da & Valladares, Manuel Diogo de	? ?	???? - ???? ???? - ????	Costa aparece identificado como “aluno” do Instituto Industrial e Valla-dares como “estudante” da instrução secundária, no frontispício do opúsculo editado pela “Bibliotheca		?? ??

			do Povo e das Escolas”.		
Almeida d'Eça, Vicente Maria	Porto	1852 - 1929	Oficial da Marinha	Professor de Direito Internacional na Escola Naval, director da Escola Superior Colonial, presidente da Sociedade de Geografia, historiador e colonialista, deputado às Cortes, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, oceanógrafo, vice-almirante da Marinha portuguesa (1929). Recebeu altas condecorações nacionais e internacionais.	30
Ennes, Guilherme José	Lisboa	1839 - 1920	Médico militar	Estudou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, terminando o curso em 1859. Neste ano, alistou-se no Exército. Fez parte de comissões encarregues de elaborar formulários para os hospitais militares. Foi sub-chefe da 6ª repartição do Ministério da Guerra e cirurgião-mor (1881) e director do Hospital de Chaves (1888). Em 1884, quando o cólera invadiu a Espanha, foi encarregado, com o Dr. Cunha Belém, de pôr em execução o plano de defesa sanitária, tendo organizado os lazaretos de Elvas e de Vilar Formoso. Em 1890, foi nomeado inspector dos lazaretos. Em 1891, foi nomeado director do Hospital da Estrela a que estava ligada desde o início da carreira militar. Exerceu os cargos de vogal da Junta Consultiva de Saúde Pública, membro do Conselho Geral de Saúde e Higiene do concelho de Lisboa. Instituiu o Parque Vacinogénico. Em 1903, por ter atingido o limite de idade, abandonou o serviço activo no posto de General de Brigada. Foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências. Como delegado do Ministério da Guerra tomou parte em congressos internacionais ligados às questões da saúde e da higiene e medicina militar que decorreram nos anos 70 e 80 do século XIX, em Londres, Paris, Amesterdão, Genebra e Viena. Participou na conferência da Cruz Verme-	64 e 65

				<p>lha em 1887. Foi autor de artigos e estudos sobre saúde e higiene, entre eles sobre o cólera, e medicina militar, tendo colaborado com o Dr. Cunha Belém. Com este e João Vicente Barros da Fonseca, em 1877, publicou a Gazeta dos Hospitais Militares, até 1884. Era Conselheiro, Oficial das Ordens de Avis, Santiago, de Torre e Espada e de Cristo, Cavaleiro de Carlos III de Espanha; recebeu a cruz de 2ª classe da Coroa de Ferro da Áustria e a cruz de 2º classe do Mérito Militar de Espanha. Foi o inventor do Formolizador Enes (aparelho destinado à desinfecção pelo formol, sob pressão, de quartos e de casas).</p>	
Lacerda, João Cesario de	Lisboa	1841 - 1903	Médico Naval	<p>Cirurgião-médico em 1865, pela Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, ingressa posteriormente na Armada como médico naval. Em 1868, pela sua actividade na luta contra a febre amarela na Cidade da Praia, recebe o grau de Cavaleiro da Torre-e-Espada, ficando, desde essa altura, bastante ligado a Cabo Verde; foi por várias vezes secretário-geral daquela colónia e duas vezes governador. Por essa província foi eleito deputado em 1886. Foi ainda Conselheiro de Estado e Director do Hospital da Marinha. Foi redactor do <i>Diário Popular</i>, colaborador do <i>Revolução de Setembro</i>, <i>Diário de Notícias</i>, <i>Gazeta de Portugal</i>, <i>Aurora do Lima</i>, <i>Ocidente</i>, <i>Dois Mundos</i> e <i>Gazeta Médica</i>. A maioria dos seus livros foi integrada na colecção "Biblioteca do povo e das escolas". A sua colaboração nesta conhecida e importantíssima colecção de divulgação popular dirigida por David Corazzi é uma das mais numerosas e diversificadas dos primeiros dez anos de existência deste projecto editorial, tendo publicado onze opúsculos.</p>	40
Lauret, Paulo	Espiçandeira (Alenquer)	1850 - 19??	Ginasta e Professor	<p>Filho do capitão francês Paulo E. Lauret e de Anna Lauret é internado na Real Casa Pia de Lisboa depois de ficar órfão aos 9 anos. Foi o</p>	31

			<p>aluno n.º 107 da Real Casa Pia de Lisboa (1863-1869). Tinha aptidão e gosto pelo Desenho, Ginástica, Esgrima e Natação. Jean Roger, mestre de Ginástica da Casa Pia, considerava-o seu primeiro discípulo, o mais ilustre e distinto e preparou-o para professor. Em 1867, a direcção da Casa Pia nomeou-o adjunto à classe de Ginástica. Em 1869, instala-se em Coimbra como professor do seminário local, introduzindo aí o método de ensino da Ginástica que aprendera com Roger. Par do Reino Miguel Osório Cabral levou Lauret para Coimbra para ministrar ginástica na Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e encarregou-o de dirigir o ginásio na Quinta das Lágrimas, destinado à educação dos seus sobrinhos. Em 1872, de novo em Lisboa, leccionou em vários colégios, entre eles femininos (Colégio de Santa Marta), ministrou aulas particulares a aristocratas e a figuras destacadas da sociedade lisboeta. Em 1876, é nomeado professor de Ginástica da Escola Moderna. Em 1878, institui um "curso nocturno". Nesse ano, lecciona simultaneamente nas escolas Nacional e Alemã, e nos colégios Alemão, Lusitano e Nacional. É representante em Portugal da Casa Carue, de Paris, da qual manda vir todos os instrumentos indispensáveis à instalação de ginásios (cordas, halteres, massas, aparelhos de madeira, etc.). Em 1882, com o intuito de promover a ginástica no Norte do país, transfere-se para o Porto, onde funda o “Ginásio Lauret e Sala de Armas”, desenvolve intensa propaganda em prol da Ginástica, Esgrima e Natação, e desempenha funções de professor no Hospital dos Alienados, escolas normais de ambos os sexos, Seminário Episcopal, colégios de Nossa Senhora da Glória, S. Carlos, S. Lázaro e Nacional, e nas escolas Moderna e Académica. Em Braga exerce o magistério nos colégios de S. Caetano e Académico. Em 1889 no seu ginásio do Porto ministrava aulas</p>	
--	--	--	--	--

				<p>a alunos órfãos. É sócio de mérito de diversas instituições de assistência à infância e de academias de ginástica portuguesas e espanholas. Foi responsável por várias publicações: revista <i>O Gymnasta</i> que foi a primeira revista de educação física; Manual Theorico-Pratico de Gymnastica para uso dos lycéus, collegios, escolas municipaes e primarias (1881); Guia para o ensino da Gymnastica nas escolas do sexo feminino (1883) que foram editados pela Casa Editora David Corazzi; Cinesiologia ou sciencia do movimento (1887). Colabora na imprensa diária com artigos sobre Ginástica, Esgrima, "Boxe francês", Natação e jogo de bilhar. O seu <i>Manual teórico-prático de ginástica</i> (1881) é aprovado pela Junta de Instrução Pública. Em 1892, participa no Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano, realizado em Madrid, com uma tese sobre "Educação Física em Portugal".</p> <p>Foi director honorário do Gymnasio Medico-Dinamico de Madrid, do Gymnasio da Escola de Medicina de Sevilha e do Gymnasio Hygienico, Medico e Recreativo. Paulo Lauret publicou artigos sobre educação física no primeiro número do periódico do Porto <i>O Velocipedista</i> (1893). Provavelmente, no início do século XX, Paulo Lauret encontrar-se-ia no Rio de Janeiro, foi em 1905 havia sido contratado pelo Externato Santo Inácio como docente das aulas de desenho e ginástica.</p>	
Lopes, Antonio Carlos Craveiro	Lisboa	1868 - 1953	Médico-cirurgião	<p>Aluno distinto na Escola Médico-Cirurgica de Lisboa. Por concurso de provas públicas, entrou para a secção de cirurgia do Hospital de S. José(1890). Foi director das enfermarias de Santo Amaro, S. João Baptista e de Santo António. Exerceu na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Recebeu louvor do Governo português, Comenda da Ordem de Santiago. Foi sócio correspondente da "Société des Chirugiens de Paris". Realização de viagens de estudo.</p>	23

Mello, Carlos Bandeira de	Portuguesa	1848 - 1924	Oficial do Exército (artilharia)	Fundador da Empresa Cerâmica de Lisboa. Com a patente militar de General dirigiu o Asilo da Ajuda em Lisboa. Esta instituição era uma «Sociedade protectora dos órfãos desvalidos das vítimas da cholera morbus em 1855 e da febre amarela em 1857» protegida pela Rainha Maria Pia. Recebeu grau de oficial da Ordem de S. Bento de Avis. Foi autor de várias obras e editou de ensaios de utilidade doméstica sob o pseudónimo de "Carlos Bento da Maia", como por exemplo o "Tratado Completo de Cozinha e de Copa" (1903) que foi publicado por diferentes editoras, no século XX.	34
Mendonça, João de	Belém (Grão-Pará), Brasil	1845 - 1896	Professor da instrução secundária	Nasceu no Brasil, mas veio muito novo para Lisboa. Estudo no colégio do Dr. Cicouro. Como professor de instrução secundária lecionou Literatura, História, Ciências Naturais e Matemática na Escola Nacional e no Colégio Parisiense, entre outros colégios de ensino particular. Dedicou-se ao estudo da Botânica, chegando a iniciar um curso de flora continental e marinha no Liceu Nacional de Lisboa. O estudo da Ciência e da História valeu-lhe a nomeação de sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Instituto de Coimbra, da Associação dos Arquitectos e dos Arqueólogos Portugueses, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, da Sociedade Broteriana de Coimbra, da Sociedade Lineana da Universidade de Lund (Suécia), entre outras. Dedicou-se à escrita literária e ao jornalismo. Foi colaborador do <i>Diario de Noticias</i> de 1870 até falecer. Foi colaborador do <i>Dicionario Universal Português</i> . Foi director literário da <i>Enciclopedia Nacional de Ciências, Artes e Ofícios</i> , onde publicou <i>Elementos da Historia Natural dos Insectos</i> (1877). Fundou e dirigiu um jornal destinado ao Brasil - <i>Noticias de Portugal</i> , com curta duração. Escreveu textos de comédia para o teatro e imitou farsas antigas. Foi autor de muitas obras, destacando-se as ligadas ao estudo da botânica:	41

				<i>Morfologia Celular (introdução à Morfologia vegetal); ao colonialismo: Colónias e Possessões Portuguesas (1877); e a outros assuntos: Adegas Portuguesas (1882) e Leituras Escolares (1882).</i>	
Mengo, Antonio de Macedo	?	???? - ????	?	Conhecem-se outras publicações: “O serviço dos correios em Portugal” (1869), “Inquerito postal” (1873), “Carta dirigida ao Sr. Gualberto de Barros e Cunha” (1877).	??
Oliveira, Manuel Rodrigues d’	Lisboa	1839 - 1909	Médico-cirurgião	Inspector de Saúde Naval. Foi director do Hospital da Marinha. Escritor, a quem se atribui a autoria de <i>O Reino de Lapurgot</i> (1893).	43 e 45
Soares, Francisco Adolpho Celestino	Lisboa	1842 - ????	Militar	Estudou na Escola Politécnica. Dedicou-se à esgrima e à literatura. Comandante do Forte de S. António do Estoril. Serviu na repartição do gabinete do Ministério da Guerra. Foi membro da comissão para elaboração dos compêndios para o ensino nas escolas regimentais. Recebeu a Cruz de Mérito Militar de Espanha e foi Cavaleiro da Ordem de Avis. Teve curta carreira militar e reformou-se por invalidez no posto de Major devido a um acidente no picadeiro fracturou uma perna que lhe foi amputada, em véspera de ingressar com outros oficiais uma manobra militar em Chalons (Paris), em 1880.	41

Anexo III. Figuras

1. Retratos de alguns autores do *corpus* documental

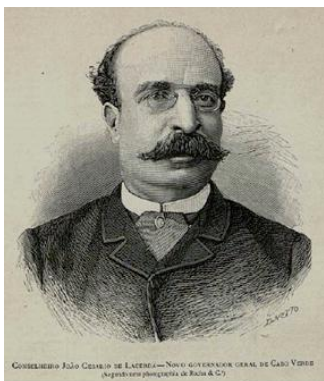


Figura 3 – João Cesário de Lacerda.

Fonte: *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*.



Figura 4 – Julio Arthur Lopes Cardoso.

Fonte:
<http://www.exercito.pt/sites/HMR1/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>



Figura 5 – Manuel Rodrigues d'Oliveira.

Fonte:
<http://www.geneall.net>



Figura 6 – Vicente Maria Almeida d'Eça.

Fonte:
<http://www.ateneulivros.com/website/?cat=48>



Figura 7 – Antonio Carlos Craveiro Lopes.

Fonte:
<http://www.geneall.net>



Figura 8 – Guilherme José Ennes.

Fonte: *O Occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*.

2. A “Bibliotheca do Povo e das Escolas”



Figura 9 – “Historia de Portugal”, n.º1, 6ª ed., 1900.

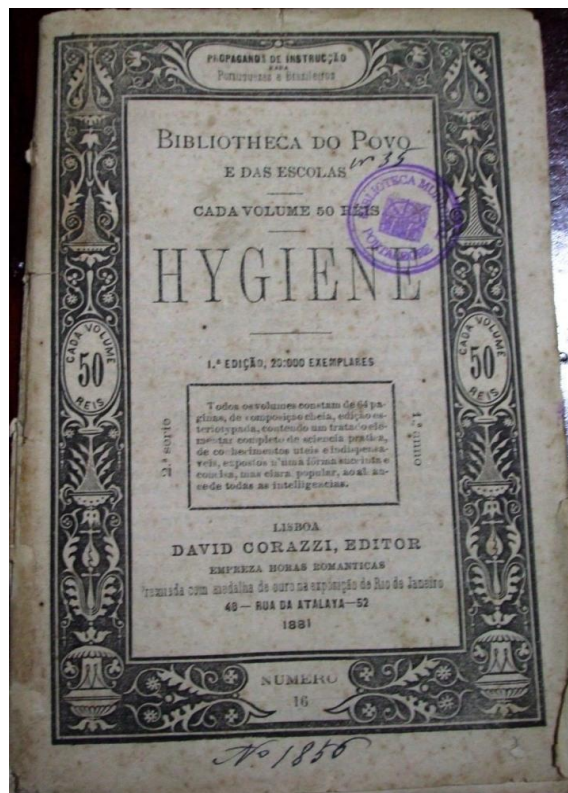


Figura 10 – “Hygiene”, n.º16.

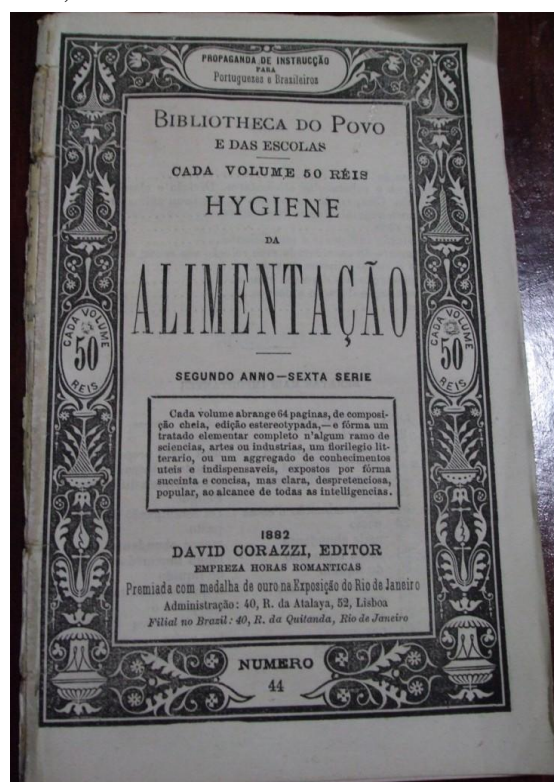


Figura 11 – “Hygiene da alimentação”, n.º44.

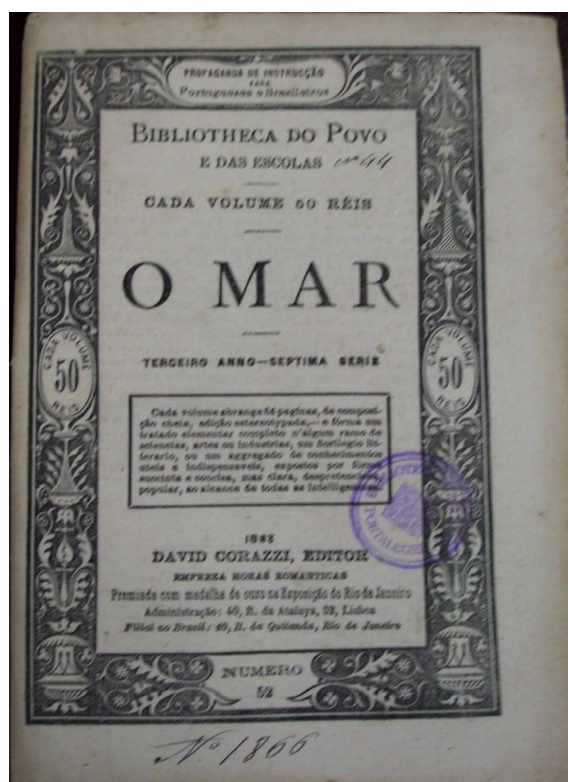


Figura 12 – “O mar”, n.º52.

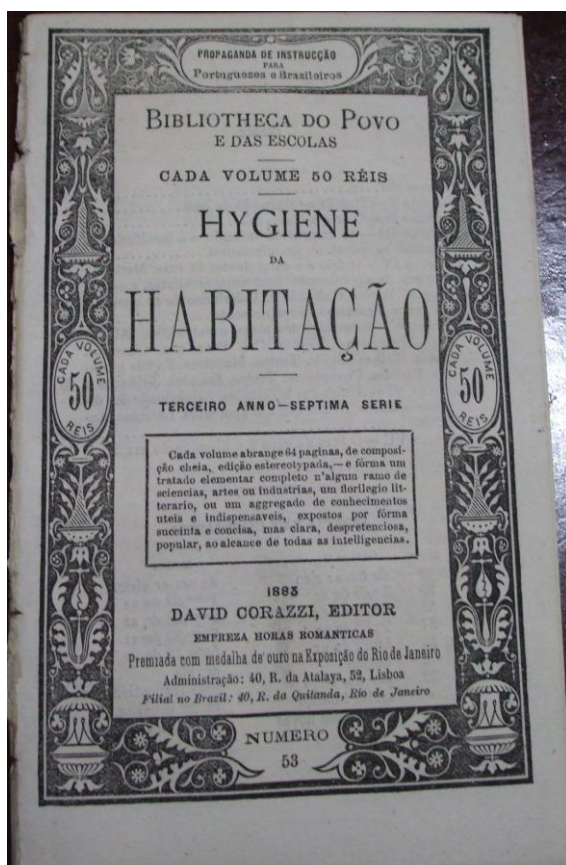


Figura13 – “Hygiene da habitação”, n.º53.



Figura14 – “Hygiene do vestuario”, n.º95.

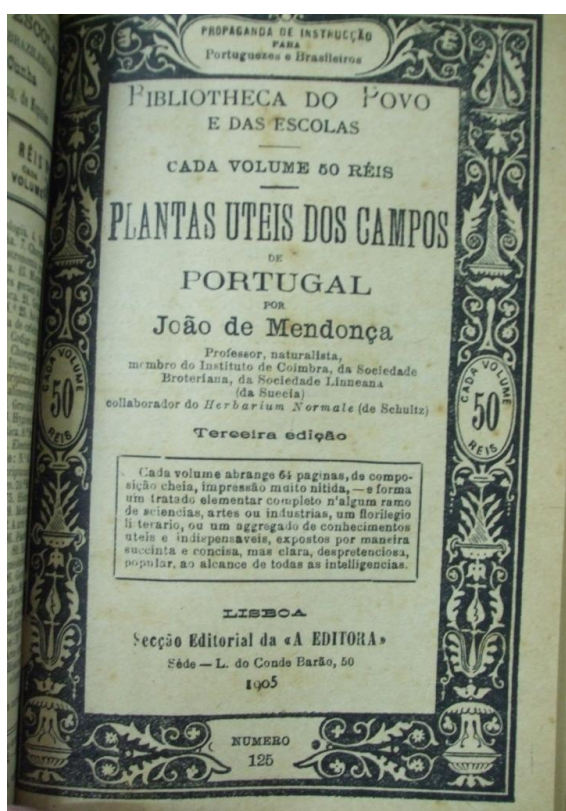


Figura 15 – “Plantas uteis dos campos de Portugal”, n.º125.

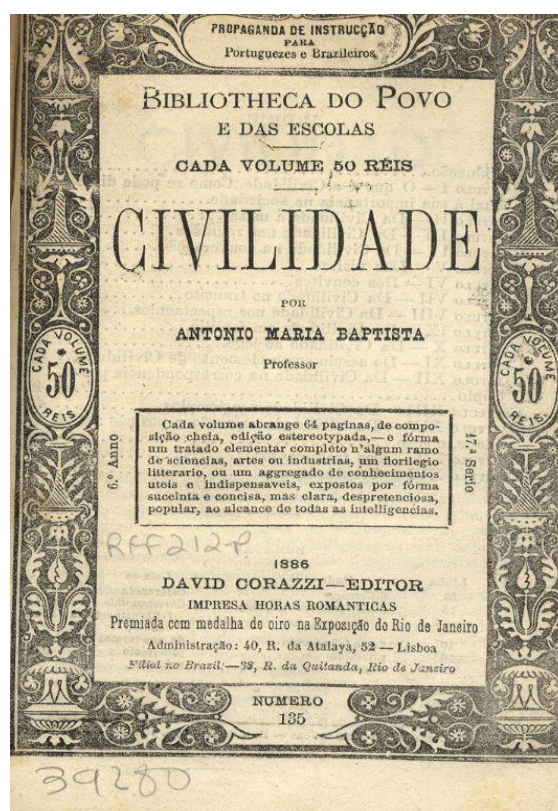


Figura 16 – “Civilidade”, n.º135.

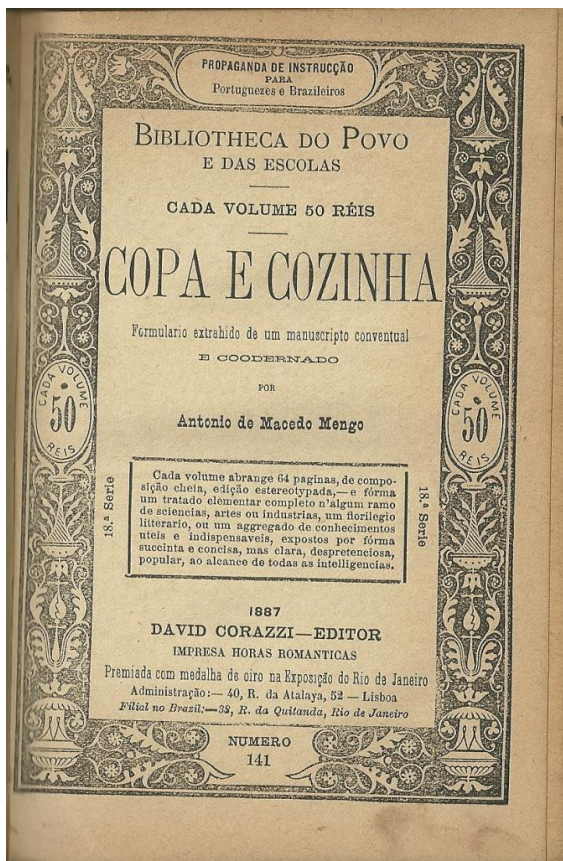


Figura 17 – “Copa e cozinha”, n.º141.

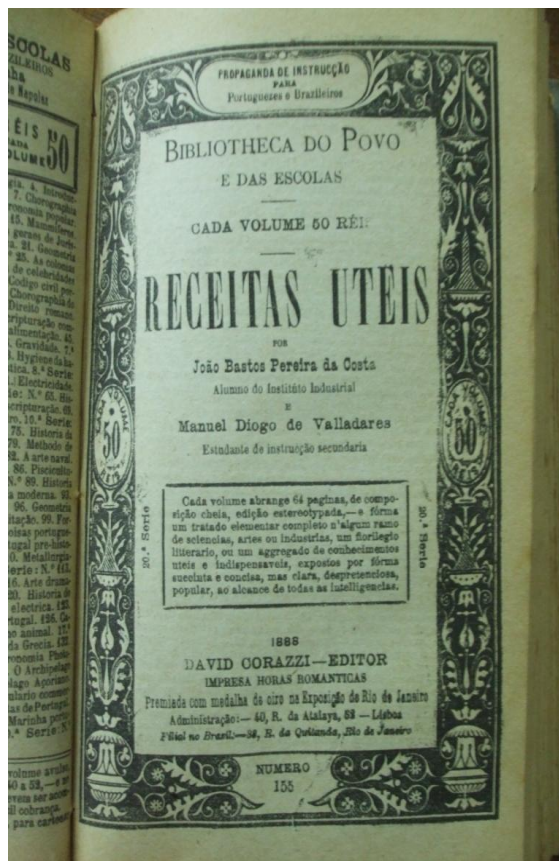


Figura 18 – “Receitas uteis”, n.º155.

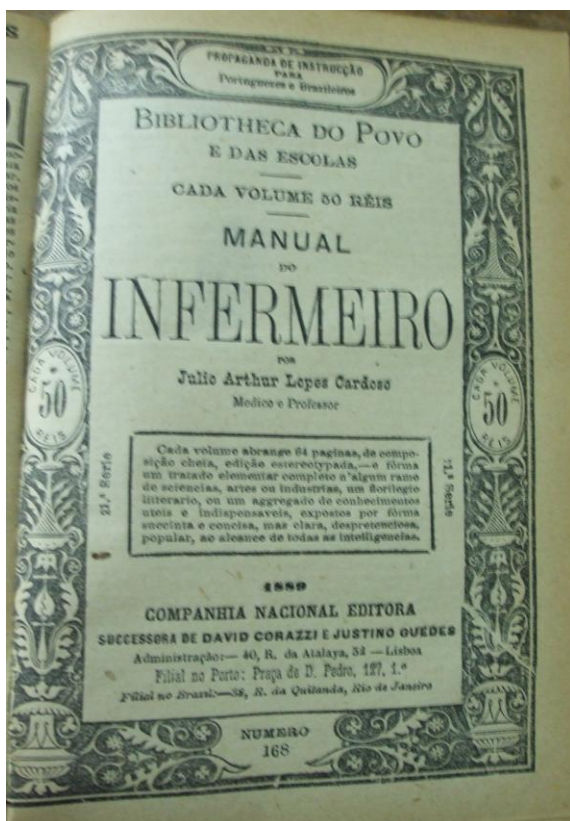


Figura 19 – “Manual do enfermeiro”, n.º168.

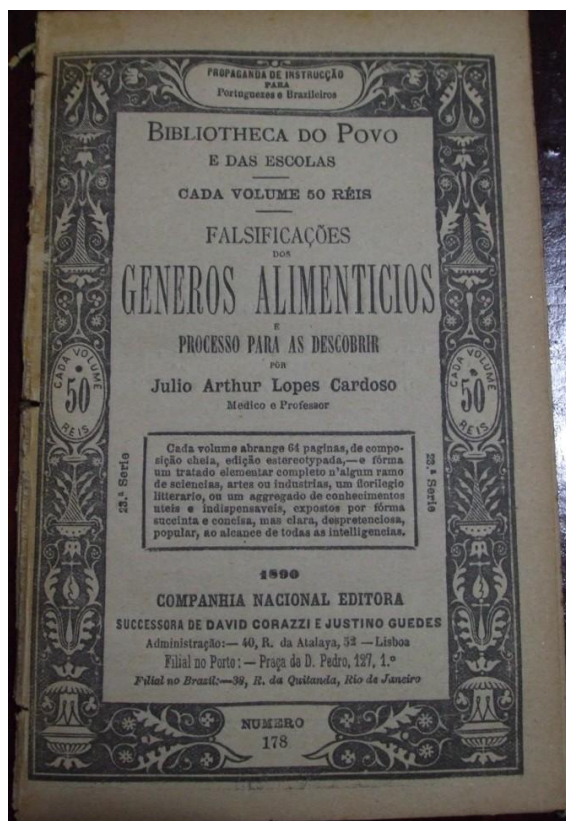


Figura 20 – “Falsificações dos generos alimenticios e processos para as descobrior”, n.º178.



Figura 21 – “Hygiene do quarto de cama”, n.º188.

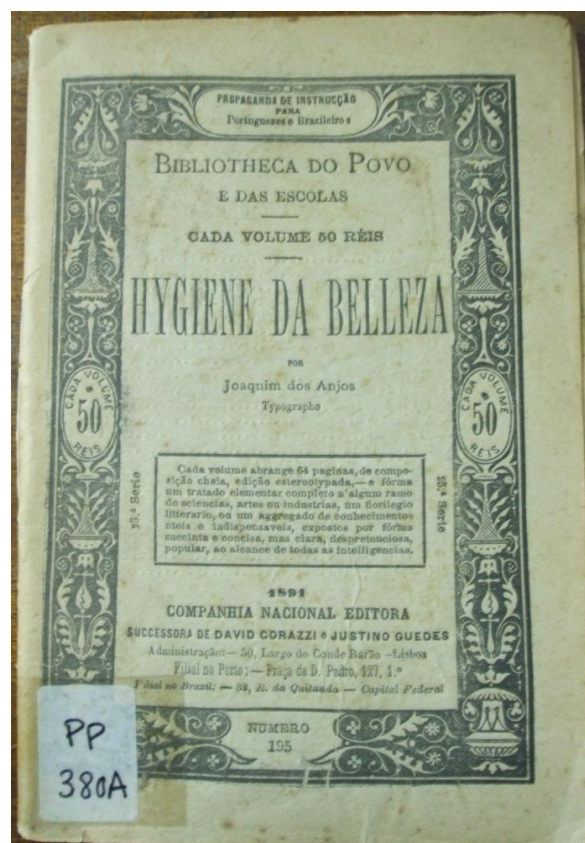


Figura 22 – “Hygiene da belleza”, n.º195.

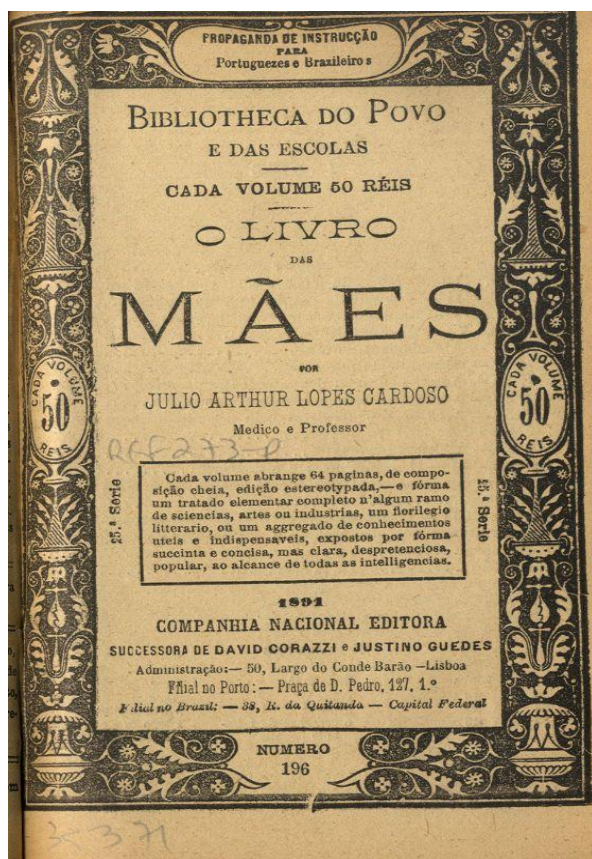


Figura 23 – “O livro das mães”, n.º196.

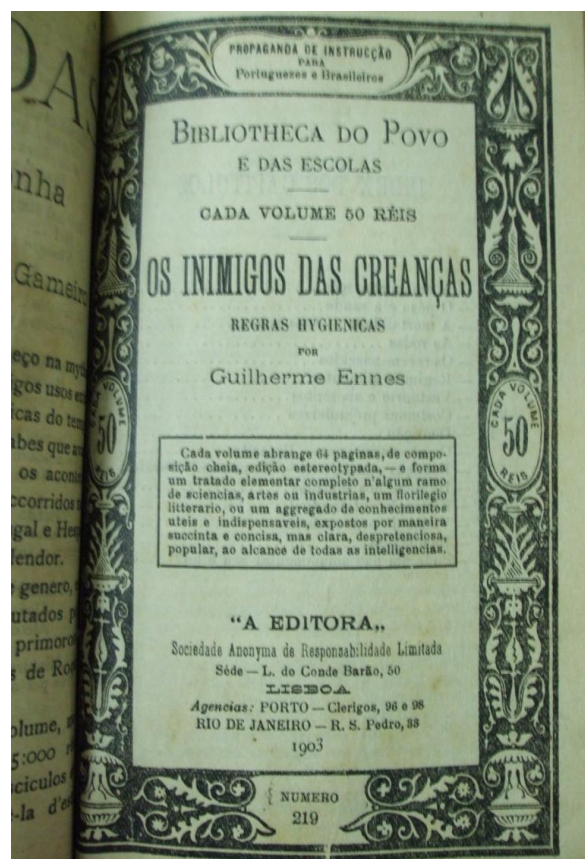


Figura 24 – “Os inimigos das creanças. Regras hygienicas”, n.º219.

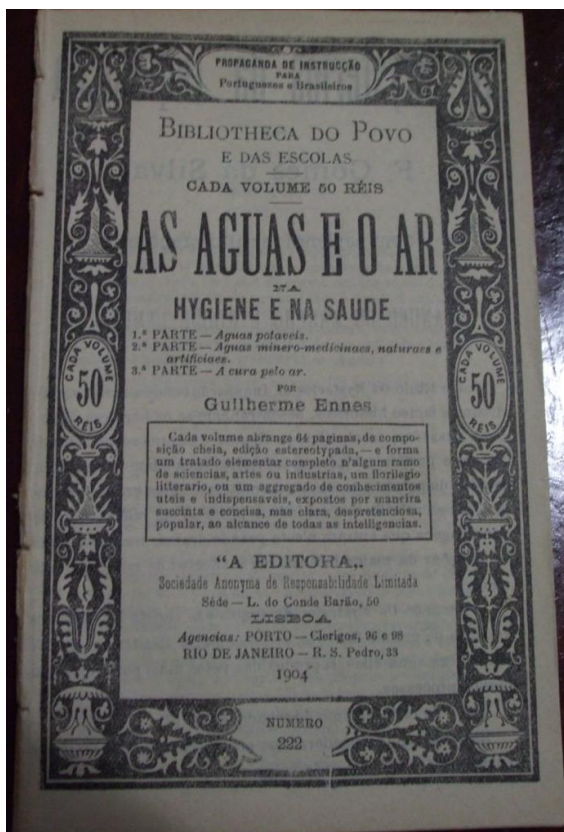


Figura 25 — “As aguas e o ar na hygiene e na saude”, n.º222.

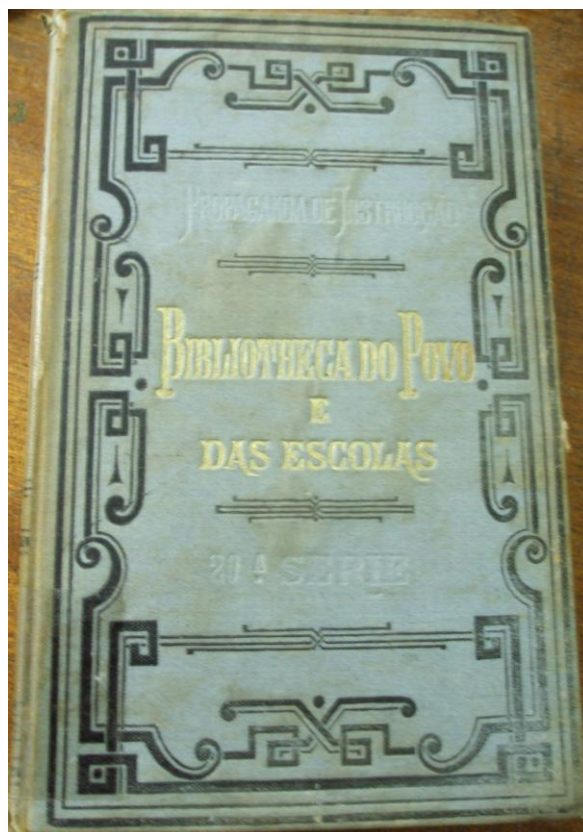


Figura 26 — Capa usada na encadernação das séries da colecção.

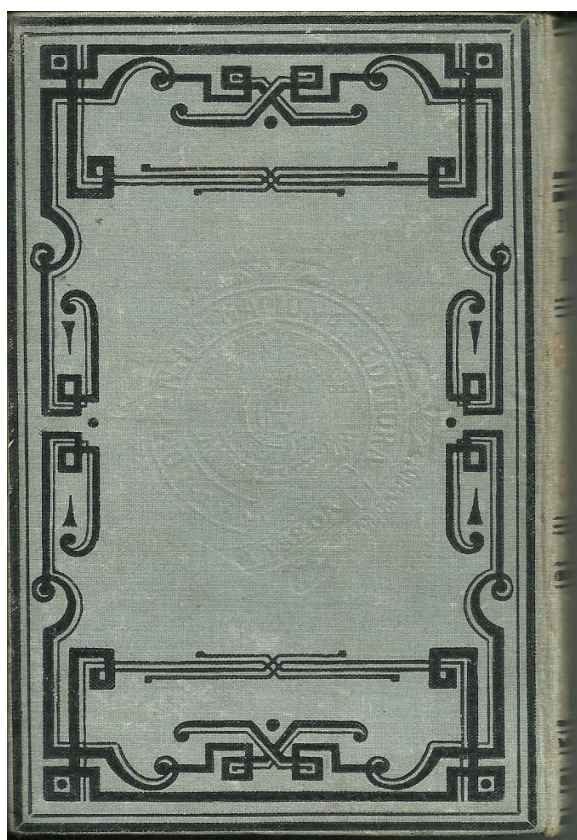


Figura 27 — Contra-capa usada na encadernação das séries da colecção.



Figura 28 — Lombada.



Figura 29 – Selo da Casa Editora David Corazzi.



Figura 30 – Selo da Companhia Nacional Editora.

DIRECTOR LITTERARIO	
Xavier da Cunha	
COLLABORADORES	
A. B. dos Santos Martins	
Achilles Machado—Anthero de Brito	
D. Antonio José de Mello	
A. de Macedo Mengo	
Antonio M. Baptista—Candido J. Ayres de Madureira	
Carlos Adolpho Marques Leitão	
Carlos Bandeira de Mello—Carlos Diniz	
Ernesto de Vasconcellos	
Francisco Adolpho Celestino Soares	
F. de Arruda Furtado	
G. L. dos Santos Ferreira—Guilherme de Sousa	
Henrique Freire—J. A. Pereira Nunes	
J. Antunes Pinto—J. F. Marques Pereira	
J. Fernandes Costa	
J. Leite de Vasconcellos—J. M. Greenfield de Mello	
J. M. P. Forjaz de Sampaio—João Braz de Oliveira	
João Cesario de Lacerda—João Maria Jalles	
João de Mendonça—João Salgado	
Joaquim dos Anjos—José de Arriaga	
José Augusto Saraiva	
José Eduardo Gomes—José Frederico Laranjo	
José Maria da Graça Alfreixo	
José de Mello—José da Silva Teixeira	
J. T. da Silva Bastos—Julio Arthur Lopes Cardoso	
Julio Lecour e Menezes—Julio Leitão	
Ludovico Caetano de Menezes	
Luiz Antonio Rebello da Silva	
D. Luiz Carlos da Costa de Sousa de Macedo	
Manuel de Macedo	
Manuel Pinheiro Chagas—M. Rodrigues de Oliveira	
Paulo Lauret	
Pedro dos Reis—Ricardo O'Konnor	
Rodrigo de Boaventura Martins Pereira	
Thomaz Salter de Sousa	
Vicente Almeida d'Eça—Victor Ribeiro	
Viriato Silva—Visconde de Castilho	

Figura 31 – Os colaboradores da “Bibliotheca do Povo e das Escolas”.



Figura 32 – “Angola”, n.º 164: 1º opúsculo editado pela Companhia Nacional Editora, 1889.



Figura 33 – “Maria da Fonte”, n.º 167: 1º opúsculo impresso pela Typographia da Companhia Nacional Editora, 1889.

3. Método de ensinar a nadar “em sêcco”

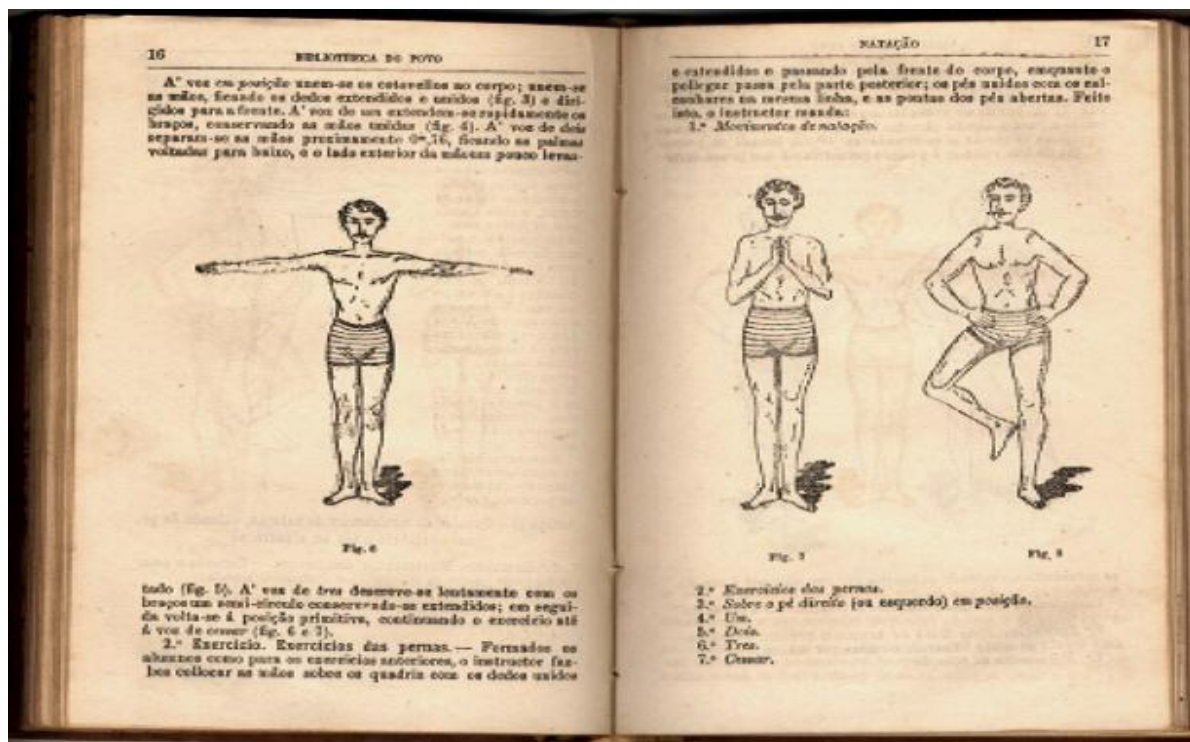


Figura 34 – “EXERCICIOS EM SECCO”: desenvolvimento dos braços e das pernas.
Fonte: Soares, Francisco Adolfo Celestino. (1883). Natação. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série, 60. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Romanticas, p.13.

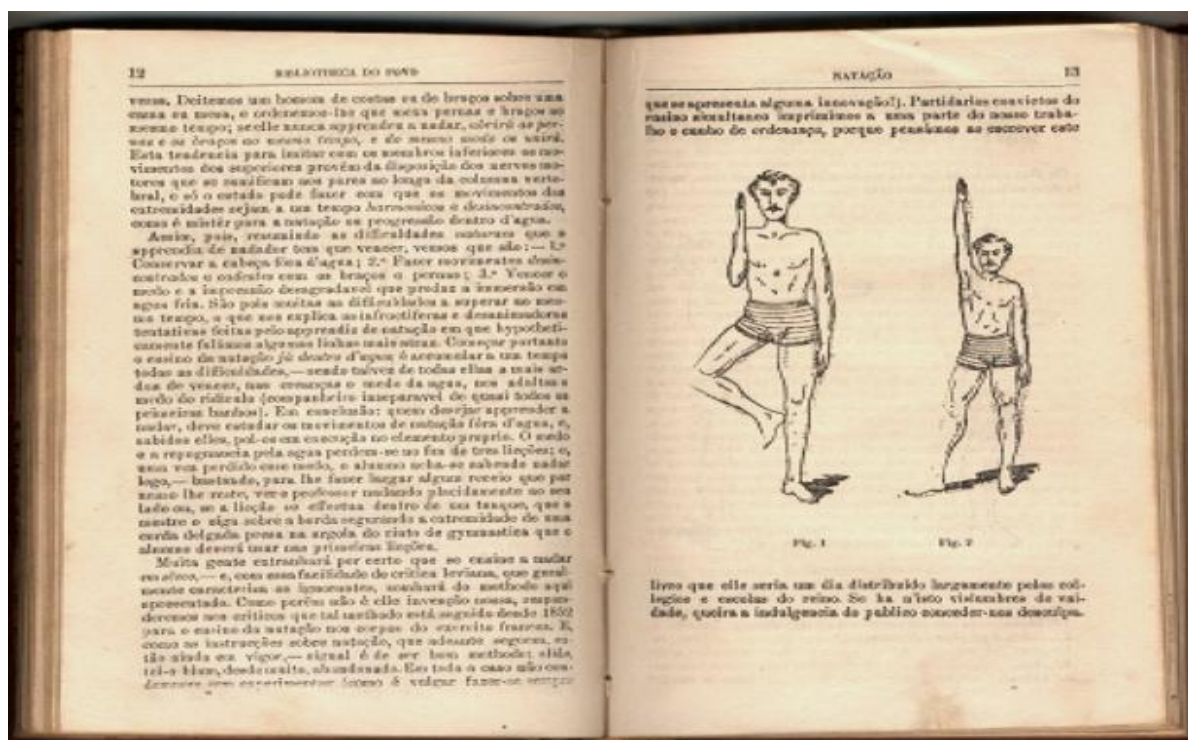


Figura 35 – “EXERCÍCIOS EM SECCO”: “Simular os movimentos de natação, estando de pé, em equilíbrio n’um ou n’outro pé”.

Fonte: Soares, Francisco Adolpho Celestino. (1883). *Natação*. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 8ª série, 60. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Românticas, pp.14-15.

4. “Gymnastica prophylactica”: movimentos livres, semi-livres e com aparelhos.

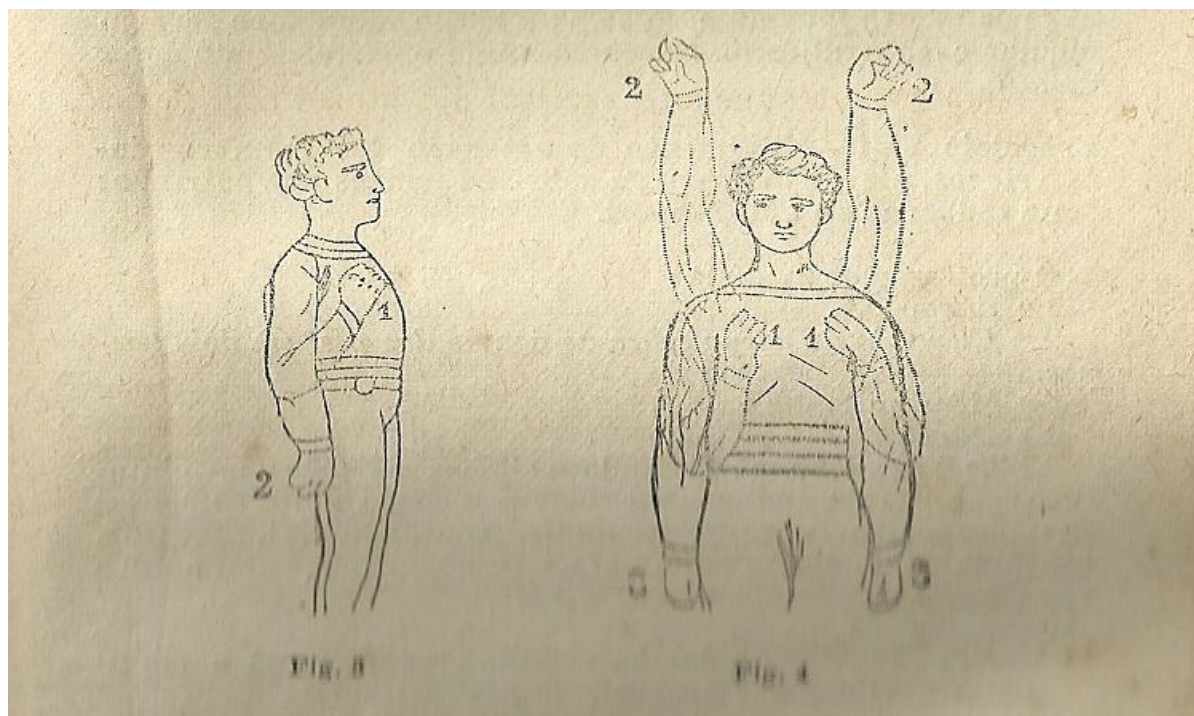


Figura 36 – “Exercícios livres”: “Exercício V – Movimento simultaneo dos ante-braços (flexão e extensão) em dois tempos.” (à esquerda); “Exercício VI – Movimento simultaneo vertical dos braços (flexão e extensão em quatro tempos).” (à direita).

Fonte: Lauret, Paulo. (1881). *Gymnastica*. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª série, 24. Lisboa: David Corazzi, Editor, Empreza Horas Românticas, p.19

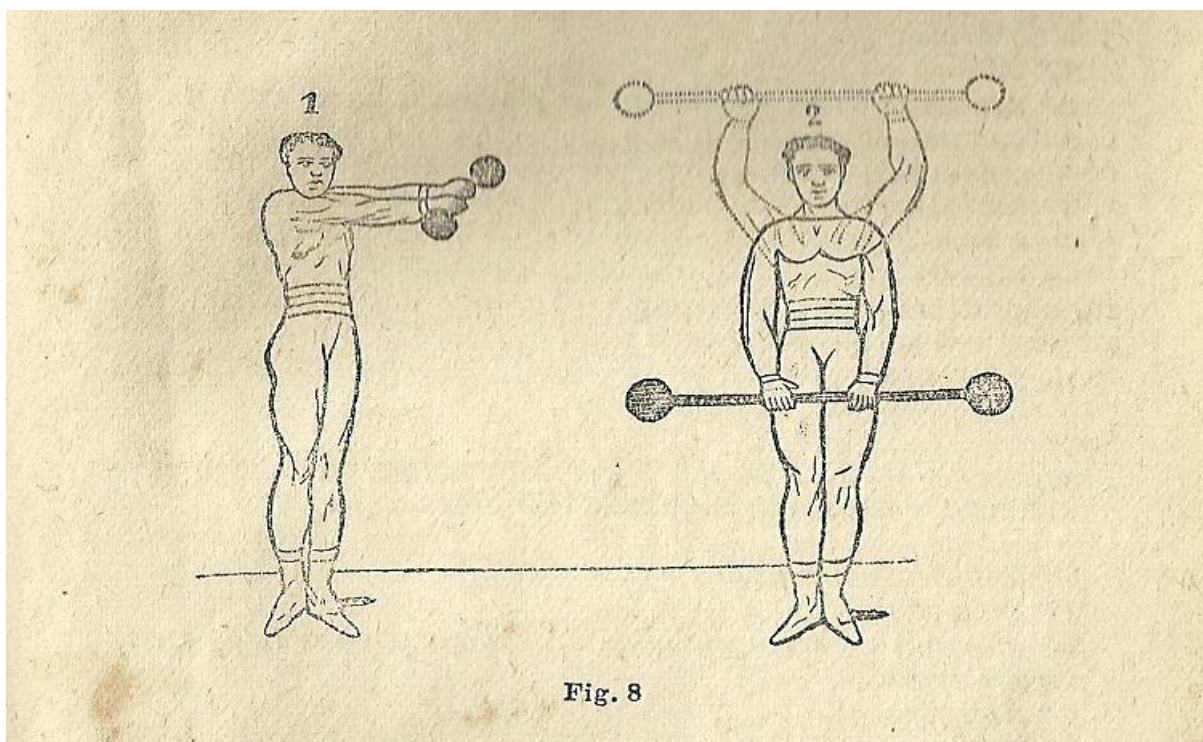


Fig. 8

Figura 37 – “Exercicios com a barra espherica”: “Exercicio II – Elevar a barra horizontalmente á direita e á esquerda (*em dois tempos*).” (à esquerda); “Exercicio V – Fazer passar a barra por cima da cabeça para a frente e para a retaguarda (*em dois tempos*).” (à direita).

Fonte: Lauret, Paulo. (1881). *Gymnastica. Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, 24. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas, p.27

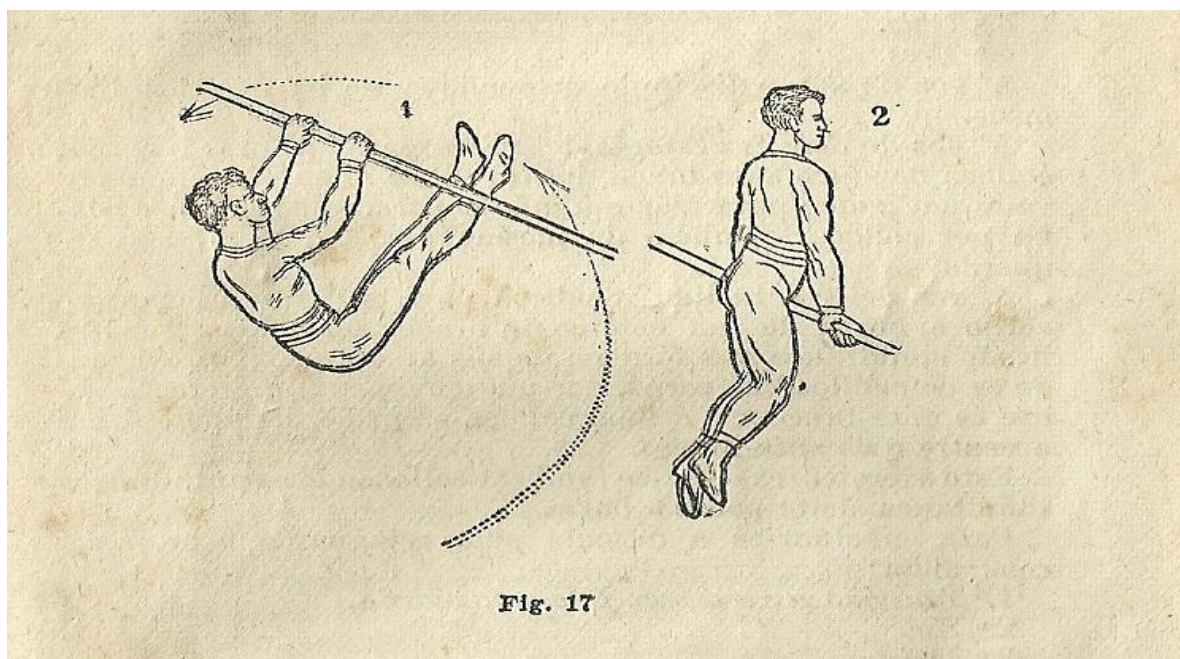


Fig. 17

Figura 38 – “Exercicios de applicação”- barras fixas: “Exercicio X – Subir acima da barra por uma volta do corpo, e collocar-se n’ella em equilibrio sobre as mãos.

Fonte: Lauret, Paulo. (1881). *Gymnastica. Bibliotheca do Povo e das Escolas*, 3ª serie, 24. Lisboa: David Corazzi, Editor, Impreza Horas Romanticas, p.57.